

Mensagem nº 319

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

Os méritos do Rodrigo do Amaral Souza que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de agosto de 2015.

Brasília, 31 de Julho de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RODRIGO DO AMARAL SOUZA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RODRIGO DO AMARAL SOUZA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

Aviso nº 375 - C. Civil.

Em 24 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *RODRIGO DO AMARAL SOUZA*

CPF.: 011.154.278-22

ID.: 6554406-7 SSP/SP

1957 Filho de José Eugenio do Amaral Souza e Lya Regina Leite Paes de Barros, nasce em 24 de agosto, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1979 Administração de Empresas, pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas/SP
1982 CPCD - IRBr
1990 CAD - IRBr
2005 CAE - IRBr, Moeda Única no Mercosul: Devaneio ou Objetivo Factível? Lições da Experiência Européia

Cargos:

1983 Terceiro-Secretário
1987 Segundo-Secretário
1993 Primeiro-Secretário, por merecimento
1999 Conselheiro, por merecimento
2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2013 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1984-85 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
1985-87 Divisão da América Meridional II, assistente
1987-90 Embaixada em Buenos Aires, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1990-91 Divisão de Comércio Internacional e de Produtos Avançados, assistente
1992 Divisão da América Meridional-I, assistente
1993 Consulado em Ciudad Guayana, Encarregado do Consulado em missão transitória
1993-95 Gabinete do Ministro de Estado, assessor e Oficial de Gabinete
1994 Embaixada em Bridgetown, Primeiro-Secretário em missão transitória
1995 Secretaria-Geral, assessor
1995-2000 Embaixada em Santiago, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2000-03 Embaixada em Roma, Conselheiro
2003-05 Fundação Alexandre de Gusmão, Departamento de Administração-Geral, Diretor
2005-08 Divisão do Oriente Médio-I, Chefe
2008-10 Subsecretaria-Geral Política II, Chefe de Gabinete
2010-11 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete
2011- Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos, Diretor

Condecorações:

20/04/2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

Publicações:

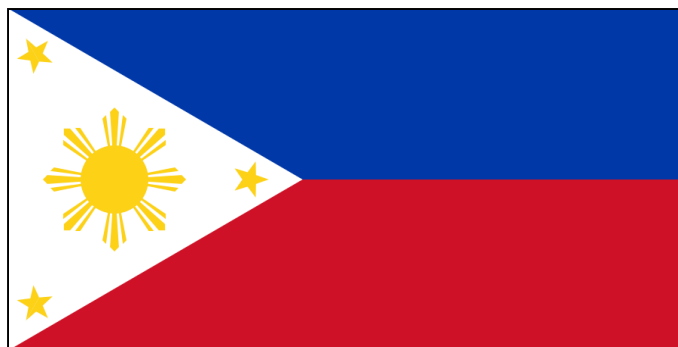
1989 Da política externa independente à política externa interdependente: o Governo Castello Branco, in
Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986), Brasília: FUNAG/IPRI, 1989, Cadernos do IPRI,
vol. 2

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

FILIPINAS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2015

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República das Filipinas
CAPITAL	Manila
ÁREA	300 mil km ²
POPULAÇÃO (2014)	100,1 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês e filipino (tagalo)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (81%); islamismo (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Câmara de Representantes)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Benigno Simeon Cojuangco Aquino III (desde 30 de junho de 2010)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Albert F. del Rosario (desde 28 de fevereiro de 2011)
PIB nominal (2014)	US\$ 289,7 bilhões – FMI (Brasil: US\$ 2,244 trilhões)
PIB PPP (2014)	US\$ 694,6 bilhões – FMI (Brasil: US\$ 3,072 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (2014)	US\$ 2.913,3 – FMI (Brasil: US\$ 11.067,5)
PIB PPP <i>per capita</i> (2014)	US\$ 6.985,7 – FMI (Brasil: US\$ 15.153,3)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	4,1% (2008); 1,1% (2009); 7,6% (2010); 3,6% (2011); 6,8% (2012); 7,2% (2013); 6,1% (2014); e 6,7% (prev. 2015).
IDH	0,660 (2013, 117º de 187 países – Brasil: 0,744, 79º)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (anos)	72,5 (2014)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (%)	95,4%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (%)	7,3% (2014)
MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO (anos)	11
UNIDADE MONETÁRIA	Peso filipino (PHP)
EMBAIXADOR NAS FILIPINAS	Júlio Victor do Espírito Santo, Encarregado de Negócios, a.i.
EMBAIXADOR NO BRASIL	Jose D.R. Burgos
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	300 indivíduos

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-FILIPINAS (fonte: MDIC)

BRASIL → FILIPINAS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014 (jan-abr)	2015 (jan-abr)
Intercâmbio	615,7	730,4	1.081,8	614,9	779,4	874,4	1.088,7	1.210,6	995,8	385,6	263,8
Exportações	272,6	394,5	584,5	320,5	449,4	576,4	779,0	880,4	699,5	280,5	176,6
Importações	343,1	336,0	497,3	294,4	330,0	298,0	309,7	330,2	296,3	105,1	87,2
Saldo	-70,5	58,5	87,2	26,1	119,4	278,4	469,3	550,2	403,2	175,4	89,4

Fonte: MDIC/AliceWeb.

BENIGNO SIMEON COJUANGCO AQUINO III
Presidente da República das Filipinas



Nasceu em 8 de fevereiro de 1960, em Manila. Graduou-se em Economia pela Universidade Ateneo de Manila, em 1981.

Foi eleito Deputado em 1998, 2001 e 2004.

Em 2007, foi eleito para o Senado nacional.

Em 9 de junho de 2010, foi eleito o 15º Presidente da República das Filipinas.

Aquino é da quarta geração de políticos na família: seu bisavô, Servillano “Mianong” Aquino, serviu como delegado ao Congresso Malolos; seu avô, Benigno Aquino Sênior, foi presidente da Câmara dos Deputados das Filipinas entre 1943-1944; sua mãe, Corazon Aquino, foi Presidente, e seu pai, Benigno “Ninoy” Aquino Júnior, Senador.

ALBERT F. DEL ROSARIO
Secretário dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em Manila, em 14 de novembro de 1939, e formou-se em Economia pela Universidade de Nova York. É casado e tem cinco filhos e seis netos.

Oriundo do setor privado, dirigiu empresas nas áreas de telecomunicações; publicidade; finanças; infraestrutura; alimentos; seguros; educação; saúde; e cultura.

Foi Embaixador em Washington, entre 2001 e 2006, período no qual seu país obteve financiamento dos EUA para atividades de combate ao terrorismo e apoio ao desenvolvimento da região de Mindanao (foco de movimentos separatistas).

Realizou visita oficial ao Brasil em 2011.

O Brasil reconheceu a República das Filipinas no dia em que o país obteve sua independência em relação aos EUA, em 4 de julho de 1946, e enviou àquele país o Embaixador Carlos Silvério Martins Ramos, para as solenidades alusivas à data. A Embaixada brasileira na capital filipina, Manila, foi aberta em 1970. As Filipinas, por seu turno, abriram Embaixada no Brasil em 1965.

Os dois países compartilham traços comuns, como o grande contingente populacional (com 100,1 milhões de habitantes, é o segundo país mais populoso da ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático –, depois apenas da Indonésia); disparidades sociais e regionais; e megadiversidade. Há também paralelismo entre os respectivos processos de redemocratização e de mudanças estruturais no campo econômico, a partir dos anos 80.

A única visita em nível de Chefe de Estado entre os dois países ocorreu em 2009, com vinda da então Presidenta Glória Arroyo ao Brasil. De nossa parte, não houve, ainda, visita presidencial ou em nível ministerial.

Durante sua visita ao Brasil, em agosto de 2011, o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Albert del Rosario, reiterou o apoio filipino à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Afirmou que as Filipinas defendem, também, que o Brasil assuma o status de “Parceiro de Diálogo” da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o que implicaria um nível de interlocução mais alto com a Associação.

O ex-Secretário dos Negócios Estrangeiros, Alberto G. Romulo, esteve em Brasília, em agosto de 2007, para participar da III Reunião do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL).

O Ministro do Superior Tribunal Justiça (STJ) e Presidente da Comissão Mundial de Direito Ambiental, Antonio Herman Benjamin, visitou as Filipinas em março de 2014, quando se encontrou com o Ministro do Meio Ambiente e Recursos Naturais, Ramon Paje. Foram tratados temas da área ambiental e a autoridade filipina realizou gestões para a ampliação da atuação da VALE, especialmente sua expansão para a exploração aurífera (a VALE, entretanto, tem reduzido sua atividade no país, hoje quase circunscrita à atividade de transbordo marítimo).

Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em termos de autorizações de trabalho concedidas pelo Brasil, para cidadãos no mundo inteiro, em 2012, os filipinos ficaram em segundo lugar (5179 autorizações), só superados pelos cidadãos dos EUA (9138). Dados de março de 2014 indicam que há, no Brasil, 909 cidadãos filipinos com residência permanente e 4.330

com residência temporária. Há cerca de quarenta detentos de nacionalidade filipina no Brasil, um dos maiores contingentes de filipinos presos por narcotráfico (outros são a China e a Malásia).

A responsabilidade consular sobre todo o território das Filipinas recai sobre o setor consular da Embaixada do Brasil em Manila, que tem jurisdição, ademais, sobre os Estados Federados da Micronésia, sobre a República de Palau, sobre a República das Ilhas Marshall, sobre Guam (EUA) e sobre a Comunidade das Ilhas Marianas do Norte (EUA). Não há Consulados honorários em nenhum dos países ou territórios mencionados.

A comunidade brasileira nas Filipinas é estimada em cerca de 300 nacionais, em grande parte composta de religiosos. Não há informações acerca de brasileiros presos naquele país asiático.

As principais oportunidades de intensificação do relacionamento bilateral, radicam nos campos de biocombustíveis/energias renováveis; temas sociais; cooperação humanitária; agricultura; aeronáutica e defesa; saúde; educação e cultura; e esportes. Segundo a EMBRAPA, há intenção de designar um pesquisador para atuar junto ao “International Rice Research Institute” (IRRI), organismo multilateral sediado nas Filipinas.

Comércio

Em 2014, as Filipinas foram o 6º parceiro comercial do Brasil na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o 15º na Ásia e Oceania. Naquele ano, o intercâmbio entre Brasil e Filipinas chegou a US\$ 995,8 milhões, representando queda de 17,7% em relação ao ano anterior.

O comércio bilateral apresentou trajetória de crescimento até a crise internacional de 2008. A corrente passou de US\$ 358,9 milhões, em 2003, para US\$ 1,1 bilhão, em 2008 (aumento de 245,3%, superior ao crescimento do intercâmbio total brasileiro no período, de 205,4%).

Seguindo tendência geral do intercâmbio com países asiáticos, a estrutura do comércio é concentrada, do lado das exportações brasileiras, em produtos básicos, e, do lado das importações, em itens de maior valor agregado.

Os principais grupos de produtos exportados, em 2014, foram: minérios, escórias e cinzas (US\$ 456,9 milhões, referente a 65,3% do total exportado); carnes e miudezas comestíveis (US\$ 64,4 milhões, 9,2%); cereais (US\$ 49,2 milhões, 7,0%); tabaco e seus sucedâneos manufaturados (US\$ 45,3 milhões, 6,5%); calçados (US\$ 16,0 milhões, 2,3%); e máquinas mecânicas (US\$ 12,9 milhões, 1,8%).

Entre as importações, destacaram-se máquinas elétricas (US\$ 147,2 milhões, correspondendo a 49,7% das importações brasileiras); máquinas e

equipamentos mecânicos (US\$ 79,9 milhões, 26,9%); instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia (US\$ 17,9 milhões, 6,0%); frutas e cascas de cítricos e de melões (US\$ 8,4 milhões, 2,8%); e vestuário (US\$ 7,9 milhões, 2,7%).

O cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora das Filipinas em 2014 (fonte: *Trademap/UNCTAD*), identificou os seguintes grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado filipino: *i)* aviões, helicópteros, suas partes, peças e acessórios; *ii)* automóveis, acessórios e autopeças; *iii)* farelo de soja, para alimentação animal; *iv)* medicamentos; *v)* preparações das indústrias alimentícias; *vi)* ouro em barras; *vii)* carnes de bovino, congeladas; *viii)* polipropileno; *ix)* ladrilhos de cerâmica; *x)* minérios de cobre.

Em setembro de 2013, as Filipinas inauguraram Escritório Comercial em São Paulo, o único de seu país na América Latina.

Aprimoramento Genético de Bovinos e Bubalinos

As Filipinas têm interesse em importar gado bovino e bubalino vivo do Brasil, para fins de aprimoramento genético. Contudo, o Governo filipino vem restringindo a importação de animais provenientes do Brasil, uma vez que pretende obter, junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o reconhecimento das Filipinas como país livre de febre aftosa sem vacinação. No entendimento das autoridades daquele país, para alcançar esse reconhecimento, não se poderia mais importar gado de zona livre de febre aftosa com vacinação, como é o caso da maior parte do território nacional.

Brasil e as Filipinas negociaram os requisitos zoossanitários e a certificação necessária para viabilizar as vendas de cabeças de gado provenientes do País. De acordo com o MAPA, em maio de 2015, foram acordados os modelos de certificado para amparar a exportação de bovinos destinados à engorda e abate e de búfalos destinados à reprodução a esse país. Permanece, contudo, a exigência filipina de que os animais provenham de zona livre de febre aftosa sem vacinação. Assim, apenas poderão ser exportados àquele país animais originários do Estado de Santa Catarina, cuja produção de bovinos e búfalos é limitada.

Investimentos

A principal empresa brasileira presente nas Filipinas é a VALE, que abriu a subsidiária VALE EXPLORATION PHILIPPINES, em 2008. A empresa opera estação de transferência flutuante (transbordo), em Subic Bay, desde 2011, transferindo minério de ferro dos navios Valemax (os maiores graneiros do mundo, com capacidade para 400 mil toneladas) para navios

menores, os quais têm como destino final a China e outros países da região. Deve-se ressaltar que o minério de ferro vendido pela Vale é o principal produto da pauta de exportação brasileira para o país.

A Vale estaria também examinando a possibilidade de instalação, em Subic, de armazéns para depósito de outros minerais, como carvão. As exportações de minério de ferro para as Filipinas saltaram de US\$ 364,6 milhões, em 2011, para USD 456,9 milhões, em 2014.

Em fevereiro de 2015, foi publicada regulamentação do Ministério dos Transportes da China que altera os padrões nacionais sobre portos. De acordo com a nova regulamentação, os portos devem estar preparados para receber embarcações de até 403.944 toneladas, o que supera a capacidade dos navios Valemax (400 mil toneladas) e poderá reduzir a necessidade de operações de transbordo nas Filipinas. Cabe ressaltar que a medida não equivale a uma autorização irrestrita para acesso dos navios Valemax. O efetivo acesso aos portos dependerá da forma como cada porto adaptar-se-á à nova regulamentação.

Do lado filipino, a empresa “Tecon Suape SA”, subsidiária da filipina “International Container Terminal Services Inc.” (ICTSI), opera terminal de contêineres situado no Porto de Suape, em Pernambuco. O empreendimento resulta de concorrência vencida pela empresa filipina, em 2001, e se estenderá por trinta anos. Segundo a empresa, os investimentos ultrapassam US\$ 300 milhões em 2010.

Ressalte-se que o Governo brasileiro pretende realizar arrendamento de diversos terminais portuários ainda em 2015, representando oportunidade para a vinda de operadores filipinos para o Brasil, que já conta com investimentos filipinos no setor.

No que se refere a perspectivas de investimentos, as Filipinas ocupam a posição de quarto maior construtor naval mundial, em tonelagem, após China, Coreia do Sul e Japão. Pode haver interesse, portanto, por parte de empresas daquele país, em instalar unidades produtivas no Brasil, em função, sobretudo, da demanda gerada pela exploração do bloco Pré-Sal. Haveria, ademais, possibilidades de expansão das inversões recíprocas no setor agroindustrial, portuário, de microprocessadores e de computadores.

O Governo das Filipinas também tem incentivado a entrada de investimentos estrangeiros nos seguintes setores: “business process outsourcing” e tecnologia da informação, mineração, turismo, imobiliário, agronegócio, farmacêutico, indústrias do conhecimento, indústrias criativas

Existe, também, interesse de empresas brasileiras, a exemplo da MARCOPOLO, produtora de ônibus, de ganhar maior acesso, especificamente, ao mercado consumidor filipino.

Há sensibilidade política nas Filipinas quanto às atividades do setor minerador, devido ao forte receio da Igreja Católica de impactos ambientais.

Biocombustíveis

As Filipinas já misturam etanol à gasolina, mas sua produção doméstica é insuficiente para atender à demanda. Existe a preocupação de que a produção do insumo no país reduza a oferta de alimentos. Brasil, Tailândia e Vietnã são, tradicionalmente, os principais fornecedores externos de etanol para as Filipinas.

Desde agosto de 2011, vigora, nas Filipinas, obrigatoriedade de mistura de 10% de etanol na gasolina, mas a produção interna não tem sido capaz de suprir a demanda. O etanol produzido nas Filipinas deriva de cana-de-açúcar. Determinou-se, ainda, desde 2008, a mistura de 2% de biodiesel no combustível. A maior parte do biodiesel do país é produzida a partir do coco, sendo o pinhão-mansão alternativa em estudo, em cooperação com a Índia.

A I Reunião Bilateral do Comitê Conjunto Brasil-Filipinas na Área de Bioenergia foi realizada em outubro de 2013. O encontro propiciou a troca de experiências, bem como a identificação de oportunidades concretas de cooperação bilateral nas áreas de bioenergia e de biocombustíveis. A próxima reunião deverá acontecer em Manila, em data a ser acordada.

Em agosto de 2014, delegação filipina realizou missão de estudos ao Brasil para conhecer melhor a experiência brasileira em etanol, no contexto da III Reunião de Consultas Bilaterais Brasil-Filipinas. Na ocasião, a delegação filipina reafirmou seu interesse em aumentar a produtividade da cana-de-açúcar em seu país e enfatizou o interesse em continuar cooperando com o Brasil no diálogo em políticas públicas.

Temas sociais

As atuais políticas de inclusão social brasileiras serviram de modelo a iniciativas semelhantes nas Filipinas.

Em 2014, foi enviado consultor brasileiro, Engenheiro Agrônomo Flavio Freitas, que permaneceu naquele país de maio a dezembro daquele ano, para colaborar no estabelecimento da estratégia de compras locais de alimentos para agricultura familiar (projeto PAA Ásia – “Purchase from Asia for Asians”).

Cooperação humanitária

Em dezembro de 2013, o Brasil contribuiu com US\$ 300 mil em apoio às vítimas do furacão Yolanda no país (US\$ 150 mil foram por meio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); e US\$ 150 mil, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Também em 2013, foram doados US\$ 82.000,00 por meio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), para o desenvolvimento do projeto piloto “Purchase from Asians for Asia” (PAA - Ásia). O projeto tem como objetivo colaborar com o Governo filipino no estabelecimento da estratégia de compras da agricultura familiar local, nos moldes do Programa PAA África, de forma a permitir resposta sustentável à reconstrução da agricultura local.

Em 30 de outubro de 2014, durante cerimônia de celebração do Dia das Nações Unidas, o então Embaixador em Manila recebeu, em nome do Brasil, placa de reconhecimento pela assistência humanitária prestada às vítimas da passagem do furacão Yolanda por território filipino.

Em 2009, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), foram doados US\$ 70 mil, para aquisição de itens prioritários em apoio às vítimas da tempestade “Ketsana” (“Ondoy”), desastre socioambiental que atingiu 1.872.036 pessoas. A contribuição brasileira integrou o projeto “Assistência Alimentar de Emergência para Populações Afetadas por Tufões nas Filipinas Setentrionais” (EMOP) do PMA. Dentre as atividades do projeto, foram distribuídas cestas de alimentos; e 742 toneladas de arroz. No total, foram beneficiadas 1.074.375 pessoas, sendo 526.444 homens e 547.931 mulheres.

Defesa

Desde 2013, encontra-se em negociação instrumento na área de cooperação em matéria de Defesa, que poderia servir de base para cooperação no setor.

EMBRAER

O governo filipino anunciou plano para substituir suas antigas aeronaves de ataque norte-americanas (OV-10), em uso desde a Guerra do Vietnã. O programa conta com orçamento aproximado de US\$ 100 milhões, e pré-selecionou quatro aeronaves: as norte-americanas Hawker Beechcraft AT-6 e a IOMAX Archangel; a sul-coreana KAI KT-1 (que desponta como favorita no processo); e o Embraer A-29 Super Tucano. A Embraer já realizou apresentações técnicas sobre os Super Tucanos ao Ministério da Defesa filipino, em maio de 2012.

A Embraer tem, também, envidado esforços para vender aeronaves executivas no mercado filipino, tendo em vista demanda por parte das empresas “charter” que administram a malha aérea regional. Além disso, a Air Philippines (empresa “irmã” da Philippines Airlines) manifestou interesse em comprar aviões para serem utilizados em transporte de carga, os quais poderiam, também, ser providos pela Embraer.

TV Digital

O governo filipino reconfirmou, em 2013, sua decisão de adotar o padrão ISDB-T de TV Digital. Na Ásia, Maldivas e, mais recentemente, Sri Lanka também aderiram ao ISDB-T, em todos os casos mediante esforço de disseminação predominantemente do lado japonês, sem prejuízo de gestões oportunamente realizadas pelas Embaixadas do Brasil em países potencialmente candidatos, como foi o caso, aliás, das Filipinas.

Os países que adotaram e os que tencionam adotar o ISDB-T – também chamado padrão nipo-brasileiro, em razão da introdução de soluções técnicas brasileiras a referido sistema – reúnem-se, anualmente, no Fórum Internacional do ISDB-T, cuja sétima edição, prevista para realizar-se em Caracas, em maio de 2014, foi adiada a pedido do lado venezuelano e ainda aguarda novo agendamento. Os encontros são liderados pelo setor privado – principalmente do lado brasileiro – e visam, precipuamente, a promover a harmonização das normas técnicas do ISDB-T. Juntamente com a Conferência Intergovernamental da TV Digital Terrestre, o Fórum é a principal instância de coordenação e diálogo internacional entre os países que optaram por referido padrão.

O governo brasileiro ofereceu custear a participação de representantes filipinos na última reunião do Fórum Internacional, realizada em Montevideu, em maio de 2013. Não foi possível às Filipinas, no entanto, enviar representante para a reunião.

Não obstante a atual situação de restrição orçamentária e as demandas decorrentes do processo interno de transição do sinal televisivo analógico para o digital – que têm restringido as possibilidades de atuação do Ministério das Comunicações e outras instituições brasileiras na estratégia de disseminação internacional do ISDB-T – o governo brasileiro mantém o interesse em apoiar, em parceria com o Japão, os países que aderiram ao padrão ISDB-T de TV Digital, como as Filipinas.

Durante a III Reunião de Consultas Bilaterais, em agosto de 2014, em Brasília, a Parte filipina destacou interesse por tecnologias que aprimorassem a preparação para desastres naturais.

Saúde

As Filipinas vêm alcançando bons resultados com programa de baixo custo e de eficiência comprovada de combate ao dengue. As possibilidades de envio de material informativo e de eventual transferência de tecnologia para o Brasil foram mencionadas pelo Presidente Benigno Aquino durante a cerimônia de entrega de credenciais do Embaixador do Brasil em Manila, em setembro de 2012.

O programa filipino utiliza armadilhas de oviposição com mistura de ovicida e de larvicida que atraem o mosquito *Aedes aegypti* e provoca a mortalidade de 86% das larvas depositadas na armadilha, ademais de diminuir a expectativa de vida da nova geração de mosquitos, impedindo que atinjam a idade adulta. O custo de cada armadilha é de cerca de US\$ 1,20 e o programa levou à redução de até 97% do número de casos de dengue. Parte importante desse esforço é efetuado em parceria com o Ministério da Educação e prevê a distribuição de armadilhas e de cartilhas educativas a escolas públicas, de forma a conscientizar a população local de seus benefícios.

Educação e Cultura

As Filipinas são o terceiro mais populoso de herança ibérica do mundo, após Brasil e México. A difusão cultural do Brasil nas Filipinas é significativa, com destaque para as áreas de cinema; capoeira; moda; e música popular brasileira.

Manila hospeda, anualmente, durante período coincidente com o carnaval brasileiro, o “Brasilipinas”. Em 2014, o evento, copatrocinado pela Embaixada, foi atrasado propositalmente para se situar entre o carnaval e a Copa do Mundo e contou com público de cerca de 2.000 pessoas. A programação incluiu “workshops” de capoeira e maculelê; rodas de MPB; samba; batucada; gafieira e clínica de futebol; além de um grande baile de carnaval, com exibição e venda de comida e bebida brasileiras. Foram trazidos especialmente para o “Brasilipinas 2014” mestres e professores de capoeira e samba brasileiros, residentes em diversos países, como Brasil; França; China (Macau e Hong Kong); Singapura; Coreia do Sul; Indonésia; Malásia; e Tailândia.

O “Philippine Academic Consortium for Latin American Studies” (PACLAS), evento bienal que tem por objetivo aproximar acadêmicos das Filipinas e da América Latina, organiza, desde 2008, a Conferência Internacional sobre as relações entre as Filipinas e a América Latina. Pelo lado brasileiro, destaca-se a participação, em 2012, da professora brasileira Leila Bijos, da Universidade Católica de Brasília, ocasião em que realizou exposição

sobre a migração do trabalho e o tráfico de seres humanos na América Latina; e, em 2008, do Professor Padre José Carlos Brandi Aleixo, autor do livro intitulado “Relações entre Brasil e Filipinas: uma visão abrangente”, cuja tradução para o inglês, “Relations between Brazil and Philippines: an overview”, foi patrocinada pela FUNAG. O evento bienal conta com participação brasileira desde a primeira reunião, realizada em 2008.

No âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, no nível de pós-graduação, não há necessidade de celebração de acordos específicos para que pesquisadores brasileiros estudem nas Filipinas, pois os editais para doutorado pleno; doutorado-sanduíche; e pós-doutorado não limitam os países, mas somente as áreas acadêmicas para a concessão de bolsas. O estudante brasileiro de pós-graduação, assim, deve primeiro conseguir vaga em universidade de qualquer país estrangeiro e, depois, pleitear bolsa do CsF, o que, em teoria, torna possível a concessão de bolsas para brasileiros em universidades das Filipinas.

Esportes

Em 2011, treinador filipino de futebol profissional foi capacitado no Curso Internacional para Treinadores de Futebol, organizado pelo Itamaraty, em conjunto com o Sindicato dos Treinadores Profissionais do Estado de São Paulo. O curso foi oferecido para os países asiáticos membros do FOCALAL.

Em 2014, Bernard Vassas, Diretor da Equinox do Brasil, empresa constituída em 2008 com o propósito de construir modelos inovadores de iniciativas culturais, visitou as Filipinas para tratar de temas na área esportiva, em especial nas modalidades futebol; vôlei; e vôlei de praia.

A Embaixada do Brasil organiza programa de inclusão social, por meio da doação de materiais esportivos e à prestação de treinamento esportivo, com a condição de que os participantes frequentem a escola.

Acordos pendentes

I) Protocolo ao Acordo para evitar a Dupla Tributação

As autoridades tributárias brasileiras e filipinas concluíram, em meados de 2014, as negociações de Protocolo de Emenda ao Acordo bilateral para Evitar a Dupla Tributação (ADT) e Prevenir a Evasão Fiscal. Pelo Protocolo de Emenda será instituído mecanismo de troca automática de informações tributárias (art. 26), nos moldes do modelo OCDE. Aguarda-se manifestação das Filipinas acerca de uma nova data para a assinatura do instrumento.

II) Acordo Cultural Brasil-Filipinas

Está em estágio de negociação acordo de cooperação cultural bilateral entre os governos do Brasil e das Filipinas. A possibilidade de assinatura do instrumento foi tema de discussão na II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Filipinas, realizada em 9 de novembro de 2012, em Brasília. Proposta de acordo-padrão foi encaminhada pelo Departamento de Negócios Estrangeiros das Filipinas à Embaixada em Manila e encontra-se, atualmente, em análise pelo Ministério da Cultura (MinC).

III) Acordo de Serviços Aéreos

Foi rubricado em 20/05/2013, mas ainda não foi assinado. O texto do Acordo conta com parecer favorável da Assessoria Jurídica da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e encontra-se, atualmente, sob análise da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC-PR).

POLÍTICA EXTERNA

Desde a recuperação da soberania, em 1946, o país tem observado as seguintes linhas gerais de política externa: segurança nacional; diplomacia econômica; e proteção dos trabalhadores migrantes filipinos no exterior. Essas prioridades foram reafirmadas pelo Chanceler Albert del Rosário, ao tomar posse, em 2011.

As Filipinas são membro fundador da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o mais representativo mecanismo de integração na Ásia, e sede do “Asian Development Bank”. Também são membro fundador das Nações Unidas e já ocuparam, em quatro ocasiões, assento não-permanente no Conselho de Segurança. Integram o G-20, na Organização Mundial do Comércio; o Grupo de Países Megadiversos; e fazem parte da Convenção sobre Diversidade Biológica.

O país apoia a expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), nas categorias permanente e não permanente de membros, bem como defende proposta própria de reforma: o CSNU reformado seria composto por 31 membros, sendo: os P-5, 8 novos membros permanentes e 18 eleitos (cabendo aos grupos regionais garantir uma rotação justa entre os membros). A proposta filipina inclui restrição do exercício do veto, que não poderia ser exercido em assuntos envolvendo genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade, limpeza étnica e terrorismo. Além disso, os vetos deveriam ser explicados e poderiam ser revertidos pelo voto da maioria absoluta da Assembleia Geral (AGNU) ou 2/3 dos membros do CSNU.

As Filipinas, assim como o Brasil, são um dos oito fundadores da Parceria para o Governo Aberto (OGP) e membro do Comitê Diretivo, tendo aderido à OGP em setembro de 2011, às margens da Assembleia Geral das

Nações Unidas. Ambos os países foram reeleitos para o Comitê Diretivo da OGP, em julho de 2014 (o Brasil, para mandato de três anos, e as Filipinas, para mandato de um ano). A participação das Filipinas na OGP, aos olhos do Governo local, vai ao encontro das iniciativas da Administração Aquino de combate à corrupção e incentivo à boa governança.

Brasil e Filipinas são membros fundadores do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e do Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL). Oficialmente lançado em 1999, o FOCALAL tem como objetivo promover o diálogo e a cooperação entre os países das duas regiões, reforçando a presença de ambas no cenário internacional. O Fórum congrega 36 países, o que o torna o mais abrangente mecanismo de cooperação envolvendo a Ásia do Leste e a América Latina.

As relações entre Manila e Pequim sofreram um esfriamento, a partir de abril de 2012, em razão do acirramento das divergências em torno das ilhas Spratly, no Mar do Sul da China. Ao lado do Vietnã, as Filipinas são o país mais vocal quanto às pretensões chinesas no Mar do Sul da China.

As Filipinas denominam a área em litígio como “Mar Ocidental das Filipinas” e favorecem o tratamento multilateral da questão de territórios marítimos, particularmente no seio da ASEAN, organização da qual o país é membro fundador. A estratégia chinesa, em contraste, tem sido a de empreender negociações bilaterais.

Em janeiro de 2013, as Filipinas iniciaram, unilateralmente, processo de arbitragem internacional contra a China, junto ao Tribunal Internacional de Direito do Mar (TIDM), nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (UNCLOS). Em julho de 2013, o Tribunal Arbitral nomeado para analisar o processo foi formalmente constituído, na Haia. Ressalte-se que, em dezembro de 2014, o governo chinês havia divulgado documento em que informava não aceitar participar de arbitragem iniciada pelas Filipinas junto à Corte Permanente de Arbitragem da Haia.

Apesar dos desentendimentos fronteiriços, a China foi o segundo maior parceiro comercial das Filipinas, em 2014. Nos últimos anos, a China passou a “investir pesadamente no país”, nos setores manufatureiro; serviços; informação; comunicações; e agrícola.

A Parte Filipina qualifica a relação com os EUA como “aliança”. Os vínculos entre Manila e Washington intensificaram-se recentemente, em função da mudança de foco da política externa norte-americana do Atlântico para o Pacífico e das disputas entre as Filipinas e a China sobre territórios marítimos.

A cooperação militar entre as Filipinas e os EUA remonta ao Tratado de Defesa Mútua de 1952. O Presidente Barack Obama visitou as Filipinas em abril de 2014, ocasião em que foi assinado o “Enhanced Defense Cooperation

Agreement” - EDCA, que prevê maior presença militar norte-americana no Mar do Sul da China, a um custo mais baixo do que as antigas bases utilizadas pelos norte-americanos no país, e representa um efetivo impulso para o “reequilíbrio” norte-americano para a Ásia. Durante sua estada o Presidente reiterou o compromisso de seu país com a defesa das Filipinas.

Como consequência do novo tratado de cooperação em matéria de defesa, o Governo filipino está preparando, na baía do Arquipélago de Palawan, instalações para o estabelecimento de nova “base naval temporária”, à disposição da frota norte-americana. A base se localiza a 160 km de ilhotas que fazem parte do conjunto das ilhas Spratly, reivindicadas pela China.

Os Estados Unidos foram o terceiro parceiro comercial das Filipinas, em 2014, atrás de Japão e China.

O Japão, principal parceiro comercial das Filipinas em 2014, continua a exercer grande importância na política externa filipina. Os dois países mantêm, desde 2008, Acordo de Parceria Econômica, que, ao incluir livre trânsito de ampla gama de mercadorias, estímulo a investimentos mútuos e, inclusive, projeto de livre trânsito de pessoas, é considerado bastante inovador, no contexto asiático. À semelhança da China, o Japão também tem exportado algumas indústrias às Filipinas (em áreas como produção de pneus e manufatura de eletrônicos). Ademais, trocam visitas de alto nível quase anualmente e, em setembro de 2011, assinaram Acordo de Parceria Estratégica. Cerca de 200 mil filipinos vivem no Japão.

POLÍTICA INTERNA

As Filipinas passaram por processo de redemocratização, em 1986. O atual Presidente, Benigno Aquino III, com mandato de 2010 a 2016, é herdeiro e sucessor do patrimônio político legado pelo símbolo maior da reação ao Governo de Ferdinand Marcos, Benigno Aquino Jr., assassinado no aeroporto de Manila, após exílio forçado nos Estados Unidos, e de Corazón Aquino, primeira Presidente da era pós-Marcos. Seu histórico contribui para sua boa reputação, uma vez que, na estrutura de poder filipina, os partidos políticos contam pouco, bem menos que as dinastias ligadas a grandes grupos no Parlamento. Aquino faz da luta contra a corrupção, endêmica no país, sua grande bandeira. Registrando bons índices econômicos (crescimento de 6,1% em 2014), seu Governo goza de bom índice de aprovação (59% em 2014), o que também pode ser atribuído aos bons resultados dos programas sociais e de saúde universal; à melhora das práticas de gestão pública; e à luta contra a corrupção.

A Constituição de 1987 estruturou o Estado filipino à semelhança do estadunidense. Foi adotado o sistema presidencialista, com Legislativo

bicameral (Senado e Câmara de Representantes) e Judiciário. O mandato presidencial é de seis anos, sem possibilidade de reeleição.

O Governo tem obtido êxito nos programas de transferência de renda, que tem recebido elogios mesmo de seus opositores, e em programas de construção de 20 mil casas para militares e de modernização dos equipamentos das Forças Armadas.

Analistas indicam que a corrupção e a violência política constituem grandes desafios para o país. O país foi classificado como 85º, de um total de 175 países, no Índice de Percepção de Corrupção 2014, elaborado pela ONG Transparência Internacional (o Brasil figura na 69ª posição).

Foram realizadas, em maio de 2013, as eleições para o Senado, Câmara dos Deputados, Governos provinciais e prefeituras nas Filipinas, em clima de violência localizada. Observou-se ampla vitória da coalizão aliada ao Presidente Benigno Aquino, que, na esteira de seu alto índice de popularidade, teria garantido um cômodo controle das duas casas do Congresso (o que não ocorria desde a restauração da democracia, em 1986). A alta popularidade de Aquino deve-se ao desempenho econômico do país (o segundo mais alto da região, após a China); sua cruzada anticorrupção; a conclusão de um acordo inicial de paz com rebeldes muçulmanos de Mindanao; e sua plataforma de redução da pobreza.

Em março de 2014, ocorreu a assinatura formal do acordo de paz com a “Moro Islamic Liberation Front” (MILF), que opera no sul do país, no arquipélago de Mindanao. Foi especialmente convidado para a cerimônia o Primeiro-Ministro da Malásia, país que atuou como facilitador ao longo dos 17 anos de negociação do acordo. A assinatura trouxe à tona a insatisfação da “Moro National Liberation Front” (MNLF) que, tendo firmado, em 1976, acordo similar com o Governo, jamais respeitado, sentiu-se agora excluída das negociações de paz definitiva na região. A MILF anunciou, em seguida, sua intenção de se transformar em um partido político, para disputar as eleições presidenciais e provinciais de 2016.

Registre-se que os entendimentos entre a MILF e o Governo central, sem incluir os demais grupos (“Moro National Liberation Front” (MNLF); o “Abu Sayyaf Group” (ASG); e o “Bangsamoro Islamic Freedom Fighters” (BIFF)), geraram insatisfação nas demais forças guerrilheiras, o que desencadeou uma série de conflitos entre essas forças e o governo central.

Em janeiro de 2015, o processo de paz no sul do país sofreu abalo, quando confronto entre a MILF e a Polícia Nacional Filipina (PNP) resultou na morte de sessenta e quatro membros da polícia.

Direitos Humanos

A percepção da comunidade internacional é de que as Filipinas estão comprometidas com a causa dos direitos humanos e que seu governo tem demonstrado vontade política para melhorar a situação dos direitos humanos em seu território. A Constituição de 1987 determinou a criação de uma comissão de direitos humanos independente, a Comissão de Direitos Humanos das Filipinas. Também em virtude da Constituição, foi estabelecido o Escritório do Ombudsman como órgão independente, encarregado de proteger os cidadãos contra a corrupção e os abusos cometidos por agentes governamentais.

No que se refere ao poder executivo, o Comitê Presidencial de Direitos Humanos supervisiona e coordena o respeito aos direitos humanos por parte da administração. As duas câmaras do Congresso contam com comitês de direitos humanos, e o poder judiciário tem sistematicamente mantido a proteção dos direitos humanos ao amparo do estado de direito.

Programas de educação em matéria de direitos humanos instituídos pelo Departamento de Educação, em colaboração com a Comissão de Direitos Humanos, obtiveram reconhecimento da UNESCO. As forças armadas das Filipinas e as organizações da polícia nacional, assim como o Escritório Nacional de Investigações, contam também com respectivos escritórios de direitos humanos. O governo das Filipinas também desenvolveu políticas de proteção dos direitos humanos de grupos minoritários, tais como crianças; mulheres; e povos indígenas.

Histórico

Fundado em 1564 como colônia espanhola – a denominação do território homenageia o Imperador Felipe II –, o país permaneceu sob o domínio da Espanha por mais de três séculos. Após a luta pela independência da Espanha, conquistada em junho de 1898, as Filipinas passaram ao domínio dos Estados Unidos (que adquiriram o território da Espanha, em dezembro de 1898, nos tratados de paz da Guerra Hispano-Americana), por meio da Guerra Filipino-Americana. Após longo período de controle norte-americano, sucedido por período de autogoverno (1935), as Filipinas se tornaram independentes em 1946, com reconhecimento dos EUA, por meio do Tratado de Manila (1946).

No período de 1946 a 1985, chamado de Terceira República, o país testemunhou rápido desenvolvimento econômico, sob a égide norte-americana, reforçado pela importante presença militar dos EUA nas Filipinas (o tratado militar de 1947 concedeu aos Estados Unidos o uso de determinadas bases militares no país por 99 anos).

Em 1965, Ferdinand Marcos foi eleito Presidente, conquistando, pela primeira vez na história filipina, a reeleição, em 1969. Marcos inaugurou uma era de regime autoritário que durou cerca de 20 anos. Em 1972, Marcos decretou a lei marcial, que vigorou até 1981, introduziu nova Constituição (1973) e mudou o regime de presidencialista para parlamentarista, possibilitando-lhe permanecer no poder indefinidamente, com significativo apoio do estamento militar, que adquiriu maior relevância no período. Após o fim da lei marcial, em 1981, e uma série de tentativas de permanecer no poder, inclusive por meio de eleições alegadamente fraudulentas, Marcos foi deposto por um movimento popular, tendo como principal líder a opositorista Corazon Aquino (esposa do falecido líder opositorista Benigno Aquino Jr., assassinado em 1983 por homens ligados ao regime de Marcos, ao retornar do exílio. A própria Corazon também foi alvo de atentado contra sua vida, que feriu seu filho, o atual Presidente Benigno Aquino).

Corazon Aquino (mãe do atual presidente e falecida em 2009) foi eleita presidente em 1986, sendo a primeira mulher Chefe de Estado da Ásia (outra grande personalidade feminina asiática, Indira Ghandi, foi Primeira-Ministra da Índia em três ocasiões, 1966-1977 e 1980-1984, mas não exercia a Chefia de Estado). Enfrentou grande oposição de setores militares ligados a Marcos (mas teve, por outro lado, apoio de setores militares vinculados à deposição de Ferdinand Marcos), tendo sido vítima de sete tentativas de golpe militar.

A Constituição de 1987, promulgada sob a presidência de Corazon Aquino (1986-1992), reestruturou o Estado filipino à semelhança do estadunidense. Foi adotado o sistema presidencialista, com Legislativo bicameral (Senado e Câmara de Representantes) e Judiciário. O mandato presidencial é de seis anos, sem possibilidade de reeleição.

Corazon Aquino foi sucedida por Fidel Ramos, militar que fora Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas Filipinas (1986-88) e Ministro de Defesa (1988-91) na Administração Aquino. O Governo de Ramos notabilizou-se pelo rápido progresso econômico, pela estabilidade política e pelo notável aumento dos investimentos estrangeiros no país – significativos avanços alcançados durante seu mandato (1992-1998). Anteriormente, Ramos distinguira-se pelo rompimento com o Governo Marcos, do qual fora parte, e por sua participação no movimento popular que o depôs.

ECONOMIA

Em 1960, as Filipinas tinham o segundo maior PIB per capita da Ásia, menor apenas do que o do Japão, mas foram gradualmente ultrapassadas por Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Singapura, Tailândia e Indonésia.

Essa tendência tem-se revertido. A economia filipina tem mantido taxas de crescimento elevadas em anos recentes, em ritmo superior a 5% ao ano. Em 2009, devido à crise econômica internacional, houve crescimento do PIB de 1,1%. Segundo o FMI, o PIB expandiu-se em 7,6%, em 2010; 3,6%, em 2011; 6,8%, em 2012; 7,2%, em 2013; 6,1% em 2014; com previsão de 6,7% em 2015. O comércio exterior corresponde a pouco menos de 70% do PIB filipino. Segundo o estudo “OCDE Economic Outlook for Southeast Asia, China and India”, edição 2015, a República das Filipinas é o país com melhor perspectiva de crescimento econômico no Sudeste Asiático, considerado o quinquênio 2015-2020.

Nos últimos dez anos, as exportações globais das Filipinas cresceram 49,8%, passando de US\$ 41,3 bilhões, em 2005, para US\$ 61,8 bilhões, em 2014. Os principais mercados de destino para as exportações filipinas, em 2014, foram: Japão (22,5%); Estados Unidos (14,1%); China (13,0%); Hong Kong (9,0%); Singapura (7,2%); Alemanha (4,3%); e Coreia do Sul (4,1%). O Brasil (0,3%) foi o 26º mercado para os produtos filipinos.

Entre 2005 e 2014, as importações cresceram 36,9%, passando de US\$ 49,5 bilhões para 67,8 bilhões. Os principais países fornecedores, em 2014, foram: China (15,2%); Estados Unidos (8,8%); Japão (8,2%); Coreia do Sul (7,7%); Singapura (6,9%); Taiwan (6,8%); Tailândia (5,3%). Ressalte-se que, ao longo dos últimos dez anos, a China mais que dobrou sua participação no mercado filipino. O Brasil (0,3%) foi o 30º fornecedor das Filipinas.

Em maio de 2014, a agência de classificação de risco “Standard & Poor’s” elevou o grau de investimento do país, de BBB- para BBB, o mais alto índice da história das Filipinas.

Apesar do crescimento do PIB e dos esforços do Governo para expandir programas sociais como o “conditional cash transfer”, inspirado no Bolsa Família, 25,8% dos filipinos ainda viviam em situação de pobreza, em 2014, número que permaneceu praticamente inalterado nos últimos dez anos.

As Filipinas receberam US\$ 6,2 bilhões em investimento estrangeiro direto (IED), em 2014, o que representou um aumento de 67,6% em relação a 2013. Historicamente, os principais investidores nas Filipinas são Estados Unidos, Japão, Holanda, Reino Unido e Austrália. Com referência aos setores, destacam-se agroindústria, serviços de “outsourcing” e TI, equipamentos eletrônicos e semicondutores; energia, logística, mineração, indústria naval e turismo.

Entre os desafios ao crescimento econômico, estão a melhoria do ambiente de investimentos e a necessidade de ampliar-se a arrecadação governamental, para financiar gastos sociais e com infraestrutura. A capacidade de atrair investimentos é prejudicada por distorções do sistema tributário; infraestrutura deficiente; e ambiente legal e regulatório pouco

eficiente. Além disso, rígidos dispositivos econômicos previstos na Constituição têm inviabilizado a atração de capitais estrangeiros no nível considerado necessário pelo Governo. Segundo relatório do Banco Mundial, de outubro de 2014, as Filipinas ocuparam o 95º lugar, dentre as economias examinadas, no que se refere à facilidade de fazer negócios (dentre as nações que integram o sudeste asiático, as Filipinas ficaram com a 5ª posição, atrás de Singapura, Malásia, Tailândia e Vietnã).

Em 2014, o país registrou déficit de US\$ 2,87 bilhões em sua balança de pagamentos, o que pôs fim a 8 anos consecutivos de saldos positivos (o maior deles, registrado em 2010, de US\$ 15,24 bilhões). O resultado foi atribuído principalmente ao decréscimo no afluxo de capitais externos, que afetou também o volume das reservas internacionais do país (US\$ 79,8 bilhões, em dez/2014, suficiente para cobrir 10,2 meses de importações e correspondente a 8,4 vezes o valor da dívida externa líquida). Em 2014, as remessas do exterior provenientes de filipinos emigrantes registraram US\$ 24,35 bilhões, cerca de 8,4% do PIB do país.

De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional, a taxa de desemprego, no país, em 2014, ficou em 6,9% do total da população economicamente ativa. Embora dentro da faixa de variação prevista pelo Governo (entre 6,8 e 7,2%), as autoridades pretendem reduzi-la para algo entre 6,5% e 6,7%, até 2016, quando termina o mandato do Presidente Aquino. Para a mesma data, prevê-se um crescimento da economia em torno de 8% e a redução da faixa de população que vive abaixo da linha da pobreza (25,8%, em 2014) para 18-20%, em 2015, e 16,6% em 2016. O índice de Gini das Filipinas, de acordo com dados Banco Mundial, é de 43,0 (o país ocupa a 48ª posição em ranking de 154 países), melhor que o do Brasil (52,7; 14º). A urbanização se tem mantido estável, com 45% da população vivendo em cidades.

Energias Renováveis

As energias renováveis respondem por 38,9% da matriz energética do país. Entre as energias renováveis, destacam-se a geotérmica, hidroeletricidade e biomassa. Em 2011, as Filipinas apresentavam 3,6 GW de capacidade instalada de hidroeletricidade e 1,8 GW de capacidade instalada de energia geotermal. O Governo filipino estabeleceu plano para triplicar a capacidade instalada de fontes renováveis até 2030.

O Governo filipino aprovou, em 2006, legislação para promover o uso de biocombustíveis, por meio de incentivos fiscais e do estabelecimento de mandatos para etanol e biodiesel (atualmente E-10 e B-2). Existe a intenção de estabelecer mandato de B-5 - a produção de biodiesel poderia atrair parte

dos 80% da produção de óleo de coco que são destinados à exportação. Também está prevista a adição, até 2015, de 276 MW de capacidade instalada de térmicas a biomassa. Os produtores locais têm empregado, principalmente, tecnologias adquiridas da Índia.

A produção local de etanol de cana-de-açúcar atende apenas cerca de 30% da demanda interna (estimada em 381 milhões de litros/ano), tornando necessário recorrer à importação para cumprir o mandato de E-10. Tendo em vista a meta de ampliar a mistura para E-25 em 2020, o Governo filipino busca atrair investimentos na área para expandir a capacidade de produção de biocombustíveis.

O programa de etanol filipino foi iniciado em uma época de grande excedente na produção de açúcar, o que tornava a opção de produzir etanol bastante atraente para estimular o setor rural. No entanto, muitos dos investimentos privados previstos na área não foram concretizados até o momento, enquanto outros estão atrasados. Ademais, a variedade de cana-de-açúcar empregada no país teria baixa produtividade (aproximadamente 58 toneladas/hectare). Para atender o mandato de 20% de mistura de etanol (E-20) em 2020, o país precisará dinamizar, ainda, o programa de veículos flexfuel.

Energias não-renováveis

O petróleo é responsável por aproximadamente 41 % do provimento de energia primária do país, seguido por carvão (22%), biomassa (19%), gás natural (8%), hidráulica (6%), e outros (4%). Aproximadamente 40% de toda energia consumida no país era importada. A redução da dependência externa energética é uma das prioridades do governo filipino.

A produção petrolífera doméstica iniciou-se na década de 1970, mas, entre 1996 e 2000, o país não produziu óleo cru devido à exaustão de poços antigos e à falta de investimento em novas áreas. A produção anual de petróleo no país é da ordem de 26,25 milhões de barris, equivalente a menos que 9% do consumo interno (300 mil barris diários). O país, cuja capacidade de refino é de 290 mil barris diários, importa mais de 90% de suas necessidades de óleo cru, sendo o Oriente Médio e Rússia as principais fontes do petróleo importado pelas Filipinas. Em 2014, as reservas domésticas de petróleo registraram 140 milhões de barris.

Em 2014, o país lançou rodada de licitação para a exploração de 11 blocos de exploração de petróleo e gás na Bacia de Palawa e arredores, incluindo dois próximos às ilhas Spratly, área em disputa com a China. Espera-se que esses novos blocos elevem a produção filipina em 39 mil barris diários até 2019.

As reservas filipinas de gás natural são da ordem de 98,5 bilhões de metros cúbicos. A produção interna, destinada inteiramente ao consumo nacional, é de 2,8 bilhões de metros cúbicos de gás.

As Filipinas utilizam a cooperação internacional como parte de sua estratégia de segurança energética. Regionalmente, atuam no “Asia-Pacific Economic Cooperation”, juntamente com o Japão e o Mianmar, como um dos coordenadores do “mecanismo regional de consultas e coordenação para períodos de escassez de petróleo e emergências”, assim como no “Asia Cooperation Dialogue”, na qualidade de “co-prime mover” do Grupo de Trabalho de Energia, ao lado de China, Irã, Indonésia, Barein e Catar.

Matriz Elétrica

A produção de eletricidade das Filipinas é baseada em carvão, responsável por cerca de 35% da geração de eletricidade, seguido por gás natural (30%), usinas geotérmicas (15%) e energia hidrelétrica (15%). Apesar de ser a principal fonte da matriz primária do país, o petróleo responde por apenas 5% da geração de eletricidade.

Mineração

O setor de mineração responde por apenas 1% do produto interno bruto filipino e emprega 1,5% da força de trabalho nacional. Seu principal cliente externo é o Japão, e seus principais produtos são o ouro e o cobre. As Filipinas importam 60% do carvão consumido no país (16,4 milhões de toneladas/ano).

Cronologia histórica das Filipinas

1521-1898	Domínio da Espanha.
1896	Início da Revolução Filipina.
1898	Tratado de Paris finaliza a Guerra Espanha-EUA; transferência do domínio colonial sobre as Filipinas para os EUA.
1898	Proclamação da Independência por Emilio Aguinaldo, em 12 de junho (data nacional): início da I República filipina. Guerra com os EUA.
1902	Final da Guerra e consolidação do domínio colonial dos EUA.
1942-44	Ocupação japonesa.
1946	Concessão da Independência pelos EUA, em 4 de julho. A data nacional do país, entretanto, voltou a ser, mais recentemente, 12 de junho (Independência e início da I República).
1951	Acordo de Paz assinado com o Japão.
1965	Ferdinando Marcos torna-se Presidente.
1973	Nova Constituição confere a Marcos poderes absolutos.
1986	Protestos populares põem fim à ditadura Marcos. Corazón Aquino torna-se Presidente.
1992	Fidel Ramos vence as eleições presidenciais. EUA fecha a Base Naval de Subic Bay.
1996	Acordo de Paz entre o Governo e a Frente Moro de Libertação Nacional.
1998	Joseph Estrada é eleito Presidente.
2001	Estrada é deposto, após protestos populares. Gloria Arroyo assume a Presidência (janeiro).
2002	Assinatura do “Mutual Logistics Support Agreement (MLSA)” com os EUA, restabelece a presença militar norte-americana, sob novos princípios.
2004	Gloria Arroyo vence as eleições presidenciais (junho).
2006	Tentativa de “impeachment” contra a Presidente Arroyo (agosto).
2007	O senador Trillanes, já detido por insurreição, e alguns militares burlam a vigilância durante audiência judicial e refugiam-se em hotel de luxo, em Manila, em protesto contra o governo. São desalojados manu militari.
2008	Acordo com a “Moro Islamic Liberation Front” é prejudicado em razão de crescentes protestos de comunidades cristãs. A retomada dos conflitos na ilha de Mindanao resultou na morte de 30 pessoas (agosto).

2009	Funcionários da Cruz Vermelha são sequestrados. O grupo terrorista Abu Sayyaf é acusado da autoria do delito (janeiro).
2010	Eleições presidenciais; vitória de Benigno S Aquino III (maio).
2011	Em meio a acusações de fraude eleitoral, é emitido mandado de prisão contra a ex-Presidente Gloria Macapagal-Arroyo.
2012	Aumento das tensões com a China por disputas de territórios marítimos
	Firmado acordo com a “Moro Islamic Liberation Front” (MILF), que prevê o estabelecimento de nova região autônoma na ilha de Mindanao (outubro)
	Ex-Presidente Gloria Arroyo é presa por desvio de fundos públicos (outubro)

Cronologia das relações bilaterais

1946	O Brasil reconhece a República das Filipinas em 4 de julho.
1960	Visita ao Brasil do então Vice-Presidente (Presidente em 1961-65) Diosdado Macapagal, pai da ex-Presidente Gloria Macapagal-Arroyo.
1970	Abertura da Embaixada do Brasil em Manila.
1979	Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, visitou as Filipinas em missão que visava ao escoamento de minérios para a China.
1981	Missão econômico-comercial composta de representantes de diversos setores do Governo e de cerca de cinquenta empresários visitou as Filipinas, no âmbito de visita a países do Sudeste Asiático.
1982	Escola Superior de Guerra organizou viagem de estudos ao país, no âmbito de périplo asiático.
2003	Visita do Vice-Ministro de Reforma Agrária das Filipinas, Jose Mari Ponce.
2005	Visita às Filipinas de grupo de Deputados e Senadores brasileiros, para participar de Assembléia da União Interparlamentar.
2005	Visita às Filipinas do Embaixador Luiz Augusto de Araujo Castro, na qualidade de Enviado Especial do Senhor Presidente da República, para tratar da candidatura do Brasil a um assento permanente CSNU.
2006	Visita do Ministro do Meio Ambiente Angelo Reyes, para participar da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.
2006	Visita do Ministro da Reforma Agrária, Nasser C. Pangandaman (Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (março)).
2006	Visita do Ministro da Agricultura das Filipinas, Domingo Panaganiban, por ocasião de Encontro de Alto Nível do G-20 (setembro).
2007	Visita do Secretário dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Alberto Romulo, para participar da III Reunião Ministerial do FOCALAL. Na ocasião, manteve encontro paralelo com o então Ministro Celso Amorim.
2008	Visita da Ministra do Bem-Estar Social e Desenvolvimento, Esperanza Cabral, para participar do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (novembro).
2008	Visita do Subsecretário dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Edsel T. Custodio, como chefe da delegação filipina na I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN (novembro).
2009	Visita ao Brasil da Presidente Gloria Arroyo (junho).
2010	Primeira Reunião do Comitê Conjunto Agrícola, em maio, em Manila
2010	Missão conjunta do Pres. da FIESC e do VP da CNI
2010	Visita da Sra. SGAP II a Manila para a realização da I Reunião de Consultas Bilaterais.
2011	Missão conjunta Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA) e APEX
	Visita do Secretário dos Negócios Estrangeiros (Chanceler) Albert Del Rosario
2012	Visita do Vice-Ministro de Orçamento e Gestão, Florencio Abad, para participar reunião ministerial da OGP
	Participação do Ministro do Planejamento, Arsenio Balisacan, na Conferência Rio+20
	II Reunião de Consultas Bilaterais, em Brasília, em outubro de 2012

2013	Visita do Presidente da Comissão de Esportes, Ricardo Garcia
	Visita do Subsecretário Administrativo, SNE Rafael Seguis
	Visita do Secretário (Ministro) da Reforma Agrária, Virgilio de los Reyes
	Visita do Secretária (Ministra) do Bem Estar Social das Filipinas, Corazon Juliano-Soliman
	Visita do Sr. CGFOME às Filipinas
2014	III Reunião de Consultas Bilaterais, em Brasília, em agosto de 2014

Acordos bilaterais entre Brasil e Filipinas

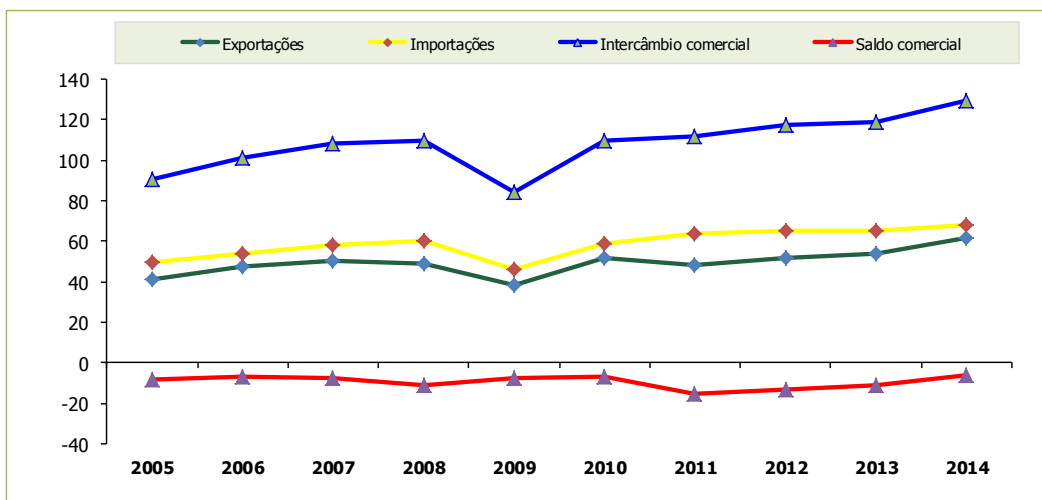
Título do acordo	Data de celebração	Entrada em vigor para a outra parte	Entrada em vigor para o Brasil
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	24/06/2009	12/10/2011	24/09/2014
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	29/09/1983	20/08/1991	28/10/1991
Acordo Complementar ao Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes, de 25 de outubro de 1973	25/10/1973	25/10/1973	03/12/1973
Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais, Especiais e Comuns	25/10/1973	25/10/1973	03/12/1973

Dados Econômico-Comerciais Brasil-Filipinas

Evolução do Comércio Exterior das Filipinas
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	41,3	4,0%	49,5	7,3%	90,7	5,8%	-8,2
2006	47,4	14,9%	54,1	9,3%	101,5	11,8%	-6,7
2007	50,5	6,4%	58,0	7,2%	108,5	6,9%	-7,5
2008	49,1	-2,8%	60,4	4,2%	109,5	1,0%	-11,3
2009	38,4	-21,7%	45,9	-24,1%	84,3	-23,0%	-7,4
2010	51,5	29,8%	58,5	26,8%	110,0	28,2%	-7,0
2011	48,0	-6,7%	63,7	8,9%	111,7	1,6%	-15,7
2012	52,0	8,2%	65,3	2,6%	117,3	5,0%	-13,4
2013	54,0	3,8%	65,1	-0,4%	119,1	1,5%	-11,1
2014	61,8	14,5%	67,8	4,1%	130	8,8%	-5,9
Var. % 2005-2014	49,8%	---	36,9%	---	42,8%	---	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

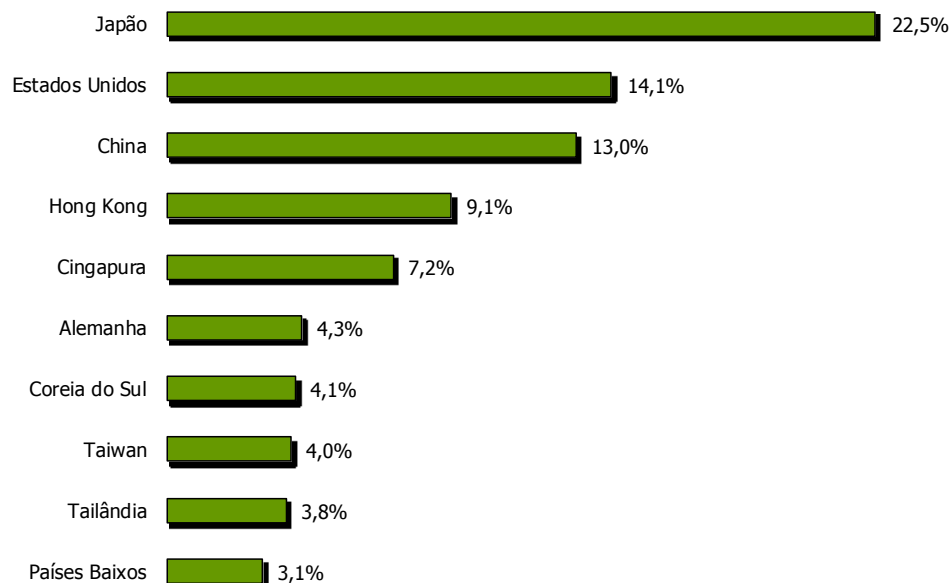


Direção das Exportações das Filipinas
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Japão	13,92	22,5%
Estados Unidos	8,73	14,1%
China	8,03	13,0%
Hong Kong	5,59	9,1%
Cingapura	4,45	7,2%
Alemanha	2,66	4,3%
Coreia do Sul	2,53	4,1%
Taiwan	2,45	4,0%
Tailândia	2,35	3,8%
Países Baixos	1,89	3,1%
...		
<i>Brasil (26ª posição)</i>	<i>0,16</i>	<i>0,3%</i>
Subtotal	52,77	85,4%
Outros países	9,04	14,6%
Total	61,81	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

10 principais destinos das exportações

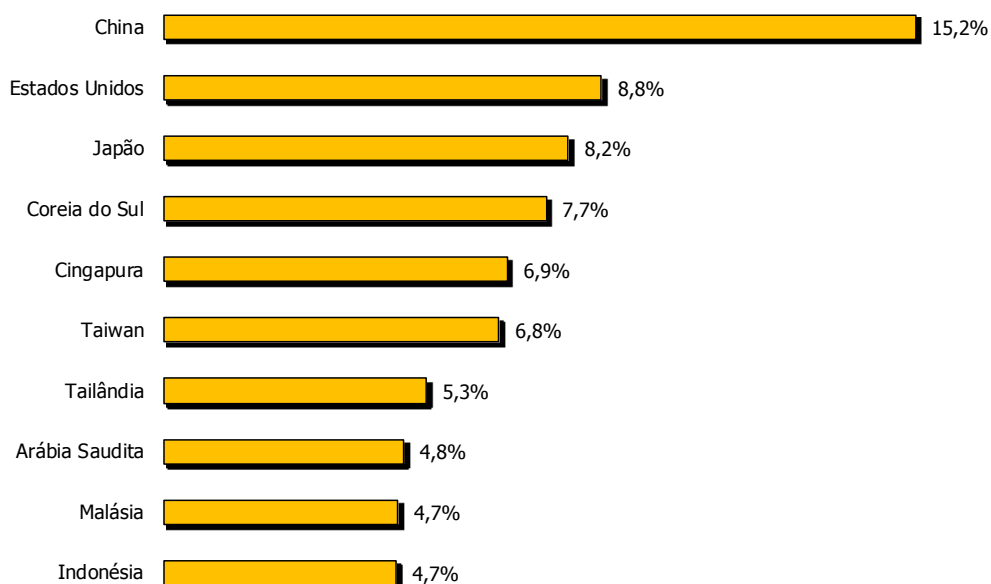


Origem das Importações das Filipinas US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
China	10,28	15,2%
Estados Unidos	5,99	8,8%
Japão	5,54	8,2%
Coreia do Sul	5,23	7,7%
Cingapura	4,71	6,9%
Taiwan	4,59	6,8%
Tailândia	3,60	5,3%
Arábia Saudita	3,29	4,8%
Malásia	3,21	4,7%
Indonésia	3,19	4,7%
...		
Brasil (30ª posição)	0,17	0,3%
Subtotal	49,80	73,5%
Outros países	17,96	26,5%
Total	67,76	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

10 principais origens das importações

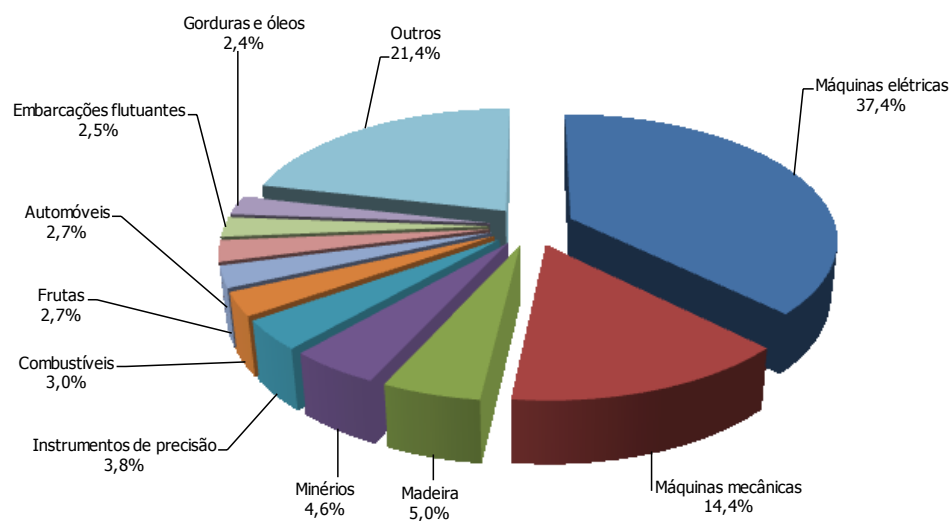


Composição das exportações das Filipinas US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas elétricas	23,12	37,4%
Máquinas mecânicas	8,92	14,4%
Madeira	3,10	5,0%
Minérios	2,86	4,6%
Instrumentos de precisão	2,32	3,8%
Combustíveis	1,84	3,0%
Frutas	1,70	2,7%
Automóveis	1,66	2,7%
Embarcações flutuantes	1,57	2,5%
Gorduras e óleos	1,49	2,4%
Subtotal	48,57	78,6%
Outros	13,24	21,4%
Total	61,81	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

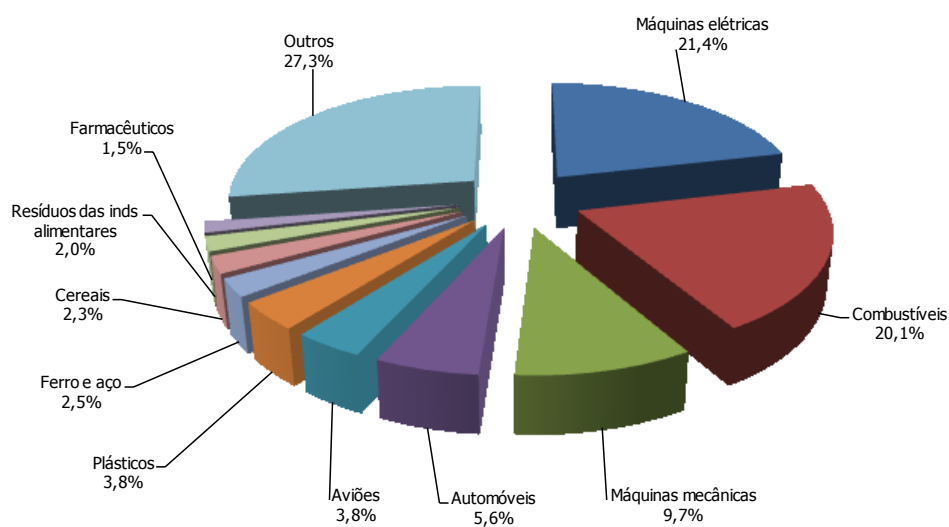


Composição das importações das Filipinas US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas elétricas	14,48	21,4%
Combustíveis	13,65	20,1%
Máquinas mecânicas	6,55	9,7%
Automóveis	3,81	5,6%
Aviões	2,60	3,8%
Plásticos	2,58	3,8%
Ferro e aço	1,67	2,5%
Cereais	1,59	2,3%
Resíduos das inds alimentares	1,36	2,0%
Farmacêuticos	1,01	1,5%
Subtotal	49,28	72,7%
Outros	18,48	27,3%
Total	67,76	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

10 principais grupos de produtos importados

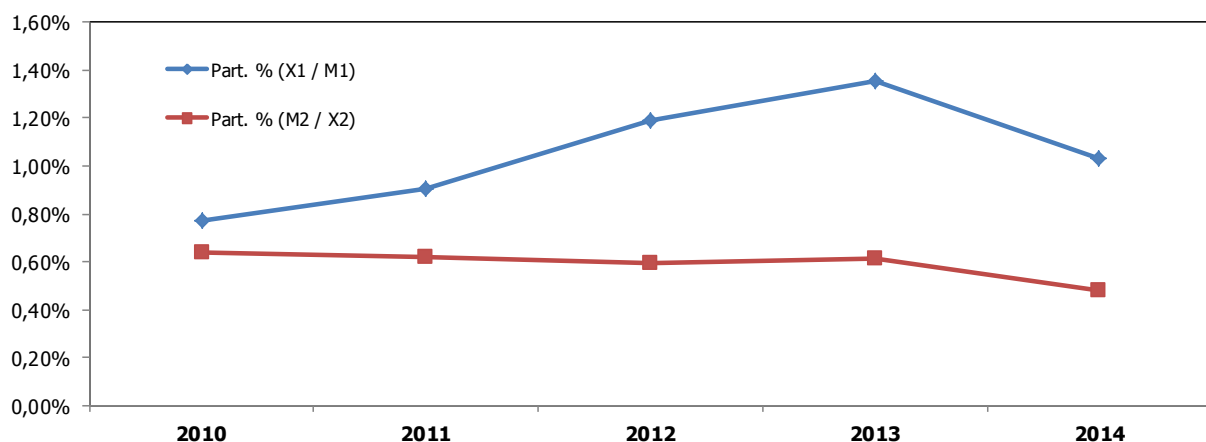


Part. % do Brasil no Comércio das Filipinas⁽¹⁾
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para as Filipinas (X1)	449	576	779	880	699	55,7%
Importações totais das Filipinas (M1)	58.468	63.693	65.350	65.097	67.757	15,9%
Part. % (X1 / M1)	0,77%	0,90%	1,19%	1,35%	1,03%	34,3%
Importações do Brasil originárias das Filipinas (M2)	330	298	310	330	296	-10,2%
Exportações totais das Filipinas (X2)	51.498	48.042	51.995	53.978	61.810	20,0%
Part. % (M2 / X2)	0,64%	0,62%	0,60%	0,61%	0,48%	-25,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

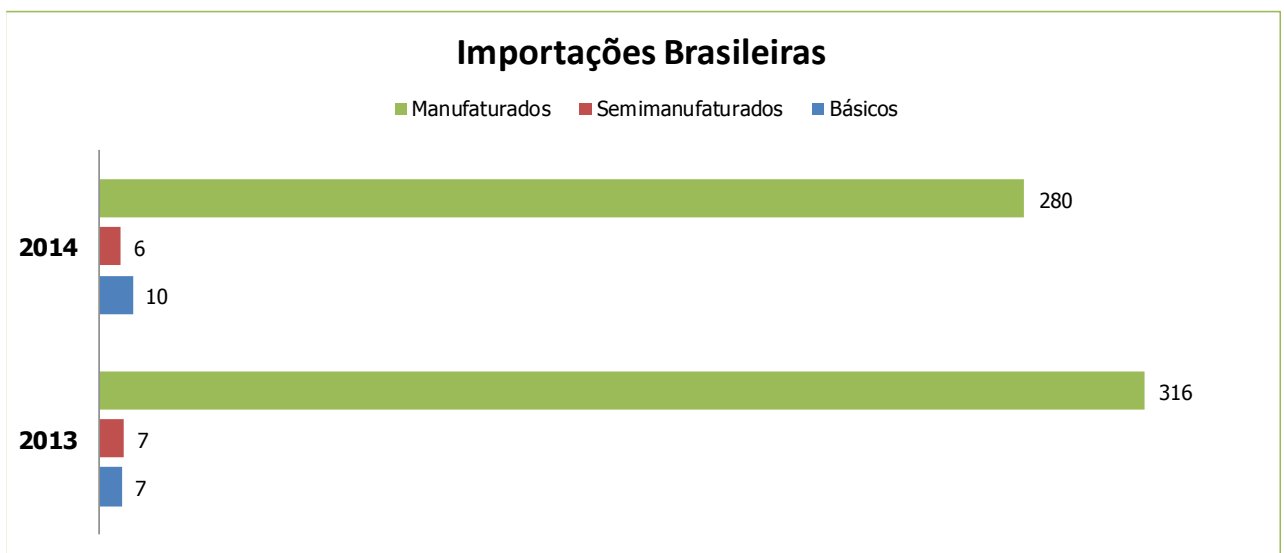
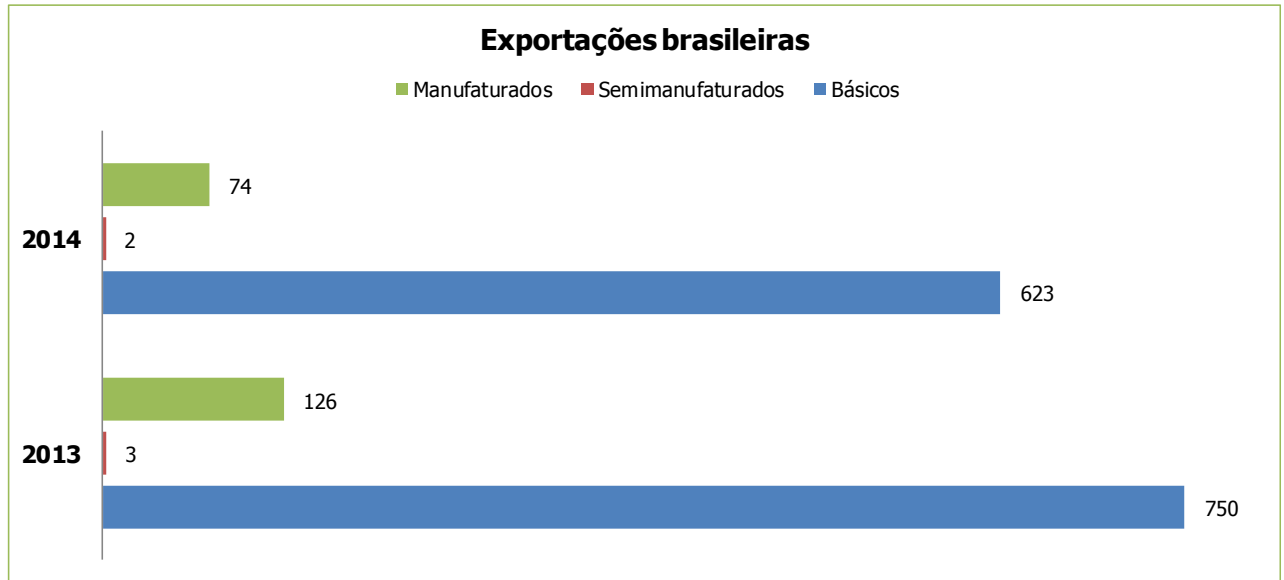
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

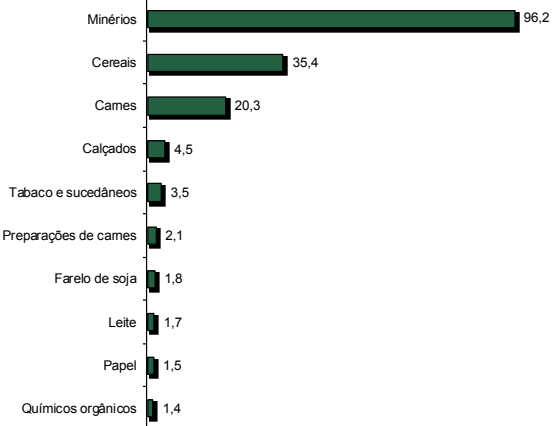
US\$ milhões

Comparativo 2014 com 2013



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	<div>Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015</div> 
Exportações					
Minérios	219,9	78,4%	96,2	54,5%	
Cereais	0,2	0,1%	35,4	20,1%	
Carnes	20,6	7,3%	20,3	11,5%	
Calçados	4,6	1,6%	4,5	2,5%	
Tabaco e sucedâneos	19,4	6,9%	3,5	2,0%	
Preparações de carnes	1,2	0,4%	2,1	1,2%	
Farelo de soja	1,0	0,3%	1,8	1,0%	
Leite	1,5	0,5%	1,7	1,0%	
Papel	2,1	0,7%	1,5	0,8%	
Químicos orgânicos	0,6	0,2%	1,4	0,8%	
Subtotal	271,2	96,7%	168,4	95,4%	
Outros produtos	9,3	3,3%	8,1	4,6%	
Total	280,5	100,0%	176,5	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015					
Importações					
Máquinas elétricas	46,1	43,9%	42,7	49,0%	
Máquinas mecânicas	30,9	29,4%	19,5	22,4%	
Instrumentos de precisão	7,6	7,2%	6,6	7,6%	
Vestuário de malha	4,0	3,8%	3,1	3,5%	
Preparações hortícolas	1,3	1,2%	2,4	2,8%	
Automóveis	2,2	2,1%	2,2	2,5%	
Frutas	1,9	1,8%	1,9	2,2%	
Borracha	3,5	3,3%	1,8	2,1%	
Farelo de soja	0,6	0,6%	1,3	1,5%	
Plásticos	0,9	0,8%	1,1	1,3%	
Subtotal	99,0	94,2%	82,5	94,7%	
Outros produtos	6,1	5,8%	4,6	5,3%	
Total	105,1	100,0%	87,1	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ILHAS MARSHALL



Informação Ostensiva
Maio de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE AS ILHAS MARSHALL	
NOME OFICIAL	República das Ilhas Marshall
CAPITAL	Majuro
ÁREA	181,3km²
POPULAÇÃO (2014)	70.983
IDIOMA OFICIAL	Marshallês (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes e católicos
SISTEMA POLÍTICO	Governo constitucional em associação livre com os EUA
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral, composto pelo <i>Nitijela</i> (33 senadores) e pelo Conselho de Iroji (12 chefes tribais)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Christopher J. Loeak
CHEFE DE GOVERNO	Presidente Christopher J. Loeak
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Tony de Brum
PIB NOMINAL (2014)	US\$ 193 milhões
PIB PPP (2014)	US\$ 3.539
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2014)	US\$ 181 milhões
PIB PPP <i>per capita</i> (2014)	US\$ 3.334
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2014)	0,51%(est.)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (anos)¹	72
MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO¹	9,8
IDH¹	0,563 (médio)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar americano
EXPECTATIVA DE VIDA	72,58
ALFABETIZAÇÃO:	Sem medida.
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2011):	36% (2006 est.)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	-
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro de brasileiros na Micronésia.

(2) Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Table1.pdf

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ MARSHALL	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	297	1.902	996	4.969	13.779	8.170	4.676	2.077	1.832
Exportações	260	669	969	4.969	13.707	8.169	4.605	1.921	1.776
Importações	36	1.233	26	---	72	0,161	71	155	55
Saldo	223	-564	943	4.969	13.636	8.169	4.534	1.765	1720

PERFIL BIOGRÁFICO

Christopher Loeak *Presidente*



Christopher Loeak nasceu em 11 de novembro de 1952. Serviu como Ministro da Justiça de 1988 a 1992. Tornou-se Ministro dos Serviços Sociais em 1992 e Ministro da Educação em 1996. Em 1999 e 2008 atuou como Ministro Assistente da Presidência. Em janeiro de 2012, foi eleito Presidente.

Tony de Brum
Ministro de Negócios Estrangeiros



Tony de Brum foi o primeiro Ministro de Negócios Estrangeiros das Ilhas Marshall, quando o país, embora ainda não inteiramente soberano, ganhou autonomia em relação aos Estados Unidos. Ocupou a posição de 1979 até 1987. Assumiu o cargo novamente no início de 2008, quando foi chamado pelo recém-eleito Presidente Litokwa Tomeing para formar seu gabinete, onde permaneceu até 2009. Em 17 de março de 2014, foi nomeado Chanceler pela terceira vez, pelo Presidente Christopher Loeak.

Brum estudou na Universidade do Havaí, onde participou da elaboração de um dicionário Marshallês-Inglês lançado em 1976. É também deputado no parlamento das Ilhas Marshall (Nitijela), para o qual foi eleito em 2011.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Ilhas Marshall estabeleceram relações diplomáticas por meio de comunicado conjunto subscrito em 27 de julho de 2010, em Nova York, pelos respectivos Representantes Permanentes junto às Nações Unidas. O esforço de aproximação com as Ilhas Marshall e com as demais Ilhas do Pacífico foi iniciado no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico. O embaixador Georges Lamazière conduziu a visita às Ilhas Marshall, que também passou por Micronésia e Palau.

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Embaixador das Ilhas Marshall na ONU, Phillip Muller, bem como os Embaixadores de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Vanuatu e Micronésia visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os Embaixadores fizeram visita protocolar ao Ministro de Estado interino das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras com outros chefes da casa. Como parte da programação, a delegação visitou ainda federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Entre 18 e 23 de junho de 2012, o presidente Christopher Loeak foi o primeiro chefe de governo das Ilhas Marshall a visitar o Brasil, por ocasião da Rio+20. O presidente das Ilhas Marshall não manteve encontros com autoridades brasileiras durante sua estadia no Rio de Janeiro.

No dia 22 de outubro de 2012, o Embaixador George Ney Fernandes apresentou credenciais ao Presidente das Ilhas Marshall, na qualidade de primeiro Embaixador do Brasil (não residente) em Majuro. Nessa ocasião, houve pedido de apoio do Brasil à posição do país no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, no que se refere aos efeitos ambientais decorrentes das explosões nucleares e da exposição à radiação.

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

COOPERAÇÃO

As Ilhas Marshall têm interesse em receber investimentos externos para desenvolver o setor de turismo. Em conversações mantidas pelo Embaixador George Ney Fernandes, em sua visita a Majuro, realizada em outubro de 2012, percebeu-se interesse das autoridades marshallinas em obter informação sobre o programa Bolsa-Família e intercâmbio de informações sobre efeitos da radiação por exposição à energia nuclear. Foi enviada à Doutora Hilda Heine, Ministra da Educação das Ilhas Marshall, ampla informação sobre o programa Bolsa-Família. A autoridade demonstrou grande agradecimento ao Governo brasileiro e a intenção de aplicar o programa em seu país.

COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral do Brasil com as Ilhas Marshall era praticamente nulo em 2003 (US\$ 3 mil) e cresceu rapidamente ao longo da década até chegar ao pico de US\$ 13,7 milhões em 2010, quando passou a reduzir-se em cerca de 50% a cada ano sucessivo. A tendência de redução permaneceu em 2014, ano em que o intercâmbio bilateral chegou a US\$ 1,8 milhão.

Em 2010, melhor ano do comércio bilateral, as exportações do Brasil para as Ilhas Marshall se concentraram na área de turismo, como embarcações de recreio tipo esporte (76,7%), álcool (20,8%) e consumo de bordo para embarcações e aeronaves. O Brasil importou das Ilhas Marshall artigos de plástico (99,8%).

De acordo com os dados estatísticos do MDIC/SECEX-Aliceweb, de 2005 a 2014, o **comércio bilateral** entre o Brasil e as Ilhas Marshall cresceu 458%, evoluindo de US\$ 328 mil, para US\$ 1,832 milhão. De 2013 para 2014, todavia, o intercâmbio registrou decréscimo de 11,8%. O saldo comercial tem sido favorável ao Brasil. Nos últimos três anos, os superávits foram de: US\$ 4,534 milhões (2012); US\$ 1,765 milhão (2013); US\$ 1,721 milhão (2014). De janeiro a abril de 2015, as trocas comerciais ganharam dinamismo e alcançaram o valor de US\$ 742 mil, apresentando aumento de 50,5% em comparação aos valores apurados no primeiro quadrimestre de 2014. No mesmo período, o superávit em favor do Brasil foi de US\$ 502 mil.

As **exportações** brasileiras para as Ilhas Marshall cresceram nos últimos dez anos 738% evoluindo de US\$ 212 mil em 2005, para US\$ 1,776 milhão em 2014. De 2013 para 2014, todavia as exportações diminuíram 7,5% motivadas, em função, basicamente, da retração nas vendas de carnes. O melhor desempenho da série aconteceu no ano de 2010, quando o Brasil vendeu US\$ 13,707 milhões em barcos de recreio (75,9% do total) e álcool etílico (20,4% do total). Entre janeiro e abril de 2015 as exportações somaram US\$ 622 mil, um aumento de 26,2% em relação ao mesmo período de 2014. Esse aumento foi provocado, basicamente, pela expansão das exportações de produtos classificados na categoria denominada 'consumo de bordo' (mercadorias para embarcações). Os principais produtos exportados para as Ilhas Marshall em 2014 foram: *i)* consumo de bordo/qualquer outra mercadoria para embarcações (valor de US\$ 1,717 milhões, equivalentes a 96,6% do total); e, *ii)* consumo de bordo/combustíveis e lubrificantes para embarcações (US\$ 60 mil; 3,4% do total geral exportado).

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos as modestas **importações** brasileiras originárias das Ilhas Marshall apresentaram uma queda de 52%, passando de US\$ 116 mil em 2005, para US\$ 56 mil em 2014. Sobre os valores de 2013, as compras recuaram 64% em 2014, em razão,

principalmente, da diminuição nas importações de artefatos de higiene ou de toucador, de alumínio (redução de 82%). O melhor desempenho da série aconteceu no ano de 2007, quando o Brasil adquiriu motores de explosão, no valor de US\$ 1,234 milhão. Entre janeiro e abril de 2015 as importações somaram US\$ 120 mil. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil das Ilhas Marshall, em 2014, foram: *i*) artefatos de higiene ou de toucador, de alumínio (valor de US\$ 27 mil, equivalentes a 48,2% do total); *ii*) baús para viagem, malas e malas de plásticos ou de matérias têxteis (US\$ 21 mil; 37,5%); *iii*) outras guarnições, ferragens e artigos semelhantes de metais comuns (US\$ 6 mil; 10,7%); e, *iv*) outros condutores elétricos para tensão igual ou inferior a 100 volts (US\$ 1 mil; 1,8%).

Evolução do intercâmbio comercial com as Ilhas Marshall - US\$ mil, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	212	208,2%	0,00%	116	n.a.	0,00%	328	377,4%	0,00%	96
2006	260	22,9%	0,00%	37	-68,3%	0,00%	297	-9,4%	0,00%	223
2007	669	157,0%	0,00%	1.224	(+)	0,00%	1.893	536,6%	0,00%	-555
2008	970	44,9%	0,00%	26	-97,8%	0,00%	996	-47,4%	0,00%	943
2009	4.970	412,6%	0,00%	0	-100,0%	0,00%	4.970	399,0%	0,00%	4.970
2010	13.707	175,8%	0,01%	72	n.a.	0,00%	13.779	177,3%	0,00%	13.636
2011	8.170	-40,4%	0,00%	0,2	-99,8%	0,00%	8.170	-40,7%	0,00%	8.170
2012	4.606	-43,6%	0,00%	71	n.a.	0,00%	4.677	-42,8%	0,00%	4.534
2013	1.921	-58,3%	0,00%	156	118,4%	0,00%	2.077	-55,6%	0,00%	1.765
2014	1.776	-7,5%	0,00%	56	-64,1%	0,00%	1.832	-11,8%	0,00%	1.721
2015 (jan-abr)	622	26,2%	0,00%	120	n.a.	0,00%	742	50,5%	0,00%	502
Var. % 2005-2014	738,4%		---	-52,0%		---	458,2%		---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.
 (+) Variação superior a 1.000%. (n.a.) Critério não aplicável. (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há rede consular ou comunidade brasileira nas Ilhas Marshall.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Marshall.

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Marshall tornaram-se independentes em 1986, sob um Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos da América, que lhes assegura defesa, condução da ação externa e aporte financeiro. A Constituição nacional segue o modelo de Westminster. O Pacto Comum de Livre Associação com os EUA, assinado em 1982, atribui responsabilidade ao Governo das Ilhas Marshall por assuntos domésticos e de política externa, exceto nos domínios a cargo dos EUA. O pacto entrou em vigor apenas em 21 de outubro de 1986.

As Ilhas Marshall são uma república constitucional, com um regime misto entre o parlamentarismo e o presidencialismo. As eleições são realizadas a cada quatro anos, elegendo, por sufrágio universal, os 33 Senadores da Câmara Baixa do Legislativo, conhecida como Nitijela (Parlamento). O Presidente é então apontado pelo Nitijela, dentre os seus membros, tornando-se chefe de Estado e de governo. A Câmara Alta do Legislativo, chamada de Conselho de Iroij, é composta por 12 chefes tribais, e tem caráter consultivo para questões fundiárias, de direito consuetudinário e de práticas tradicionais.

O Presidente Jurelang Zedkaia foi eleito em 26 de outubro de 2009, quando o então Presidente Litokwa Tomeing teve que deixar o cargo em razão de uma moção de desconfiança aprovada pelo Parlamento. Seu mandato expirou em janeiro de 2012, quando foi derrotado nas eleições gerais por Christopher Loek.

O grande problema das Ilhas Marshall é a saúde, comprometido todo um povo e 1.200 ilhas, espalhadas por 29 atóis, por 67 explosões nucleares na área, principalmente sobre, dentro e ao redor do Atol de Bikini, levadas a cabo pelos Estados Unidos, oficialmente, entre 1946 e 1954.

Adicionalmente, a mudança climática tem sido vista com cada vez mais alarme nas Ilhas Marshall, que experimentaram severas dificuldades ambientais ao longo do primeiro semestre de 2013, primeiro com secas e, em junho de 2013, com inundações na capital Majuro. Em consequência desses desastres ambientais, em junho de 2013 os EUA declararam que, sob o pacto de livre associação entre ambos os países, as Ilhas Marshall poderiam utilizar recursos do fundo nacional de emergências mantido pela agência americana de resposta a desastres.

POLÍTICA EXTERNA

Embora os EUA sejam o principal parceiro externo das Ilhas Marshall, o país tem procurado promover relações estreitas com o Japão, a Austrália e outras nações do Pacífico. A Austrália foi o segundo país, depois dos EUA, a estabelecer relações diplomáticas com as Ilhas Marshall, em 1987. EUA, Japão e Taiwan mantêm representações diplomáticas nas Ilhas.

A República das Ilhas Marshall tornou-se membro da ONU em 1991. É, também, membro do Foro das Ilhas do Pacífico, da Comunidade do Pacífico Sul (SPC), e de outros organismos internacionais, como o Banco de Desenvolvimento da Ásia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Em relação à contaminação radioativa das Ilhas Marshall, o 34º Foro das Ilhas do Pacífico reiterou o reconhecimento da especial responsabilidade dos Estados Unidos pelos efeitos adversos do ensaio nuclear conduzido pelos EUA durante a administração norte-americana das ilhas, e reiterou o chamamento aos EUA para que cumpra integralmente a obrigação de prover compensação adequada e justa.

As Ilhas Marshall pleiteiam soberania sobre a Ilha Wake, atol formalmente anexado pelos EUA ao final do século XIX.

O país tem grande interesse nas negociações sobre mudança do clima. Defende que os progressos alcançados nos últimos 20 anos não devem ser comprometidos por um pequeno número de países e que os compromissos necessários têm de ser assumidos.

Em setembro de 2013 as Ilhas Marshall sediaram o 44º Fórum das Ilhas do Pacífico em Majuro. Após as calamidades ambientais ocorridas no país durante o primeiro semestre de 2013, as Ilhas Marshall direcionaram a "Declaração de Majuro", emitida pelo fórum, no sentido de reivindicar metas e iniciativas mais ambiciosas no combate à mudança climática e apelaram à Austrália e Nova Zelândia, membros do fórum com mais expressão internacional, que defendam com mais vigor essa bandeira. A referida declaração ressalta também que a mudança do clima representa grave ameaça para as economias e para o bem-estar das populações dos países da região e reafirma compromisso de adoção de medidas para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Na 69ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2014, a alocução do Presidente Christopher J. Loeak destacou os desafios à paz e à segurança internacionais ante o aumento da violência na Ucrânia, Síria e Iraque. A esses desafios acrescentou a mudança do clima. Convidou os Estados-Membros a observarem as metas do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio e solicitou que os países do G-20 não

deixassem de considerar o tema em seu próximo encontro. O discurso do Presidente Loeak tocou ainda na vulnerabilidade dos Estados insulares e ressaltou a importância de uma perspectiva que pudesse acomodar, na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, o caráter único desses países.

Em outubro de 2014, as Ilhas Marshall abstiveram-se em votação na Assembleia Geral da ONU quanto à necessidade de fim do embargo americano a Cuba. Além do país, apenas Palau e Micronésia abstiveram-se.

Conselho de Segurança da ONU

Sem se comprometer, de início, com algum modelo específico de proposta de reforma do Conselho de Segurança, o governo das Ilhas Marshall passou a apoiar o projeto de resolução A/59/L.64. Na 66ª Assembleia Geral da ONU (setembro de 2011), o então Chanceler John Silk destacou a necessidade de tornar o CSNU mais efetivo e adequado à realidade contemporânea. Afirmou que o órgão deve ser reestruturado para acomodar nações cuja responsabilidade, tamanho e liderança as credenciem a um assento permanente, citando nominalmente os países do G-4. Além disso, referiu-se à decisão de somar-se aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento do Pacífico para pedir ao Conselho de Segurança que reconheça que a mudança do clima constitui ameaça real à paz e segurança internacionais.

ECONOMIA

A economia das Ilhas Marshall é fortemente dependente da ajuda norte-americana, possuindo um enorme setor estatal, responsável pela maior parte do emprego. Praticamente todo o combustível tem de ser importado. Deve-se salientar que uma parte das receitas das Ilhas Marshall advém do aluguel do atol Kwajalein aos EUA, para testes de mísseis. Em diversos atóis, prevalece a economia de subsistência, principalmente no setor agrícola e da pesca.

A despeito de suas reconhecidas fragilidades, a economia do arquipélago das Ilhas Marshall vem demonstrando evolução que pode ser vista como positiva. Em 2010 o crescimento da atividade econômica nas Ilhas Marshall deu-se ao significativo ritmo de 6,1% e, no ano seguinte, porém, limitou-se a 0,02%. Em 2012, a economia voltou a registrar sinais de aquecimento, uma vez que logrou expansão de 4,7% em 2012 e de 2,9% em 2013. No que diz respeito ao ano de 2014, o crescimento da economia limitou-se a 0,5% e, nessas condições, o PIB nominal do arquipélago atingiu US\$ 193 milhões. Por conseguinte, o PIB *per capita* equivaleu a US\$ 3,539 mil, ao final de 2014. Avaliação recente do FMI aponta que o arquipélago deverá registrar expansão de 1,7% neste ano, podendo alcançar crescimento de 2,2% em 2016.

O turismo receptivo emprega cerca de 10% da população e é a principal fonte de divisas estrangeiras. Apesar de ser um local paradisíaco, o turismo nas Ilhas Marshall é muito pouco explorado, devido à dificuldade de se chegar ao local, à concorrência com outras ilhas e ao medo de alguns turistas de supostas contaminações. O setor agrícola e as atividades pesqueiras também assumem representatividade na composição da economia local. A diversificação da economia, o desenvolvimento do setor privado e ações preventivas contra mudanças climáticas incluem-se entre os grandes desafios locais. Tal como alguns outros países insulares do Pacífico, as Ilhas Marshall são fortemente dependentes de ajuda externa. O arquipélago é altamente vulnerável a choques externos, assim como outras economias da região.

Ilhas Marshall - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)							
Discriminação	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	2 0 1 5	2 0 1 6
Variação real	6,14%	0,02%	4,72%	2,99%	0,51%	1,70%	2,24%
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do FMI, World Economic Outlook Database, abril de 2015.							

Comércio exterior

De acordo com o FMI, as exportações apresentaram bom desempenho nos últimos cinco anos, atingido o nível de US\$ 65,4 milhões em 2014. As exportações têm orientação regional, sendo a Tailândia o principal mercado de

destino para a oferta exportável das Ilhas Marshall. O Brasil ocupou a 31ª posição, com participação discreta. Principais produtos exportados em 2014: embarcações; pescados; ferro ou aço, polpa seca de coco. É válido salientar que inconsistências estatísticas prejudicam uma análise mais detalhada sobre o perfil comercial das Ilhas Marshall.

Ilhas Marshall - evolução do comércio exterior total - valores em US\$ milhões				
Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2 0 1 0	32,3	133,1	165,4	-100,8
2 0 1 1	50,1	118,7	168,8	-68,6
2 0 1 2	59,1	125,6	184,7	-66,5
2 0 1 3	62,3	126,1	188,4	-63,8
2 0 1 4	65,4	161,3	226,7	-95,9
Elaborado pelo MRE / DPR / DIC, com base em dados do FMI, Country Report, 26/14.				

No último quinquênio, as importações das Ilhas Marshall também registraram comportamento expansivo e atingiram US\$ 161,3 milhões em 2014. Coreia do Sul e Singapura figuram como os principais supridores da demanda externa das Ilhas Marshall. O Brasil foi o 28º supridor. Entre os produtos importados cabe menção à presença de: embarcações; combustíveis e lubrificantes; máquinas e instrumentos mecânicos, elétricos ou eletrônicos; aviões.

A balança comercial é deficitária e, em 2014, o saldo desfavorável em transações comerciais de bens atingiu US\$ 95,9 milhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DAS ILHAS MARSHALL

1788	Chegada do Capitão inglês John Marshall às Ilhas, que vieram a receber seu nome.
1874	A Europa reconhece o território como parte das Índias Orientais Espanholas.
1885	Tornam-se parte da Nova Guiné Alemã, após terem sido vendidas ao Império Germânico pela Espanha.
1914	São ocupadas pelo Japão, que as administra sob mandato da Liga das Nações.
1944	São conquistadas pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.
1946-1958	Realização de testes nucleares pelos Estados Unidos, que provocam efeitos de contaminação por radiação que duram até os dias de hoje.
1979	Estabelecimento oficial do Governo das Ilhas Marshall, com autonomia em relação aos EUA.
1986	Tornam-se uma República independente, com a entrada em vigor do Tratado de Livre Associação com os EUA.
2009	Eleição do Presidente Jurelang Zedkaia.
2012	Eleição do Presidente Christopher Loeak.
2013	Ocorrência de desastres ambientais, primeiro com secas e, posteriormente, inundação da capital.
2013	Sediou o Fórum das Ilhas do Pacífico.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2010	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as Ilhas Marshall.
2012	Visita do Presidente Christopher Loeak ao Brasil, por ocasião da Rio+20.
2012	Apresentação de credenciais do Embaixador George Ney Fernandes, primeiro Embaixador do Brasil para as Ilhas Marshall.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos das Ilhas Marshall

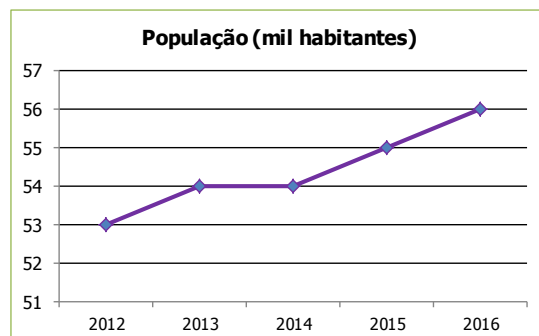
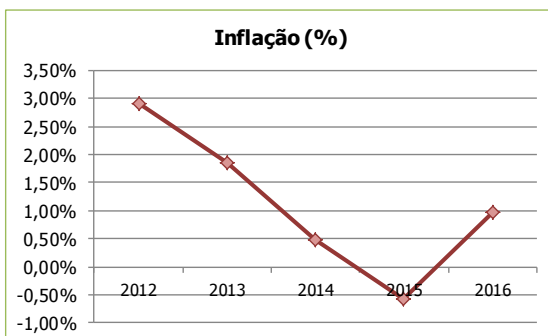
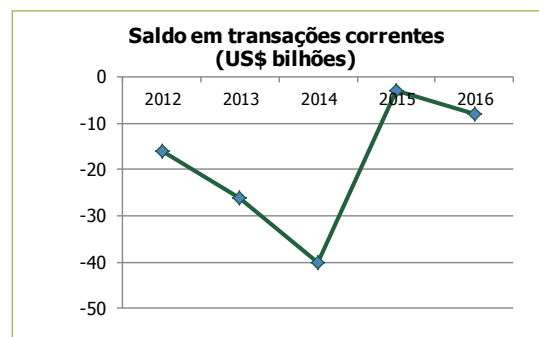
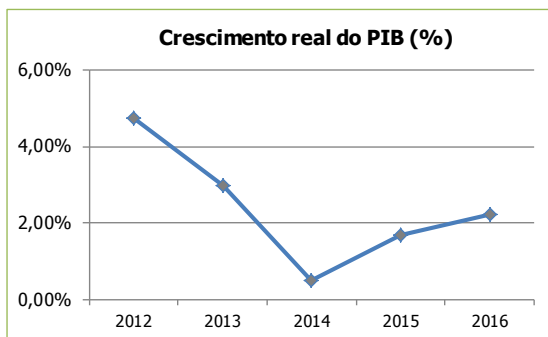
Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	4,72%	2,99%	0,51%	1,70%	2,24%
PIB nominal (US\$ milhões)	184	191	193	195	201
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.455	3.572	3.539	3.527	3.574
PIB PPP (US\$ milhões)	170	178	181	186	193
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.190	3.321	3.334	3.366	3.438
População (mil habitantes)	53	54	54	55	56
Inflação (%)	2,91%	1,85%	0,48%	-0,59%	0,98%
Saldo em transações correntes (US\$ milhões)	-16	-26	-40	-3	-8

Origem do PIB (2014 estimativa)

Agricultura	14,3%
Indústria	13,9%
Serviços	71,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2015.

(1) Estimativas FMI.



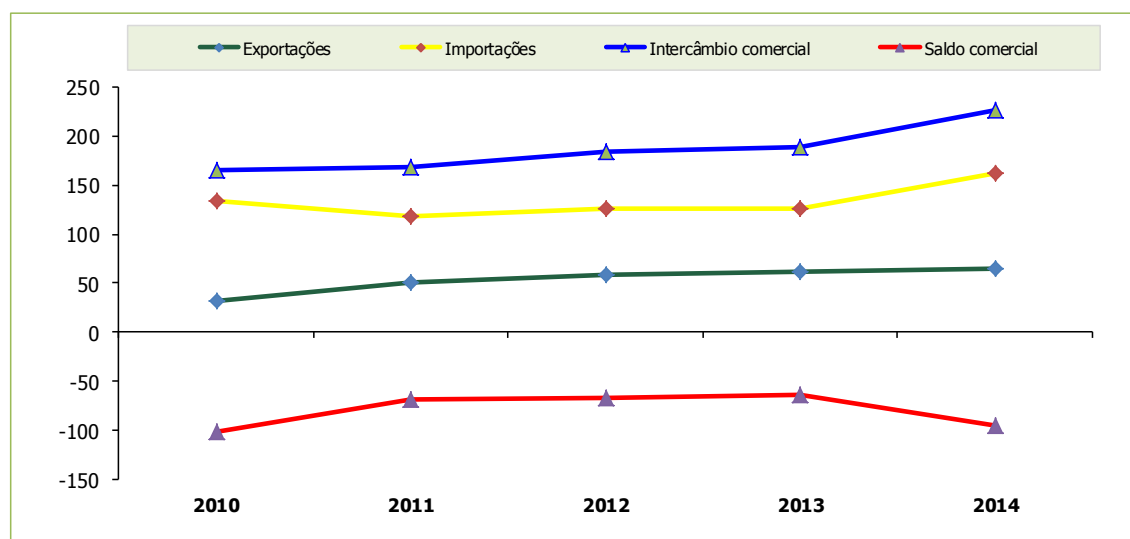
Evolução do Comércio Exterior das Ilhas Marshall
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2010	32,3	n.a.	133,1	n.a.	165,4	n.a.	-100,8
2011	50,1	55,1%	118,7	-10,8%	168,8	2,1%	-68,6
2012	59,1	18,0%	125,6	5,8%	184,7	9,4%	-66,5
2013	62,3	5,4%	126,1	0,4%	188,4	2,0%	-63,8
2014	65,4	5,0%	161,3	27,9%	226,7	20,3%	-95,9
Var. % 2010-2014	102,5%	---	21,2%	---	37,1%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Country Report, 26/2014.

(n.a.) Não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

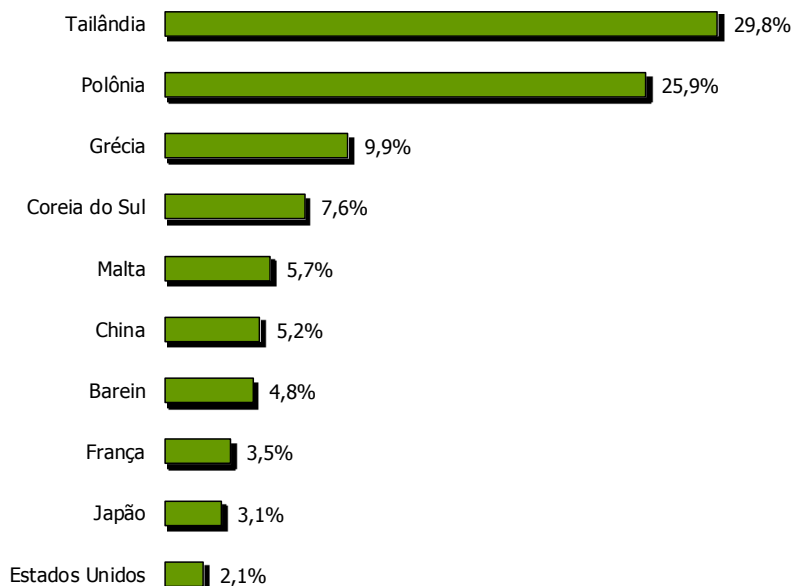


Direção das Exportações das Ilhas Marshall

Descrição	Part.% no total
Tailândia	29,8%
Polônia	25,9%
Grécia	9,9%
Coreia do Sul	7,6%
Malta	5,7%
China	5,2%
Barein	4,8%
França	3,5%
Japão	3,1%
Estados Unidos	2,1%
...	
Brasil (31ª posição)	0,0%
Subtotal	97,4%
Outros países	2,6%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

10 principais destinos das exportações

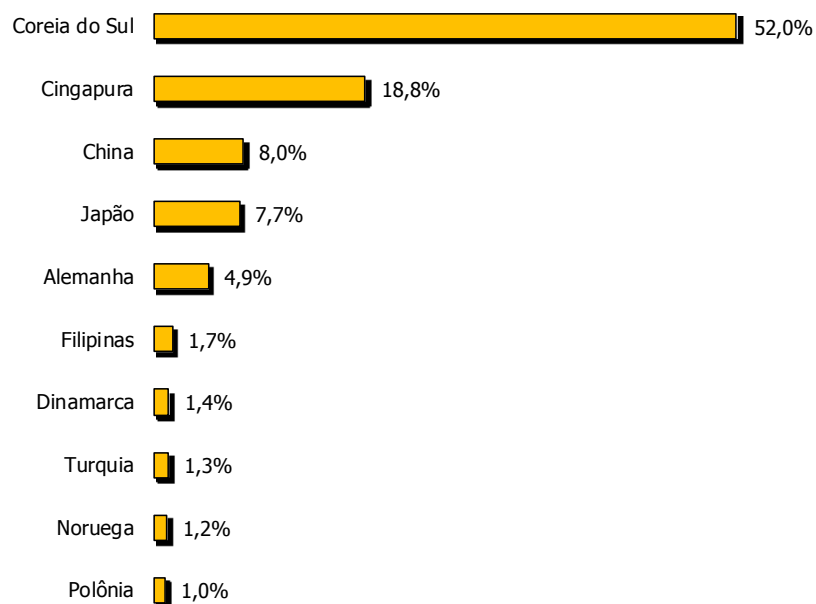


Origem das Importações das Ilhas Marshall

Descrição	Part.% no total
Coreia do Sul	52,0%
Cingapura	18,8%
China	8,0%
Japão	7,7%
Alemanha	4,9%
Filipinas	1,7%
Dinamarca	1,4%
Turquia	1,3%
Noruega	1,2%
Polônia	1,0%
...	
Brasil (28ª posição)	0,0%
Subtotal	97,9%
Outros países	2,1%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

10 principais origens das importações

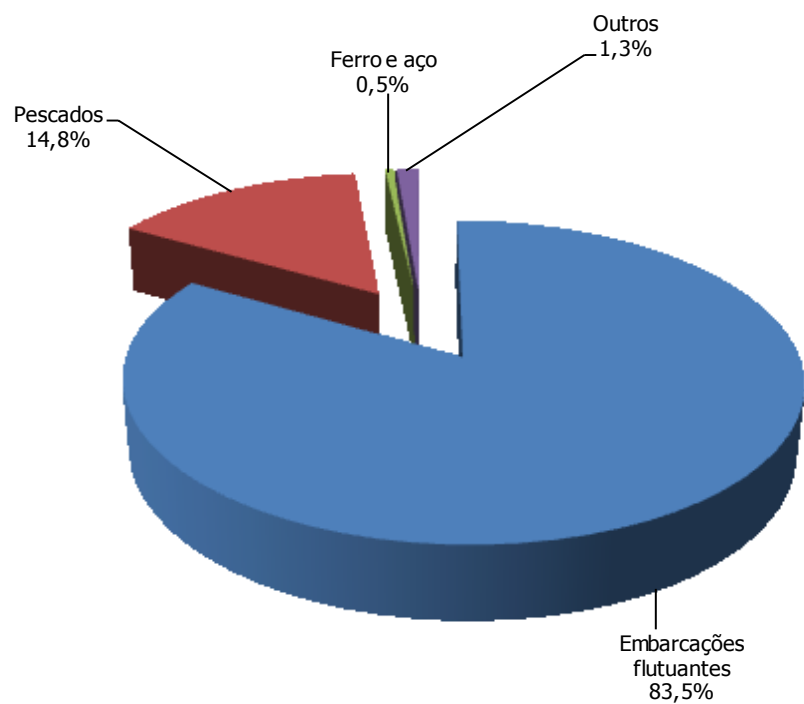


Composição das exportações das Ilhas Marshall

Descrição	Part.% no total
Embarcações flutuantes	83,5%
Pescados	14,8%
Ferro e aço	0,5%
Subtotal	98,7%
Outros	1,3%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

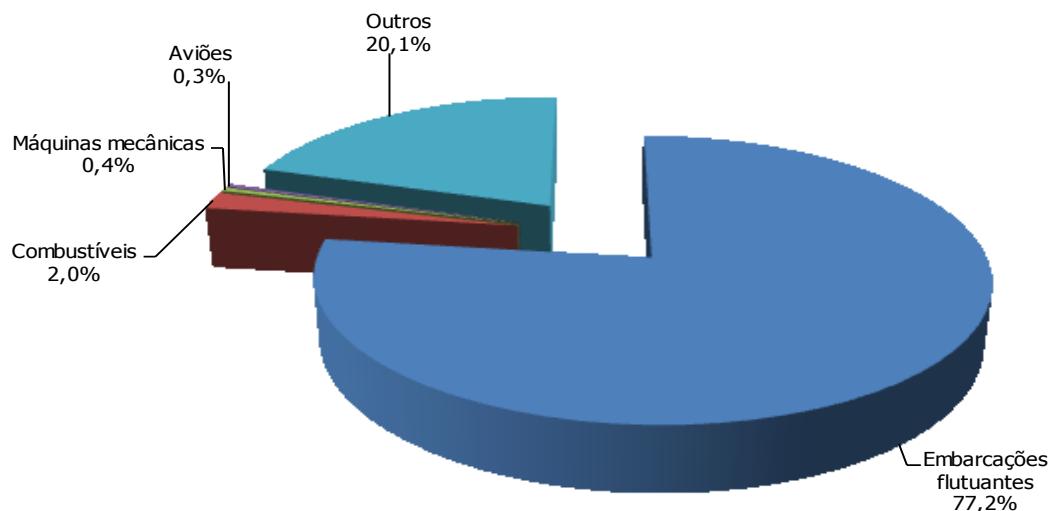


Composição das importações das Ilhas Marshall

Descrição	Part.% no total
Embarcações flutuantes	77,2%
Combustíveis	2,0%
Máquinas mecânicas	0,4%
Aviões	0,3%
Subtotal	79,9%
Outros	20,1%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Ilhas Marshall

US\$ mil, fob

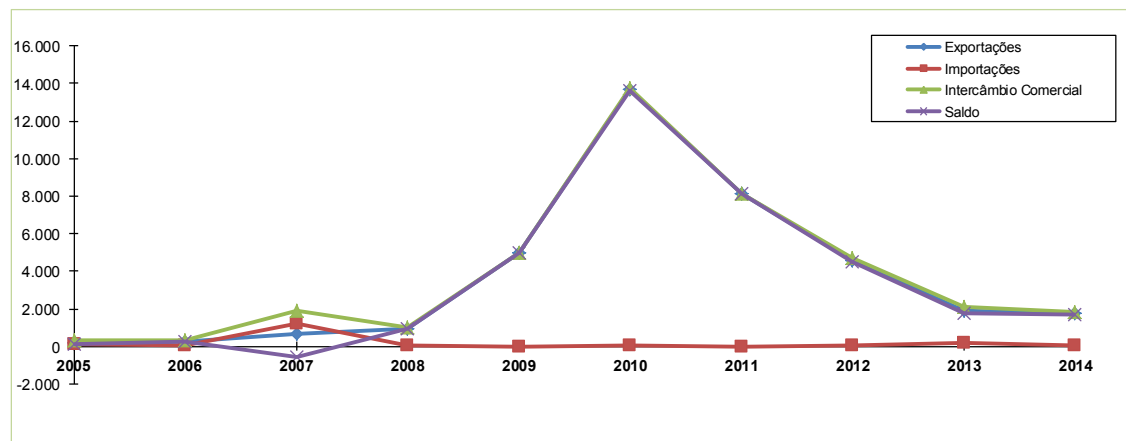
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	212	208,2%	0,00%	116,3	n.a.	0,00%	328	377,4%	0,00%	95,5
2006	260	22,9%	0,00%	36,9	-68,3%	0,00%	297	-9,4%	0,00%	223
2007	669	157,0%	0,00%	1.224	(+)	0,00%	1.893	536,6%	0,00%	-555
2008	970	44,9%	0,00%	26,4	-97,8%	0,00%	996	-47,4%	0,00%	943
2009	4.970	412,6%	0,00%	0,0	#####	0,00%	4.970	399,0%	0,00%	4.970
2010	13.707	175,8%	0,01%	71,5	n.a.	0,00%	13.779	177,3%	0,00%	13.636
2011	8.170	-40,4%	0,00%	0,2	-99,8%	0,00%	8.170	-40,7%	0,00%	8.170
2012	4.606	-43,6%	0,00%	71,3	n.a.	0,00%	4.677	-42,8%	0,00%	4.534
2013	1.921	-58,3%	0,00%	156	118,4%	0,00%	2.077	-55,6%	0,00%	1.765
2014	1.776	-7,5%	0,00%	55,9	-64,1%	0,00%	1.832	-11,8%	0,00%	1.721
2015 (jan-abr)	622	26,2%	0,00%	120	n.a.	0,00%	742	50,5%	0,00%	502
Var. % 2005-2014	738,4%	---	---	-52,0%	---	---	458,2%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

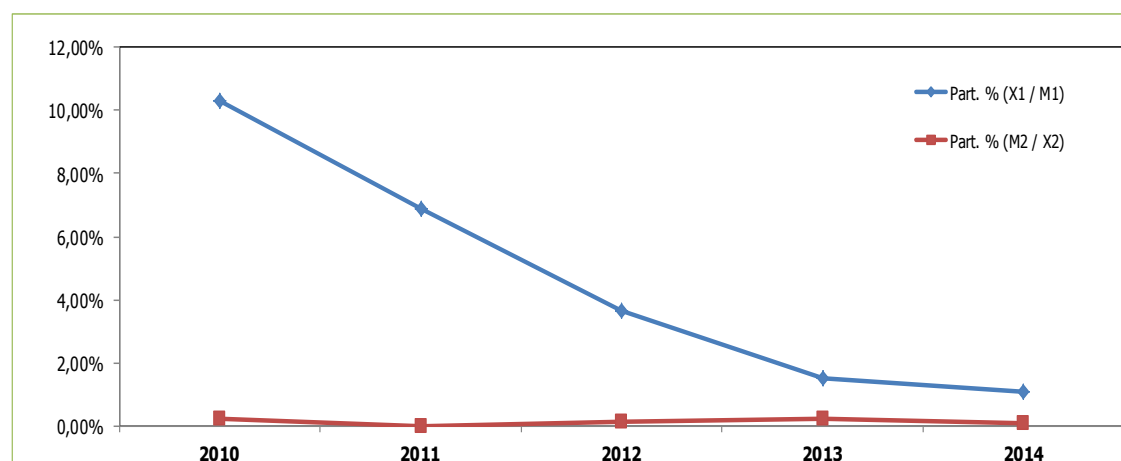


Part. % do Brasil no Comércio das Ilhas Marshall⁽¹⁾
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para as Ilhas Marshall (X1)	13,7	8,2	4,6	1,9	1,8	-87,0%
Importações totais das Ilhas Marshall (M1)	133	119	126	126	161	21,2%
Part. % (X1 / M1)	10,30%	6,88%	3,67%	1,52%	1,10%	-89,3%
Importações do Brasil originárias das Ilhas Marshall (M2)	0,072	0,000	0,071	0,156	0,056	-21,9%
Exportações totais das Ilhas Marshall (X2)	32	50	59	62	65	102,5%
Part. % (M2 / X2)	0,22%	0,00%	0,12%	0,25%	0,09%	-61,4%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2015 e FMI, Country Report, 26/2014.

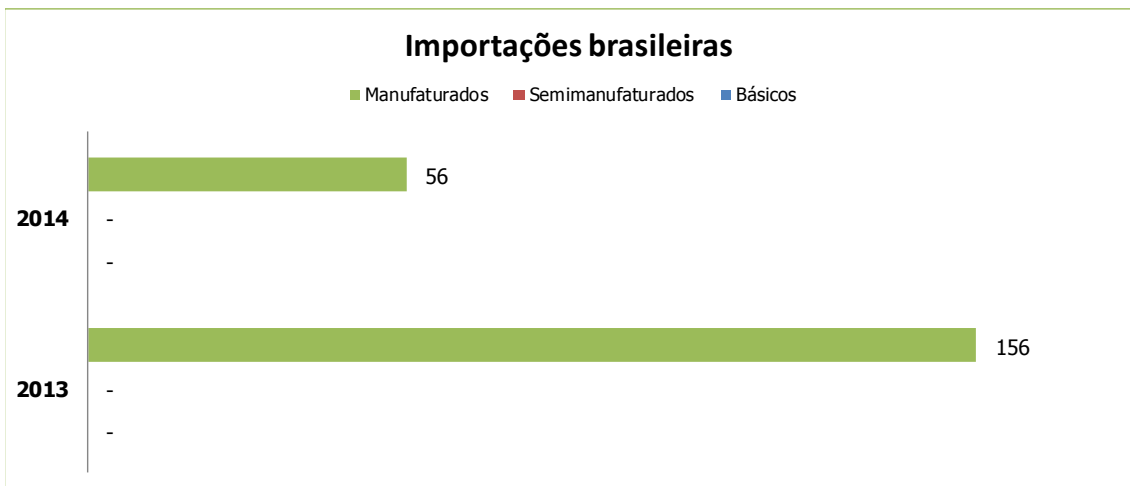
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ mil

Comparativo 2014 com 2013



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

Composição das exportações brasileiras para as Ilhas Marshall
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Consumo de bordo (mercadorias e combustíveis para embarcações)	1.149	24,9%	1.758	91,5%	1.776	100,0%
Subtotal	1.149	24,9%	1.758	91,5%	1.776	100,0%
Outros produtos	3.457	75,1%	164	8,5%	0	0,0%
Total	4.606	100,0%	1.921	100,0%	1.776	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

Consumo de bordo
(mercadorias e
combustíveis para
embarcações)



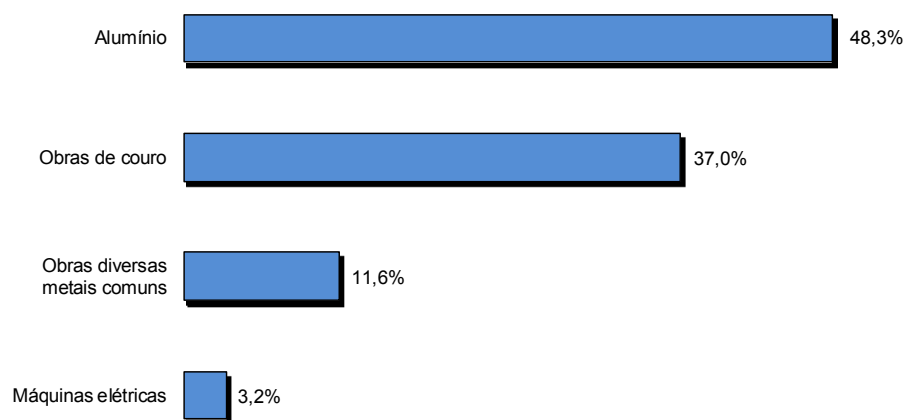
100,0%

Composição das importações brasileiras originárias das Ilhas Marshall
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	39,3	55,1%	147,6	94,7%	27,0	48,3%
Obras de couro	0	0,0%	0	0,0%	20,7	37,0%
Obras diversas metais comuns	0	0,0%	0	0,0%	6,5	11,6%
Máquinas elétricas	0	0,0%	0	0,0%	1,8	3,2%
Subtotal	39	55,1%	148	94,7%	56	100,0%
Outros produtos	32	44,9%	8	5,3%	0	0,0%
Total	71	100,0%	156	100,0%	56	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Consumo de bordo (mercadorias e combustíveis para embarcações)	493	100,0%	622	100,0%	
Subtotal	493	100,0%	622	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	493	100,0%	622	100,0%	

Consumo de bordo
(mercadorias e
combustíveis para
embarcações)

621,7

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações					
Obras de couro	0,0	100,0%	105	87,3%	
Obras de metais comuns	0,0	100,0%	15	12,7%	
Subtotal	0,0	100,0%	120	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0	0,0%	
Total	0,0	100,0%	120	100,0%	

Obras de couro

104,8

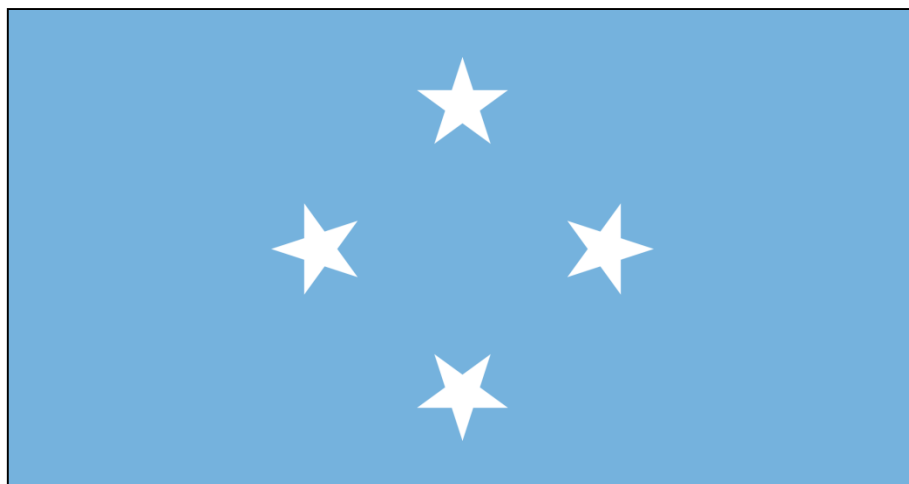
Obras de metais comuns

15,2

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MICRONÉSIA



**Informação Ostensiva
Maio de 2015**

DADOS BÁSICOS SOBRE A MICRONÉSIA	
NOME OFICIAL	Estados Federados da Micronésia
CAPITAL	Paliquir
ÁREA	702 km² (607 ilhas)
POPULAÇÃO (2014)	105.681
GRUPOS ÉTNICOS	Nove grupos étnicos de micronésios e polinésios
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos romanos 50%, Protestantes 47%
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista em livre associação com os EUA.
PODER LEGISLATIVO	Congresso unicameral composto por 14 membros: 10 eleitos diretamente por maioria simples para mandatos de 2 anos e 4 eleitos por cada um dos 4 estados por representação proporcional para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Peter M. Christian
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Lorin Robert
PIB NOMINAL (2014)	US\$ 315 milhões
PIB PPP (2014)	US\$ 312 milhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2014)	US\$ 3.041
PIB PPP <i>per capita</i> (2014)	US\$ 3015
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2014)	0,08% (est.)
IDH (2013)	0,63 (124º - médio)
EXPECTATIVA DE VIDA	72,35
ALFABETIZAÇÃO:	Sem medida.
ÍNDICE DE DESEMPREGO :	22% (2000)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar estadunidense
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	-
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro de brasileiros na Micronésia.

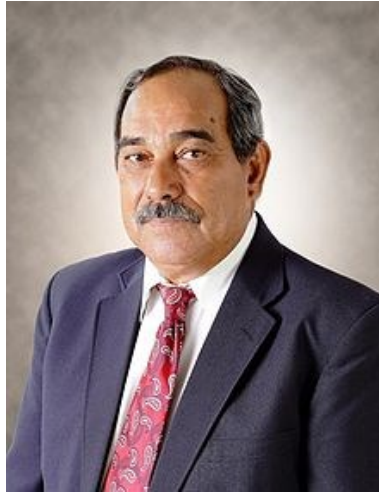
(2) Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Table1.pdf

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ MICRONÉSIA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	92	127	73	100	108	106	147	73	84
Exportações	82	75	73	99	103	63	145	73	78
Importações	9	52	0,1	1	6	43	2	0,7	6
Saldo	72	23	73	98	97	19	142	72	71

PERFIL BIOGRÁFICO

Peter M. Christian
Presidente



Peter M. Christian foi eleito Presidente em 11 de maio de 2015. Em 2007, havia sido eleito Senador pelo estado de Pohnpei, cargo para o qual foi reeleito em 2011. Durante seu primeiro mandato como Senador, serviu também como Presidente do Comitê de Transporte e Comunicações.

Lorin Robert
Ministro de Negócios Estrangeiros



Lorin S. Robert assume o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros desde 20 de julho de 2007. Foi nomeado pelo ex-Presidente Manny Mori, substituindo o antigo Ministro Sebastian L. Anefal, que foi eleito Governador do estado de Yap. É possível que seja proximamente substituído, uma vez que haja nova nomeação pelo Presidente Peter M. Christian, eleito em maio de 2015.

Robert foi aluno da American University School of International Services, em Washington/DC, e da Oxford University, na Inglaterra. É um diplomata experiente que trabalhou no Ministério de Negócios Estrangeiros por 20 anos antes de se tornar Ministro. Desde 2001, exercia a função de Subsecretário-Geral das Relações Exteriores.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Micronésia estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil em outubro de 2010. O processo de aproximação com a Micronésia e as demais Ilhas do Pacífico teve início no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos Embaixadores Arnaldo Carrilho (Fíji, Quiribáti, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico César de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Embaixador da Micronésia junto à ONU, Jeem Lippwe, bem como os Embaixadores de Fíji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Vanuatu, e Marshall, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os Embaixadores fizeram visita protocolar ao então Ministro de Estado interino das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras com o Subsecretário-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial, Embaixador Ruy Nogueira, com a Diretora do Departamento de Ásia e Oceania, Embaixadora Regina Dunlop, com o Diretor do Departamento de Organismos Internacionais, Ministro Carlos Duarte e com o Chefe da Agência Brasileira de Cooperação, Ministro Marco Farani. Como parte da programação, a delegação visitou, em Brasília, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I), e o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa (CENARGEN); no Rio de Janeiro, o Laboratório de Tecnologia Submarina (COPPE/UFRJ), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Empresa Gerencial de Projetos Navais (ENGEPRON), a PETROBRAS, o BNDES e a VALE; e, em São Paulo, a EMBRAER.

Em 2013, o Embaixador George Ney Fernandes apresentou credenciais ao então Presidente Emanuel Mori, diante de todo o seu gabinete, em ocasião classificada pelo próprio líder como histórica, por se tratar do primeiro embaixador do Brasil junto à Micronésia. Na ocasião, Mori mostrou-se preocupado com as mudanças climáticas, uma vez que, com o aquecimento global e o aumento do nível dos oceanos, o país corre o risco de ser engolido pelo mar. O Presidente demonstrou expectativa de que o Brasil se torne um importante parceiro em termos de proteção ao meio ambiente.

COOPERAÇÃO

O governo micronésio demonstrou interesse em duas áreas principais de cooperação: cooperação com a EMBRAPA para o desenvolvimento da agricultura no país, que hoje é apenas de subsistência; e possibilidade de abertura de vaga no Instituto Rio Branco para a formação de diplomata micronésio.

ATOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados **atos bilaterais com a Micronésia**.

COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral é ainda incipiente. Não se observa tendência de aumento ou diminuição no comércio entre os dois países. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2005, quando atingiu US\$1,1 milhão, e a partir de então se estabilizou na faixa do US\$100 mil, com recentes quedas em 2013 e 2014. De acordo com dados do MDIC/SECEX-Aliceweb, de 2005 a 2014, o modesto **comércio bilateral** entre o Brasil e a Micronésia registrou forte queda de 93% recuando de US\$ 1,1 milhão, para apenas US\$ 85 mil, respectivamente. De 2013 para 2014, contudo, foi observado aumento de 15%.

Historicamente, o saldo comercial sempre foi favorável ao Brasil, uma vez que as importações brasileiras originárias do mercado micronésio tem pouca expressividade no total do comércio bilateral. No último triênio os superávits foram: US\$ 143 mil (2012); US\$ 72 mil (2013); US\$ 71 mil (2014). De janeiro a abril de 2015, as trocas comerciais somaram US\$ 125 mil, sendo que não houve registro de importação brasileira originária da micronésia.

Evolução do intercâmbio comercial com a Micronésia - US\$ mil, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	1.128	314,7%	0,00%	19	(+)	0,00%	1.147	321,7%	0,00%	1.109
2006	83	-92,7%	0,00%	10	-48,2%	0,00%	92	-91,9%	0,00%	73
2007	75	-8,6%	0,00%	52	427,5%	0,00%	127	37,9%	0,00%	23
2008	74	-2,1%	0,00%	0,1	-99,7%	0,00%	74	-42,0%	0,00%	74
2009	99	34,6%	0,00%	5	(+)	0,00%	104	40,6%	0,00%	95
2010	103	3,4%	0,00%	6	21,0%	0,00%	108	4,2%	0,00%	97
2011	63	-38,5%	0,00%	43	678,4%	0,00%	107	-1,7%	0,00%	20
2012	145	130,0%	0,00%	3	-94,2%	0,00%	148	38,7%	0,00%	143
2013	73	-49,8%	0,00%	0,7	-71,8%	0,00%	74	-50,2%	0,00%	72
2014	78	7,1%	0,00%	7	855,4%	0,00%	85	15,2%	0,00%	71
2015 (jan-abr)	125	(+)	0,00%	0,1	--	0,00%	125	(+)	0,00%	125
Var. % 2005-2014	-93,1%		---	-64,4%		---	-92,6%		---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.
(+) Igual ou superior a 1000%. (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

As **exportações** brasileiras para a Micronésia decresceram 93% nos últimos dez anos, retraindo de US\$ 1,1 milhão, em 2005 – ano de seu melhor desempenho – para US\$ 78 mil, em 2014. De 2013 para 2014, as vendas ao mercado micronésio aumentaram 7,1% motivadas, principalmente, pelo crescimento dos embarques de preparações alimentícias e conservas de bovino, principal produto da pauta. Entre janeiro e abril de 2015, as exportações atingiram US\$ 125 mil, um crescimento de quase 725 vezes e que foi motivado pela inclusão na pauta exportadora de preparações alimentícias e conservas de bovino (valor de US\$ 87 mil) e de construções e suas partes, de alumínio (valor de US\$ 39 mil). Os produtos exportados para a Micronésia, em 2014, foram: *i*) preparações alimentícias e conservas de bovino (valor de US\$ 78 mil, equivalentes a 99,8% do total); e, *ii*) lentes de contato (US\$ 0,7 mil; 0,2%).

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos as **importações** brasileiras originárias da Micronésia decresceram 64% diminuindo de US\$ 19 mil, em 2005, para US\$ 7 mil, em 2014. As compras de 2013 para 2014 apresentaram, todavia, um substancial aumento de 855% que foi motivado, principalmente, pela inclusão na pauta importadora de transistores montados (valor de US\$ 6 mil). Entre janeiro e abril de 2015 as importações limitaram-se ao valor de apenas US\$ 61 e não houve registro de compras no mesmo período do ano anterior. Os principais produtos importados pelo Brasil, procedentes do mercado micronésio em 2014 foram: *i*) transistores montados (valor de US\$ 6 mil; equivalentes a 92,6% do total); *ii*) partes para aparelhos de radiotelecomando, câmaras de TV/vídeo (US\$ 0,3 mil; 3,9%); e, *iii*) máquinas e aparelhos mecânicos com função própria (US\$ 0,1 mil; 1,9%).

O **cruzamento** estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Micronésia em 2014 (fonte: Trademap/UNCTAD), identificou

a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Por conseguinte, com base na nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH6), os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local foram, em princípio, os seguintes: *i)* arroz; *ii)* carnes de frango; *iii)* cimento, tipo 'portland'; *iv)* geradores elétricos para motores de automóveis; *v)* preparações das indústrias alimentícias; *vi)* produtos de padaria; *vii)* dispositivos fotossensíveis semicondutores; *viii)* pescados; *ix)* estações-base de telecomunicações; *x)* preparações e conservas de atuns.

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a demanda importadora da Micronésia - 2014 - US\$ mil, fob							
Ranking	SH	Descrição dos produtos ⁽¹⁾	Exportações brasileiras para a Micronésia	Importações totais da Micronésia ⁽²⁾	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio	Part. % do Brasil
TOTAL GERAL			78	148.567	225.098.405	148.489	0,1%
1º	100630	Arroz	0	4.327	189.357	4.327	0,0%
2º	020714	Carnes de frango	0	3.656	4.460.837	3.656	0,0%
3º	252329	Cimento tipo 'Portland'	0	2.273	5.014	2.273	0,0%
4º	850213	Geradores elétricos para motores de automóveis	0	2.073	16.164	2.073	0,0%
5º	210690	Preparações das indústrias alimentícias	0	2.003	375.091	2.003	0,0%
6º	190590	Produtos de padaria	0	1.808	21.043	1.808	0,0%
7º	854140	Dispositivos fotossensíveis semicondutores	0	1.495	2.990	1.495	0,0%
8º	030234	Pescados	0	1.433	2.515	1.433	0,0%
9º	851761	Estações-base de telecomunicações	0	1.307	122.889	1.307	0,0%
10º	160414	Conservas de atuns	0	1.298	8.865	1.298	0,0%
Elaborado pelo MRE/DPR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.							
(1) Exclui petróleo e derivados, por razões específicas							
(2) Por não disponibilizar os dados relativos ao ano de 2014, os valores de importações totais da Micronésia foram obtidos 'por espelho', ou seja, com base nos dados relatados pelos parceiros.							

ASSUNTOS CONSULARES

Não há rede consular ou comunidade brasileira na Micronésia.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano da Micronésia.

POLÍTICA INTERNA

Os Estados Federados da Micronésia tornaram-se independentes em 1986, sob um Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos da

América, que lhes assegura defesa, condução da ação externa e aporte financeiro. A Constituição nacional segue o modelo americano. O atual Presidente, Peter M. Christian, tomou posse em maio de 2015, após dois mandatos do ex-Presidente Manny Mori. O Pacto Comum de Livre Associação com os EUA atribui responsabilidade ao Governo da Micronésia em assuntos domésticos e de política externa, exceto nos domínios a cargo dos EUA.

A federação é uma república presidencialista composta por quatro Estados (Pohnpei, Chuuk, Kosrae e Yap), sendo que cada um possui sua própria constituição, governador e, exceto no caso de Chuuk, uma legislatura unicameral. O poder legislativo federal é exercido por um Congresso unicameral composto por 14 senadores eleitos pelo voto popular, sendo que 4 são eleitos por voto proporcional, representam os Estados e exercem mandatos de 4 anos, e os outros 10 senadores representam distritos delineados de acordo com a distribuição da população, são eleitos por maioria simples, e servem mandatos de 2 anos. O poder executivo é exercido pelo Presidente, que é eleito pelo Congresso entre os 4 senadores que servem mandatos de 4 anos. O mandato do presidente também é de 4 anos, com possibilidade de uma reeleição. Uma emenda constitucional que propunha eleições diretas para Presidente foi rejeitada pelo Congresso.

POLÍTICA EXTERNA

A Micronésia mantém relações diplomáticas com cerca de 40 países e tem representações diplomáticas em Washington, Tóquio, Fíji e nas Nações Unidas. Os EUA são o principal parceiro externo da Micronésia. Há quatro representações diplomáticas sediadas no país (EUA, China, Japão e Austrália). A Micronésia tornou-se membro da ONU em 1991 e tem procurado exercer influência em temas como meio ambiente, pesca e transportes. É, também, membro da Organização Mundial de Saúde, da ESCAP (“Economic and Social Commission for Asia and the Pacific”), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e de várias organizações regionais, como o Foro das Ilhas do Pacífico e a Comunidade do Pacífico Sul (SPC).

Na 66ª Assembleia Geral da ONU, o então Presidente Emanuel Mori destacou que seu país está ameaçado por uma "bomba-relógio ambiental" de 32 milhões de litros de petróleo em 60 navios afundados durante a II Guerra Mundial e instou a comunidade internacional a ajudar a evitar o que seria um "imenso desastre ambiental". Ao referir-se à Rio+20, pediu à comunidade internacional que reconhecesse o conceito de economia azul. Comentou a importância dos oceanos para as economias da região e aludiu à exploração econômica dos recursos marítimos, inclusive pesca e turismo (santuários de tubarões). Por fim, destacou a importância da criação de nova categoria na

ONU para caracterizar as pequenas ilhas em desenvolvimento do Pacífico. Na questão do conflito israelo-palestino, o país posicionou-se a favor da criação do Estado palestino e da negociação direta entre as partes.

Em setembro de 2014, na 69ª Assembleia Geral da ONU, o discurso da Micronésia centrou-se no tema da mudança do clima e na necessidade de compromissos internacionais com vistas ao enfrentamento desse problema. No que diz respeito aos temas de paz e de segurança, o então Presidente Emanuel Mori defendeu a reforma do Conselho de Segurança, de forma a incluir, como membros permanentes, Alemanha, Brasil, Índia, Japão e um representante da África. Em outubro de 2014, a Micronésia absteve-se em votação na AGNU quanto à necessidade de fim do embargo americano a Cuba. Além da Micronésia, apenas Palau e Ilhas Marshall se abstiveram.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes da Micronésia e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US\$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US\$ 125 para US\$ 200 mil.

Na mesma ocasião, o Presidente da China, Xi Jinping, encontrou-se bilateralmente com o então Presidente da Micronésia, Emanuel Mori. Xi anunciou o estabelecimento de “parceria estratégica” com a Micronésia e com outros sete países da região, e assegurou que a China tenciona aprofundar a cooperação nas áreas de comércio, agricultura, pesca, energia, infraestrutura e outras. Destacou que Pequim irá oferecer tarifa-zero para 97% dos produtos importados dos países da região, financiará 2000 bolsas de estudos nos próximos cinco anos, enviará equipes médicas e irá encorajar o turismo chinês.

ECONOMIA

Refletindo pontos diversos de fragilidade, a economia dos Estados Federados da Micronésia vem perdendo dinamismo. De fato, após atingir crescimento de 3,2% em 2010, a economia micronésia teve sua expansão limitada a 1,8% em 2011 e, no que diz respeito ao ano seguinte, o nível de atividade do país foi ainda mais discreto, uma vez que seu crescimento limitou-se a 0,1%.

Em 2013, a economia da Micronésia sofreu retração de 4,0% decréscimo que pode ser atribuído às fortes adversidades climáticas, visto que o território micronésio é montanhoso e o clima, equatorial, sujeito a secas e fortíssimos tufões. No que tange a 2014, a economia registrou crescimento praticamente nulo, de 0,08% e, assim, o PIB nominal da Federação alcançou US\$ 315

milhões. Por conseguinte, o PIB *per capita* correspondeu a 3,041 mil. Avaliação recente do FMI sugere que a Micronésia deverá registrar modesta expansão no atual biênio. Assim, o PIB micronésio poderá expandir-se em 0,3% em 2015. Para o ano de 2016 projeta-se o crescimento de aproximadamente 1,0%.

Micronésia - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)							
Discriminação	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	2 0 1 5	2 0 1 6
Variação real	3,21%	1,83%	0,11%	-4,01%	0,08%	0,27%	0,97%
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do FMI, World Economic Outlook Database, abril de 2015.							

No lado real da economia, as principais atividades são a agricultura e a pesca. O arquipélago possui escassas reservas de minérios, com exceção do fosfato. Existe potencial para a indústria do turismo, que vem ganhando importância econômica, mas a localização remota, a falta de infraestrutura e as poucas conexões aéreas dificultam seu desenvolvimento. Entre as prioridades locais faz-se menção ao desenvolvimento da infraestrutura e à melhoria do ambiente de negócios, o que deve contribuir para um papel mais ativo da iniciativa privada na composição do tecido econômico.

Sob os termos originais do Pacto Comum de Livre Associação, os EUA forneceram ajuda de US\$1,3 bilhão durante o período de 1986-2001, mas o nível do suporte financeiro foi reduzido desde então. A Emenda ao Pacto Comum garante milhões de dólares em ajuda anual até 2023 e estabelece um “Trust Fund”, para o qual os EUA e a Micronésia fazem contribuições anuais, de modo a garantir uma renda anual permanente após 2023. As perspectivas econômicas de médio prazo para o país são frágeis, em vista não apenas da redução da ajuda americana, mas também do lento crescimento do setor privado.

Comércio exterior

Nos últimos quatro anos, as exportações micronésias de bens mostraram comportamento irregular. De 2013 para 2014, porém, assinalaram significativa expansão e, assim, atingiram US\$ 35,9 milhões. As vendas externas revelam orientação regional, sendo os seguintes os principais mercados de destino para as exportações micronésias, em 2014: Tailândia (38,6% do total), Japão (15,7%); China (15,3%); Coreia do Sul (14,1%); Filipinas (4,7%). O Brasil ocupou a 23ª posição, com participação muito discreta.

No que tange à composição da oferta, a pauta é altamente concentrada e foram os seguintes os grupos de produtos da exportação global da Micronésia: peixes, crustáceos e moluscos (89,5% de participação no total); ferro fundido, ferro ou aço (2,5%); máquinas e aparelhos mecânicos (1,0%). A forte presença

de pescados, no conjunto da oferta, guarda correlação com a estrutura da economia micronésia.

Micronésia - evolução do comércio exterior total - valores em US\$ milhões				
Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2 0 1 1	36,7	188,1	224,8	-151,4
2 0 1 2	45,1	193,6	238,7	-148,6
2 0 1 3	27,6	187,7	215,3	-160,1
2 0 1 4	35,9	148,6	184,4	-112,7
Elaborado pelo MRE / DPR / DIC, com base em dados da UNCTAD / ITC / COMTRADE / Trademap, maio de 2015.				

As importações da Micronésia exibiram tendência declinante no último triênio, somando US\$ 148,6 milhões ao final de 2014. Foram os seguintes os principais supridores da demanda externa da Micronésia, no que tange ao ano passado: Coreia do Sul (33,6%); Estados Unidos (28,0%); Taiwan (6,3%); China (6,2%); Japão (5,8%). O Brasil (com 0,1%) foi o vigésimo fornecedor da Micronésia, no que tange a 2014. Com referência à estrutura da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados em 2014: combustíveis e lubrificantes (28,9% de participação); instrumentos elétricos ou eletrônicos (6,5%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (5,1%); carnes (5,0%); preparações alimentícias de carnes ou de pescados (3,8%); veículos e autopeças (3,5%); feltros e falsos tecidos (3,5%); peixes, crustáceos e moluscos (3,4%); cereais (3,4%); preparações alimentícias de cereais (2,8%).

A balança comercial da Micronésia é estruturalmente deficitária, a exemplo de alguns outros países insulares do Pacífico. Nessas condições, embora revelando forte redução sobre o ano anterior, o déficit micronésio em transações comerciais de bens somou US\$ 112,7 milhões em 2014.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA MICRONÉSIA

1527	Chegada do navegador português Diego da Rocha, primeiro explorador europeu a alcançar o território micronésio.
1885	Papa Leão XXIII reconhece o território como parte da Espanha.
1899	Espanha vende o território micronésio à Alemanha.
1914	As terras micronésias são ocupadas pelo Japão, que as administra sob mandato da Liga das Nações.
1947	Os Estados Unidos passam a administrar a região, como parte do Protetorado das Ilhas do Pacífico.
1979	Estabelecimento oficial do Governo dos Estados Federados da Micronésia, com autonomia em relação aos EUA.
1986	Tornam-se uma República independente, com a entrada em vigor do Tratado de Livre Associação com os EUA.
2007	Eleição do Presidente Emanuel Mori.
2015	Eleição do Presidente Peter M. Christian.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2010	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Micronésia.
2013	Apresentação de credenciais do Embaixador George Ney Fernandes, primeiro Embaixador do Brasil para a Micronésia.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos da Micronésia

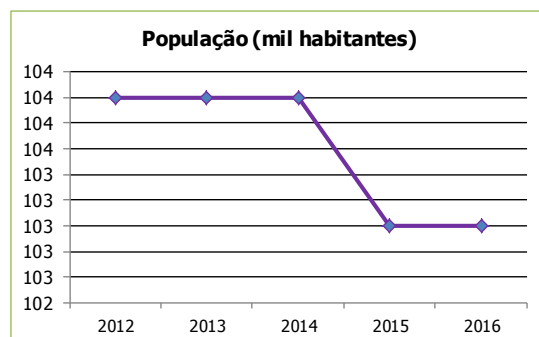
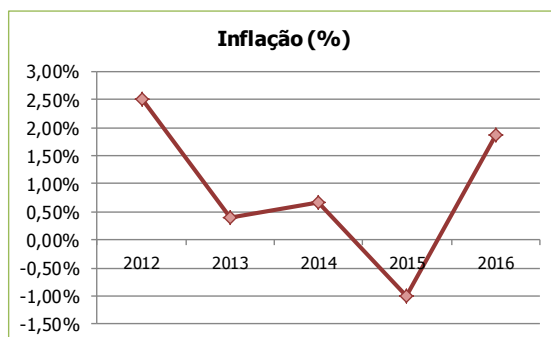
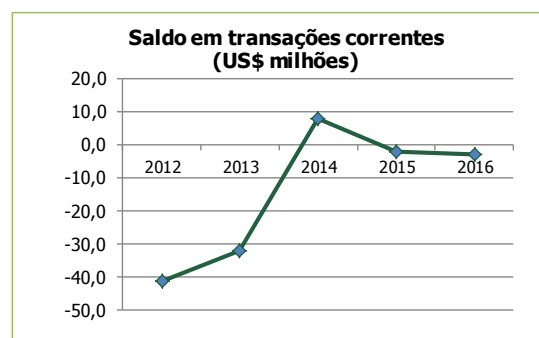
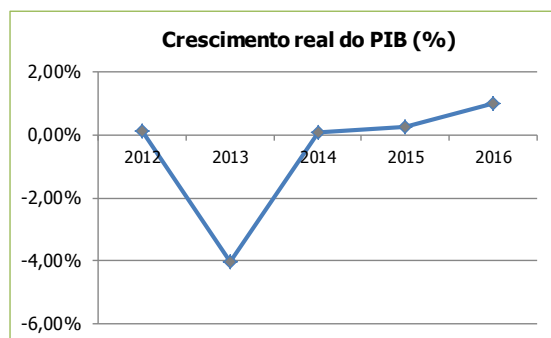
Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	0,11%	-4,01%	0,08%	0,27%	0,97%
PIB nominal (US\$ milhões)	326	315	315	316	319
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.140	3.034	3.041	3.052	3.083
PIB PPP (US\$ milhões)	316	307	312	316	324
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.040	2.965	3.015	3.052	3.129
População (mil habitantes)	104	104	104	103	103
Inflação (%)	2,50%	0,39%	0,67%	-1,00%	1,86%
Saldo em transações correntes (US\$ milhões)	-41,0	-32,0	8,0	-2,0	-3,0

Origem do PIB (2014 estimativa)

Agricultura	14,0%
Indústria	12,0%
Serviços	74,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2015.

(1) Estimativas FMI.



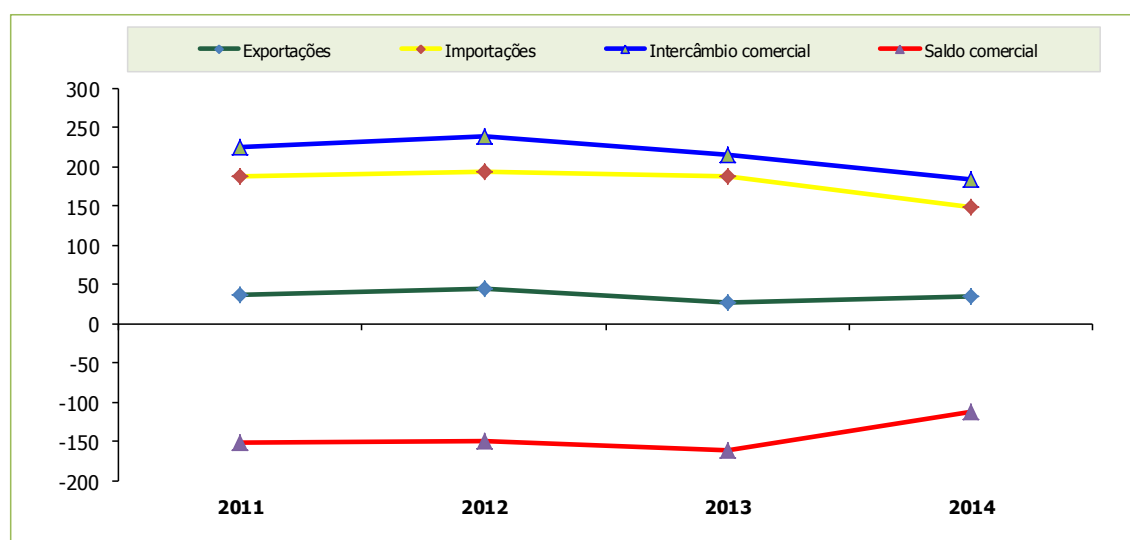
Evolução do Comércio Exterior da Micronésia
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2011	36,7	n.a.	188,1	n.a.	224,8	n.a.	-151,4
2012	45,1	22,9%	193,6	3,0%	238,7	6,2%	-148,6
2013	27,6	-38,7%	187,7	-3,1%	215,3	-9,8%	-160,1
2014	35,9	29,8%	148,6	-20,8%	184,4	-14,3%	-112,7
Var. % 2011-2014	-2,3%	---	-21,0%	---	-18,0%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(n.a.) Não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



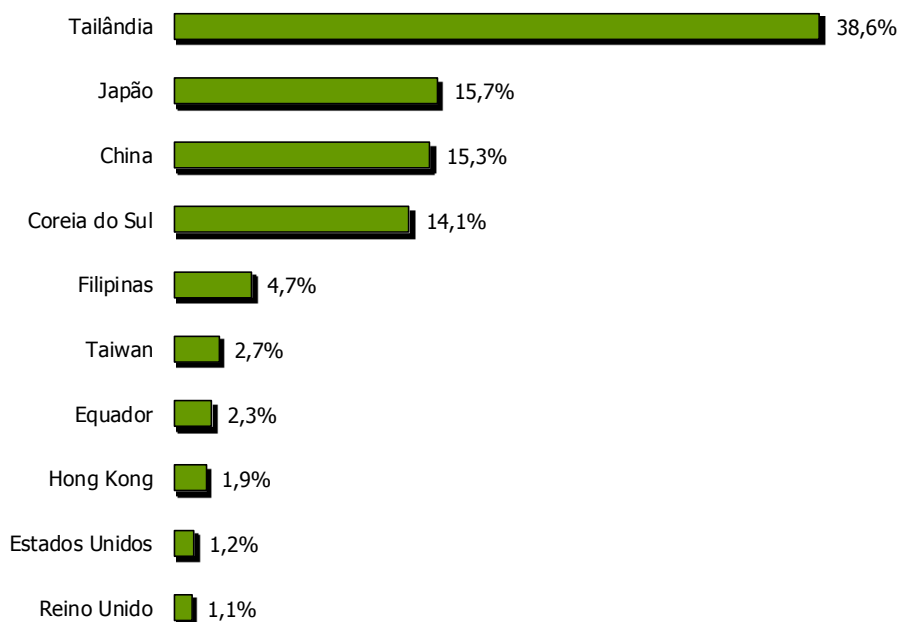
Direção das Exportações da Micronésia⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Tailândia	13.832	38,6%
Japão	5.646	15,7%
China	5.487	15,3%
Coreia do Sul	5.047	14,1%
Filipinas	1.670	4,7%
Taiwan	966	2,7%
Equador	821	2,3%
Hong Kong	691	1,9%
Estados Unidos	428	1,2%
Reino Unido	388	1,1%
...		
Brasil (23ª posição)	7,0	0,0%
Subtotal	34.983	97,6%
Outros países	871	2,4%
Total	35.854	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



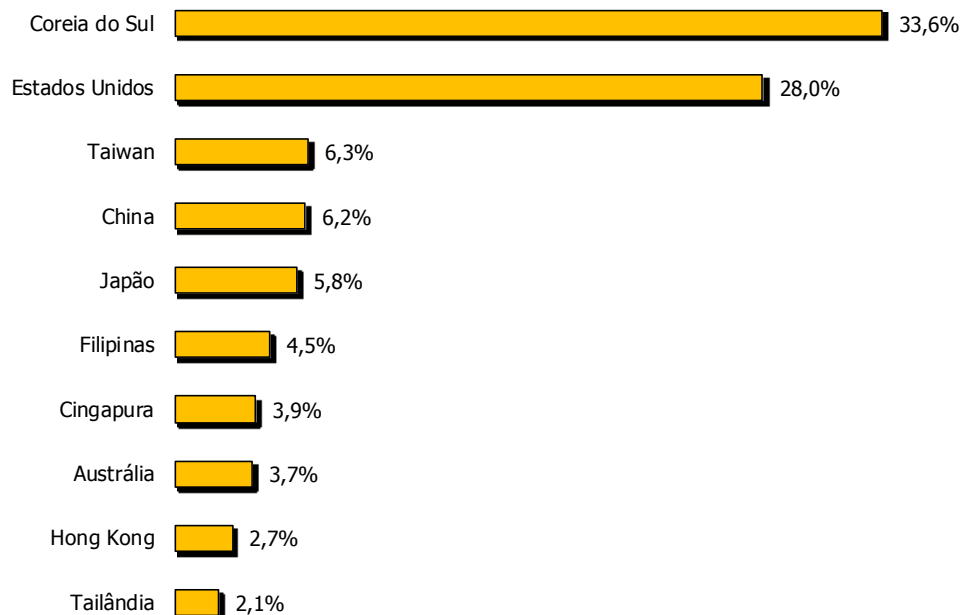
Origem das Importações da Micronésia⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Coreia do Sul	49.974	33,6%
Estados Unidos	41.561	28,0%
Taiwan	9.420	6,3%
China	9.244	6,2%
Japão	8.631	5,8%
Filipinas	6.722	4,5%
Cingapura	5.731	3,9%
Austrália	5.489	3,7%
Hong Kong	4.084	2,7%
Tailândia	3.112	2,1%
...		
Brasil (20ª posição)	78,0	0,1%
Subtotal	144.046	97,0%
Outros países	4.521	3,0%
Total	148.567	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



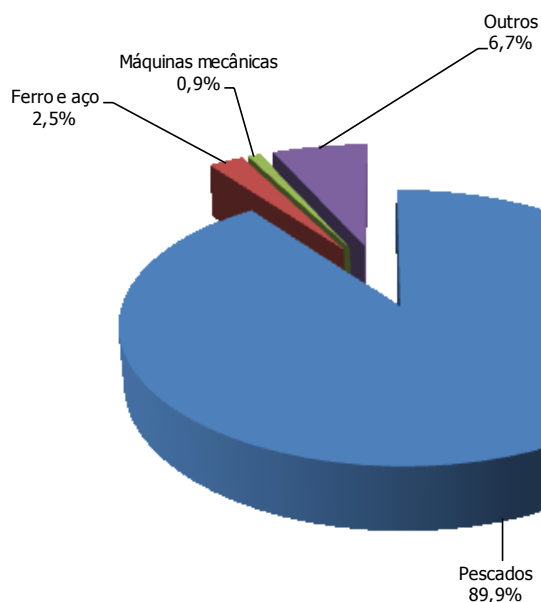
Composição das exportações da Micronésia⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Pescados	32.231	89,9%
Ferro e aço	897	2,5%
Máquinas mecânicas	321	0,9%
Subtotal	33.449	93,3%
Outros	2.405	6,7%
Total	35.854	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



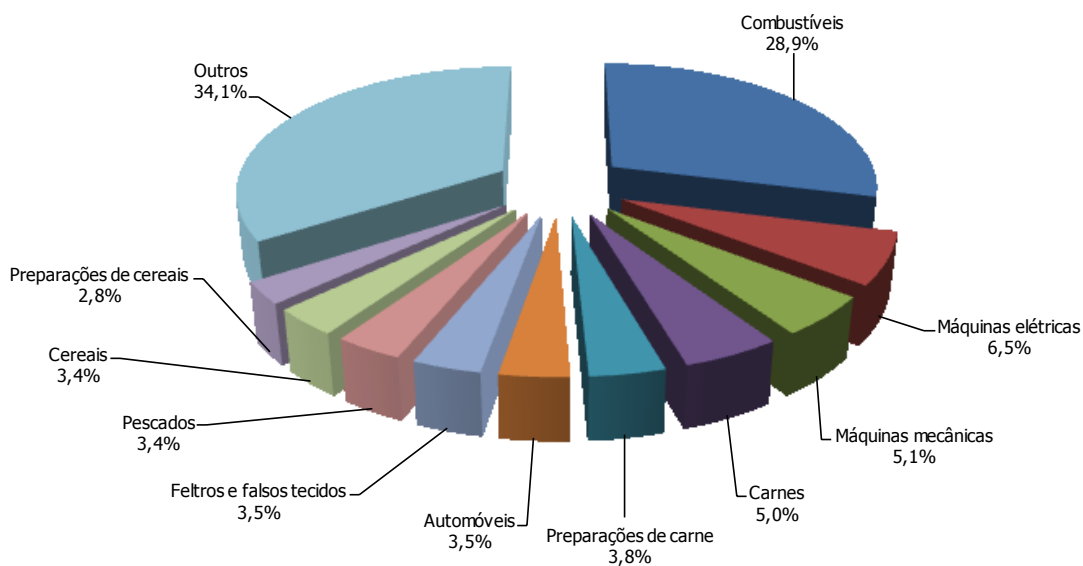
Composição das importações da Micronésia⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	42.965	28,9%
Máquinas elétricas	9.672	6,5%
Máquinas mecânicas	7.508	5,1%
Carnes	7.382	5,0%
Preparações de carne	5.687	3,8%
Automóveis	5.187	3,5%
Feltros e falsos tecidos	5.155	3,5%
Pescados	5.117	3,4%
Cereais	5.070	3,4%
Preparações de cereais	4.095	2,8%
Subtotal	97.838	65,9%
Outros	50.729	34,1%
Total	148.567	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Micronésia

US\$ mil, fob

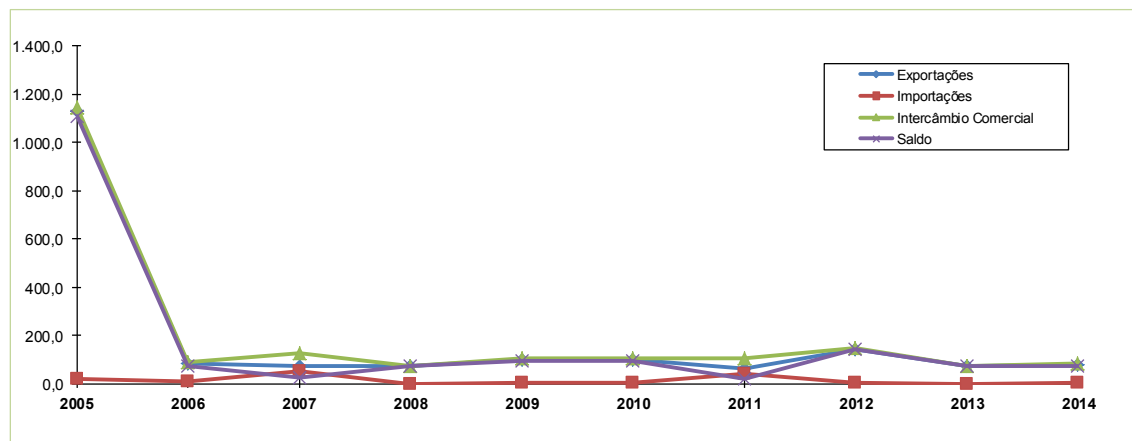
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	1.127,5	314,0%	0,00%	19,0	(+)	0,00%	1.146,6	321,0%	0,00%	1.108,5
2006	82,5	-92,7%	0,00%	9,9	-48,2%	0,00%	92,4	-91,9%	0,00%	72,7
2007	75,4	-8,6%	0,00%	52,0	427,5%	0,00%	127,5	37,9%	0,00%	23,4
2008	73,8	-2,1%	0,00%	0,1	-99,7%	0,00%	74,0	-42,0%	0,00%	73,7
2009	99,4	34,6%	0,00%	4,6	(+)	0,00%	104,0	40,6%	0,00%	94,8
2010	102,8	3,4%	0,00%	5,6	21,0%	0,00%	108,3	4,2%	0,00%	97,2
2011	63,1	-38,5%	0,00%	43,4	678,4%	0,00%	106,5	-1,7%	0,00%	19,8
2012	145,3	130,0%	0,00%	2,5	-94,2%	0,00%	147,8	38,7%	0,00%	142,8
2013	72,9	-49,8%	0,00%	0,7	-71,8%	0,00%	73,6	-50,2%	0,00%	72,2
2014	78,0	7,1%	0,00%	6,8	855,4%	0,00%	84,8	15,2%	0,00%	71,2
2015 (jan-abr)	125,4	n.a.	0,00%	0,1	n.a.	0,00%	125,4	n.a.	0,00%	125,3
Var. % 2005-2014	-93,1%	---	---	-64,4%	---	---	-92,6%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

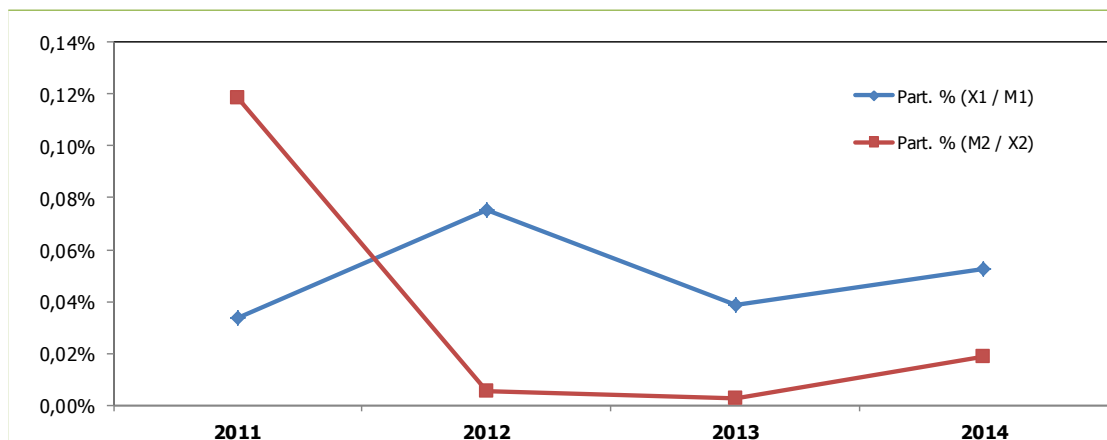
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio da Micronésia⁽¹⁾
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	Var. % 2011/2014
Exportações do Brasil para a Micronésia (X1)	0,063	0,145	0,073	0,078	23,5%
Importações totais da Micronésia (M1)	188,1	193,6	187,7	148,6	-21,0%
Part. % (X1 / M1)	0,03%	0,08%	0,04%	0,05%	56,4%
Importações do Brasil originárias da Micronésia (M2)	0,043	0,003	0,001	0,007	-84,4%
Exportações totais da Micronésia (X2)	36,7	45,1	27,6	35,9	-2,3%
Part. % (M2 / X2)	0,12%	0,01%	0,00%	0,02%	-84,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Maio de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ mil

Comparativo 2014 com 2013



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Micronésia
US\$, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Preparações de carne	145.269	100,0%	72.860	100,0%	77.833	99,8%
Instrumentos de precisão	0	0,0%	0	0,0%	173	0,2%
Subtotal	145.269	100,0%	72.860	100,0%	78.006	100,0%
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	145.269	100,0%	72.860	100,0%	78.006	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

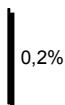
Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

Preparações de
carne



99,8%

Instrumentos de
precisão



0,2%

Composição das importações brasileiras originárias da Micronésia
US\$, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	579	23,0%	709	100,0%	6.647	98,1%
Máquinas mecânicas	1.937	77,0%	0	0,0%	127	1,9%
Subtotal	2.516	100,0%	709	100,0%	6.774	100,0%
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	2.516	100,0%	709	100,0%	6.774	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ mil, fob

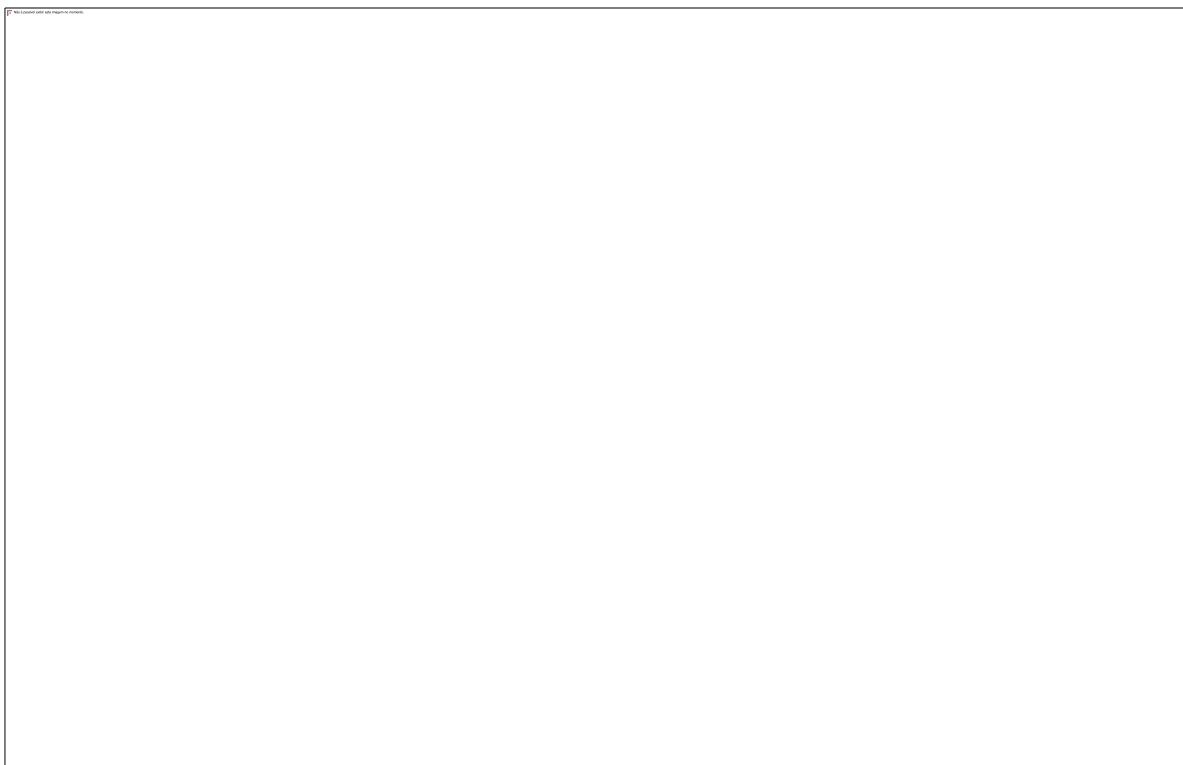
DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Carnes	0	0,0%	87	69,3%	
Alumínio	0	0,0%	39	30,7%	
Subtotal	0	100,0%	125	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	0	100,0%	125	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015					
Importações					
Ferramentas	0	0,0%	0,061	100,0%	
Subtotal	0	100,0%	0,061	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0,000	0,0%	
Total	0	100,0%	0,061	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PALAU



Informação Ostensiva
Maio de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE PALAU	
NOME OFICIAL	República de Palau
CAPITAL	Melequeoque
ÁREA	458 km² (mais de 300 ilhas)
POPULAÇÃO (2014)	21.186 habitantes
GRUPOS ÉTNICOS	Palauanos 70%, filipinos, chineses e vietnamitas 28%, europeus 2%
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês e palauano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos e protestantes
SISTEMA POLÍTICO	Governo constitucional em livre associação com os EUA
PODER LEGISLATIVO	Congresso Nacional bicameral, composto por 25 membros eleitos diretamente – 9 no Senado e 16 na "House of Delegates" –, com mandatos de quatro anos
CHEFE DE ESTADO	Presidente Thomas Remengesau Jr.
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ministro Billy Kuartei
PIB NOMINAL (2014)	US\$ 269 milhões
PIB PPP (2014)	US\$ 288 milhões
PIB PPP <i>per capita</i> (2014)	US\$ 15.531
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2014)	7,95%
IDH (2013)	0,775 (60 ° elevado)
EXPECTATIVA DE VIDA	71,22
ALFABETIZAÇÃO:	92%
ÍNDICE DE DESEMPREGO :	4,2% (est.2005)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar estadunidense
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	-
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro de brasileiros em Palau.

(2) Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Table1.pdf

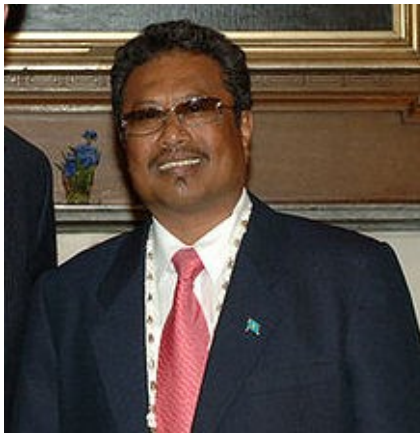
INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ PALAU	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	0,3	8	23	---	6	0,74	77	1,1	88
Exportações	0,3	8	22	---	0,3	---	26	0,4	88

Importações	---	---	0,4	---	6	0,74	51	0,7	0,03
Saldo	0,3	8	22	---	-5	-0,74	-25	-0,3	88

PERFIL BIOGRÁFICO

Tommy Remengesau
Presidente de Palau



Nasceu em 26 de fevereiro de 1956. Formou-se na Grand Valley State University, em Michigan.

Foi Vice-Presidente do país de 1993 a 2000. Em 2001, foi eleito Presidente. Em 2004, foi reeleito e permaneceu no cargo até 2009. Em 2012, foi eleito para um novo mandato de quatro anos, e assumiu em janeiro de 2013.

Billy Kuartei
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Antes de tornar-se Ministro dos Negócios Estrangeiros, em julho de 2013, o reverendo Billy Kuartei havia sido nomeado, pelo Presidente Remengesau, Representante de Palau para o Tratado de Livre Associação com os EUA e Negociador Chefe para a revisão do Tratado. Anteriormente, foi chefe de gabinete do ex-Presidente Johnson Toribiong durante seus dois mandatos. Foi também candidato à Vice-Presidência nas eleições de 2008, na chapa de Surangel Whipps.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações diplomáticas com Palau desde 31 de janeiro de 2005. O Brasil apresentou proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica, ainda sob exame das autoridades de Palau.

No primeiro semestre de 2005, foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos Embaixadores Arnaldo Carrilho (Fíji, Quiribáti, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico César de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Em junho de 2011, o Ministro das Relações Exteriores brasileiro manteve encontro, em Nova York, com o então Presidente de Palau, Johnson Toribiong, na companhia do Professor José Graziano da Silva, então candidato à direção da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O Presidente de Palau afirmou, na ocasião, que seu país atribui considerável importância à "blue economy"; em particular, aos recursos pesqueiros e ao impacto de frotas pesqueiras estrangeiras nas águas territoriais de seu país. Referiu-se ao fato de Palau ser o primeiro país a constituir um "santuário de tubarões" com o fito de proteger a espécie.

O Chanceler lembrou ao Presidente Toribiong os esforços do Brasil no âmbito da Conferência Rio+20; ressaltou o engajamento brasileiro nas questões de segurança alimentar, associando o tema à paz e estabilidade mundiais, posicionamento com o qual concordou o mandatário de Palau. Este mencionou a aliança militar perpétua de seu país com os Estados Unidos - ressaltou, entretanto, ao retomar o tema dos recursos pesqueiros, que o principal desafio de seu país neste setor é o monitoramento do mar territorial contra a pesca predatória.

No dia 28 de setembro de 2012, o Embaixador George Ney Fernandes apresentou credenciais ao então Presidente Toribiong, na qualidade de primeiro embaixador do Brasil junto a Palau. A cerimônia contou com a participação do Vice-Presidente, de todo o Gabinete de Ministros e de dois chefes tribais que compunham a assessoria especial do Presidente. Na ocasião, o Toribiong ressaltou seu interesse nas medidas de proteção ao meio ambiente adotadas pelo Brasil e na ampliação dos laços culturais entre nossos países, sugerindo a realização de um festival de cinema brasileiro em Koror. Por fim, em conversa com o então Secretário de Estado Viktor Yano, este expressou o interesse do governo palauano em conhecer a experiência brasileira em votação eletrônica e o desenvolvimento da pecuária bovina no Brasil.

COOPERAÇÃO

Palau, assim como Samoa, foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil a partir do esforço iniciado em outubro de 2004. Já foram identificadas possibilidades de cooperação técnica nos setores de açúcar, café, cacau, futebol, carne bovina, HIV/AIDS, meio ambiente e aquicultura.

Ainda encontra-se em negociação proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Palau, cujo texto foi aprovado por todas as áreas competentes da SERE e transmitido a Camberra e Manila, com o objetivo de serem entregues aos representantes daqueles governos para análise.

INTERCÂMBIO BILATERAL

O comércio exterior entre Brasil e Palau ainda é pouco significativo. De acordo com os dados estatísticos do MDIC/SECEX-Aliceweb, de 2005 a 2014, o modesto **comércio bilateral** entre o Brasil e Palau cresceu 47% passando de US\$ 60,5 mil, para US\$ 88,7 mil. De 2013 para 2014 houve forte aumento de 76 vezes. A balança comercial entre os dois países não tem mostrado tendência claramente definida e, assim, o Brasil registrou os seguintes superávits no comércio com o Palau: 2014 (US\$ 88,6 mil); 2008 (US\$ 22 mil); 2007 (US\$ 8,8 mil); 2006 (US\$ 355). De janeiro a abril de 2015, as trocas somaram apenas US\$ 32, o que correspondeu a uma queda de 99,9% em relação ao acumulado de janeiro a abril de 2014. No mesmo período não houve registro de exportações brasileiras para o Palau.

As **exportações** brasileiras para o Palau cresceram quase 306 vezes nos últimos dez anos, passando de US\$ 290, em 2005 – ano de melhor desempenho – para US\$ 88,6 mil, em 2014. De 2013 para 2014, as vendas brasileiras ao mercado do Palau aumentaram 216 vezes motivadas, principalmente, pelas vendas de madeira compensadas, principal produto da pauta. Entre janeiro e abril de 2015 não houve registros de exportações destinadas ao Palau. Os produtos exportados pelo Brasil para o Palau, em 2014, foram: *i)* madeiras compensadas (valor de US\$ 88,3 mil; equivalentes a 99,6% do total); e, *ii)* sutiãs e bustiês (US\$ 0,3 mil; 0,4%).

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos as **importações** brasileiras originárias do Palau decresceram 99,9% diminuindo de US\$ 60,2 mil, em 2005, para US\$ 35, em 2014. As compras de 2013 para 2014 apresentaram, novamente, um substancial decréscimo de 95,4%, que foi motivado, principalmente, pela descontinuidade nas compras de filtros de entrada de ar para veículos automóveis (valor de US\$ 6 mil, em 2014). Os desempenhos mais substantivos das importações brasileiras aconteceram em 2005 (US\$ 60,2 mil – principal produto: papel e cartão; participação de 91% do total); 2010 (valor de US\$ 6,2 mil – principais produtos: máquinas para

trabalhar borracha ou plásticos; 54%); e 2012 (valor de US\$ 50,9 mil – principal produto: plásticos e suas obras; 44%). Entre janeiro e abril 2015 as importações tiveram apenas o valor de US\$ 32, correspondendo a uma queda de 8,6% em relação ao mesmo período de 2014. O único produto importado pelo Brasil, procedente do mercado palauano, em 2014 foi circuitos integrados monolíticos.

Evolução do intercâmbio comercial com Palau - US\$ (fob)										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	290	-79,6%	0,00%	60.180	-59,0%	0,00%	60.470	-59,2%	0,00%	-59.890
2006	355	22,4%	0,00%	0	-100,0%	0,00%	355	-99,4%	0,00%	355
2007	8.824	(+)	0,00%	8	n.a.	0,00%	8.832	(+)	0,00%	8.816
2008	22.538	155,4%	0,00%	490	(+)	0,00%	23.028	160,7%	0,00%	22.048
2009	0	-100,0%	0,00%	31	-93,7%	0,00%	31	-99,9%	0,00%	-31
2010	350	n.a.	0,00%	6.243	(+)	0,00%	6.593	(+)	0,00%	-5.893
2011	0	-100,0%	0,00%	740	-88,1%	0,00%	740	-88,8%	0,00%	-740
2012	25.823	n.a.	0,00%	50.899	(+)	0,00%	76.722	(+)	0,00%	-25.076
2013	410	-98,4%	0,00%	755	-98,5%	0,00%	1.165	-98,5%	0,00%	-345
2014	88.648	(+)	0,00%	35	-95,4%	0,00%	88.683	(+)	0,00%	88.613
2015 (jan-abr)	0	-100,0%	0,00%	32	-8,6%	0,00%	32	-99,9%	0,00%	-32
Var. % 2005-2014	30468,3%	---	---	-99,9%	---	---	46,7%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%. (n.a.) Critério não aplicável. (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

O **cruzamento** estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora do Palau em 2014 (fonte: Trademap/UNCTAD), identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado (SH6) os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local foram, em princípio, os seguintes: *i)* embarcações; *ii)* pescados; *iii)* preparações das indústrias alimentícias; *iv)* automóveis; *v)* cervejas de malte; *vi)* bebidas não alcoólicas; *vii)* instrumentos e aparelhos de geodesia; *viii)* Aparelhos de recepção, conversão e transmissão ou regeneração de voz, imagens ou outros dados; *ix)* arroz; *x)* navios-tanque.

ATOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais com a Micronésia.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há rede consular ou comunidade brasileira em Palau.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Palau.

POLÍTICA INTERNA

Em 1945, depois de ter sido ocupada por Espanha, Alemanha e Japão, Palau passou a fazer parte do Protetorado das Ilhas do Pacífico, (“UN Trust Territory of the Pacific”), sob administração dos EUA. Palau tornou-se independente somente em 1994, ao ratificar um Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos. Conforme o tratado, cuja duração é de 50 anos, os EUA são encarregados de garantir a defesa e a segurança do arquipélago, além de prover-lhe substanciais financiamentos.

Conforme a Constituição palauana, o regime de governo é presidencialista, sendo o Presidente da República eleito pelo voto direto, com mandato de quatro anos, podendo ser reeleito por uma vez. O Congresso Nacional é bicameral, composto por 25 membros eleitos diretamente – 9 no Senado e 16 na “House of Delegates” –, cujos mandatos também são de quatro anos. O atual Presidente, Tommy Remengesau, tomou posse em janeiro de 2013.

A população de Palau reduziu-se a pouco mais de 4.000 pessoas após a Segunda Guerra Mundial, de um total de 50.000 pessoas nas primeiras décadas do século XX. Atualmente, a população do país é de cerca de 20.000 pessoas.

Palau é constituída por um arquipélago com dezenas de ilhas, 10 das quais inabitadas.

Em dezembro de 2012, devido aos estragos causados pelo furacão “Bopha”, o Governo de Palau avisou, por nota, que foi declarado estado de emergência em todo o arquipélago. O próprio Palácio do Governo, que também é utilizado por todos os Ministérios em Koror, foi usado para abrigar os cidadãos que tiveram suas casas destruídas pelo furacão.

POLÍTICA EXTERNA

Os EUA são o principal parceiro externo de Palau e é prioridade do governo palauano sustentar os fluxos de financiamento que vêm dos norte-americanos. Além de manter importantes relações com parceiros como

Austrália, Nova Zelândia e Filipinas, o governo de Palau tem buscado estreitar laços com outros países asiáticos, particularmente com o Japão. Em janeiro de 2000, o governo palauano reconheceu formalmente Taiwan, garantindo sua contribuição para o aumento do investimento e do turismo em Palau. Atualmente, Taiwan tem forte presença econômica no arquipélago. EUA, Filipinas e Japão mantêm representações diplomáticas em Melekeoque.

Palau passou a integrar a ONU em dezembro de 1994. Mantém relações diplomáticas com 40 países e conta com missões em Washington, Japão, Taiwan e Filipinas, além da Missão Permanente junto às Nações Unidas. As melhores conexões aéreas do país ligam a capital a Tóquio e a Manila.

Tornou-se membro do Fórum do Pacífico Sul, em 1995, logo após a sua independência. Como tal, é parte também do recentemente aprovado Umbrella Agreement, que inclui Austrália e Nova Zelândia, chamado “Pacific Agreement on Closer Economic Relations” (PACER). Esse acordo prevê a futura criação de uma área de livre comércio entre os 14 países do Fórum das Ilhas do Pacífico, chamado “Pacific Island Countries Trade Agreement” (PICTA), sem a Austrália e a Nova Zelândia.

Palau foi admitido no FMI em 1998. Os principais doadores são os EUA, Japão e Taiwan. O país também é membro do Banco de Desenvolvimento Asiático, bem como da UNESCO, da FAO, do FMI, do Banco Mundial e de várias organizações regionais.

O arquipélago está em negociações de delimitação marítima com as Filipinas e a Indonésia.

Na 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2013, o Presidente de Palau recorreu a um histórico sobre as discussões internacionais sobre o meio ambiente. Salientando as promessas da Rio-92, demonstrou sua frustração com os resultados alcançados desde então. Aduziu que o mundo estaria próximo de cenário apocalíptico, um verdadeiro "global warming doomsday". Somente um acordo político transversal poderia evitar a materialização desse cenário.

Entre 29 de julho e 1º de agosto de 2014, Palau sediou o 45º Fórum das Ilhas do Pacífico. Durante o encontro, os líderes da região elegeram Dame Meg Taylor de Papua Nova Guiné para chefiar o Secretariado da organização, destacaram a importância do desenvolvimento sustentável e da preservação dos recursos naturais do oceano Pacífico e determinaram a elaboração de recomendação sobre o status de Fiji no organismo, após a realização de eleições no país.

Durante a 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2014, o Presidente de Palau, Tommy Remengesau, centrou sua intervenção em questões relacionadas a oceanos. Afirmou que o Oceano Pacífico está sofrendo diversas ameaças simultâneas, que ameaçam o modo de vida de toda a região.

A mudança do clima e o decorrente aumento no nível das águas, além da crescente poluição, que vem causando a formação de gigantescas ilhas de lixo flutuantes, justificariam a criação de normas internacionais que estabeleçam áreas de proteção ambiental mesmo fora de jurisdições nacionais.

Remengesau declarou apoio à elaboração de um objetivo específico sobre oceanos no conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e lembrou que os ODS devem terminar o trabalho dos ODM, mantendo foco na erradicação da pobreza. Terminou o discurso afirmando que é absolutamente inaceitável permitir que a temperatura global aumente em 3,6 graus Célsius e que, em vista disso, seria melhor que "deixássemos de ter filhos desde agora, pois não há futuro nesse cenário".

Em outubro de 2014, Palau absteve-se em votação na AGNU quanto à necessidade de fim do embargo americano a Cuba. Além de Palau, apenas Micronésia e Ilhas Marshall se abstiveram.

RELAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA

Em outubro de 1999, Palau propôs o estabelecimento de relações diplomáticas com a União Europeia. Após conseguir o status de membro observador às negociações pós-Lomé, o país tornou-se signatário do Acordo de Parceria ACP-EU e ratificou a Convenção em 16 de agosto de 2001.

Palau juntou-se à ACP (Grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico) em 2000, quando se tornou signatário do Acordo de Cotonou. Com a décima alocação do Fundo de Desenvolvimento Europeu (2008-2013), o país recebeu 2,5 milhões de euros, que deveriam ser utilizados em projetos com foco no desenvolvimento de energia renovável nos setores de água e energia, bem como em assistência técnica e cooperação para auxiliar projetos relacionados.

ECONOMIA

Palau tem um dos maiores padrões de vida entre os países insulares do Pacífico. A renda *per capita* de sua população supera em até 50% a dos filipinos e a de outros povos da Micronésia. O PIB do país vinha crescendo em média 5% a.a. até 2008, quando a crise mundial fez o índice desacelerar para 2%.

A despeito de suas reconhecidas fragilidades, a economia palauana vem mostrando bom desempenho. Em 2010, a economia registrou crescimento de 3,2% e, em 2011, a expansão observada foi de 5,2%. Perseverando em bons resultados, a economia de Palau logrou expansão de 5,5% em 2012. No ano seguinte, porém, o desempenho do país foi prejudicado por intensas

adversidades climáticas e assim, em 2013, a economia de Palau sofreu discreta retração de 0,2%. O território palauano, assim como o de outros países insulares do Pacífico é sujeito à ocorrência de supertufões, de categoria cinco, cujos ventos chegam a atingir cerca de 300 km/h. Ademais, a vulnerabilidade de tais países é agravada na medida em que o aquecimento global tende a elevar o nível dos oceanos, com efeitos catastróficos sobre o território de tais economias.

No que diz respeito ao ano de 2014, o país retomou sua dinâmica expansiva, tendo em vista que registrou substantiva expansão de 7,9% e, por conseguinte, o PIB nominal de Palau atingiu US\$ 269 milhões. Individualmente, o PIB *per capita* correspondeu a US\$ 15,209 mil, com destaque no conjunto dos países insulares daquela região. Avaliação recente do FMI sugere que o Palau deverá registrar expansão econômica em torno de 2,5% a.a., no atual biênio 2015-2016.

Palau - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)							
Discriminação	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	2 0 1 5	2 0 1 6
Variação real	3,24%	5,20%	5,52%	-0,23%	7,95%	2,20%	2,70%
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do FMI, World Economic Outlook Database, abril de 2015.							

A principal atividade econômica do arquipélago é o turismo, que emprega 50% dos palauanos, seguida pelo setor pesqueiro. O Estado também desempenha importante papel na economia, empregando cerca de 15% dos habitantes. Um dos principais desafios do governo de Palau é garantir, no longo prazo, a viabilidade de sua economia, por meio da redução da dependência da assistência financeira externa. Nesse sentido, a promoção do desenvolvimento do setor privado e da diversificação econômica inclui-se entre os desafios de médio prazo.

Nos últimos dez anos, as exportações globais de Palau mostraram pouco dinamismo, tendo em vista que passaram de US\$ 32,9 milhões em 2005, para US\$ 16,9 milhões em 2014. Em termos relativos, portanto, o decréscimo observado foi de 48,7%. Foram os seguintes os principais mercados de destino para as exportações do país, em 2014: Japão (69,0% de participação no total); Turquia (16,1%); Israel (4,1%); Estados Unidos (3,5%); Taiwan (2,8%). O Brasil ocupou posição discreta e foi o 37º mercado de destino para os produtos palauanos. No que tange à sua composição, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global desse país, em 2014: peixes, crustáceos e moluscos (69,4% do total); embarcações flutuantes (17,0%); produtos farmacêuticos (4,1%); ferro fundido, ferro ou aço (1,3%); instrumentos elétricos ou eletrônicos (1,3%); madeira e carvão vegetal (1,1%).

Palau - evolução do comércio exterior total - valores em US\$ mil				
Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2 0 0 5	32.950	38.986	71.936	-6.036
2 0 0 6	42.936	44.471	87.407	-1.535
2 0 0 7	32.814	37.841	70.655	-5.027
2 0 0 8	30.373	60.783	91.156	-30.410
2 0 0 9	18.400	53.955	72.355	-35.555
2 0 1 0	17.942	51.142	69.084	-33.200
2 0 1 1	19.717	53.571	73.288	-33.854
2 0 1 2	23.830	71.945	95.775	-48.115
2 0 1 3	16.583	93.837	110.420	-77.254
2 0 1 4	16.903	90.381	107.284	-73.478
Elaborado pelo MRE / DPR / DIC, com base em dados da UNCTAD / ITC / COMTRADE / Trademap, junho de 2015.				

Pelo lado da demanda, as importações mostraram comportamento expansivo, considerando que evoluíram de US\$ 38,9 milhões em 2005, para US\$ 90,4 milhões em 2014. O crescimento relativo das importações foi de 132%. Foram os seguintes os principais exportadores para o mercado palauano em 2014: Estados Unidos (22,7% de participação); Japão (20,2%); Taiwan (16,8%); Coreia do Sul (15,4%); China (11,5%); Singapura (4,1%); Filipinas (3,6%). O Brasil foi o 16º supridor, com participação de 0,1% no total das aquisições. Citam-se os principais grupos de produtos da importação global de Palau, em 2014: combustíveis e lubrificantes (18,3% do total); embarcações flutuantes (11,8%); peixes, crustáceos e moluscos (10,3%); máquinas e aparelhos mecânicos (6,6%); veículos e autopeças (6,4%); instrumentos elétricos ou eletrônicos (5,2%); preparações alimentícias (5,1%); bebidas (4,6%); instrumentos médicos ou de precisão (3,7%); madeira e carvão vegetal (2,2%).

A balança comercial é tradicionalmente desfavorável, com viés de deterioração no último biênio. Nessas condições, o país contabilizou déficit de US\$ 73,5 milhões em transações comerciais de bens, em 2014.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE PALAU

1543	Chegada do navegador espanhol Ruy López de Villalobos, primeiro explorador europeu a alcançar o território palauano.
1885	Papa Leão XXIII reconhece o território como parte da Espanha.
1899	Espanha vende o território à Alemanha.
1914	Palau é ocupado pelo Japão, que, a partir de 1920, as administra sob mandato da Liga das Nações.
1947	Os Estados Unidos passam a administrar a região, como parte do Protetorado das Ilhas do Pacífico.
1979	Estabelecimento oficial do Governo da República de Palau, com autonomia em relação aos EUA.
1985	Assassinato do Presidente Haruo Remeliik.
1988	Suicídio do Presidente Lazarus Salii.
1994	Tornam-se uma República independente, com a entrada em vigor do Tratado de Livre Associação com os EUA.
2001	Eleição do Presidente Tommy Remengesau para seu primeiro mandato.
2008	Eleição do Presidente Johson Toribiong.
2012	Eleição do Presidente Tommy Remengesau.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e Palau.
2012	Apresentação de credenciais do Embaixador George Ney Fernandes, primeiro Embaixador do Brasil junto a Palau.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos de Palau

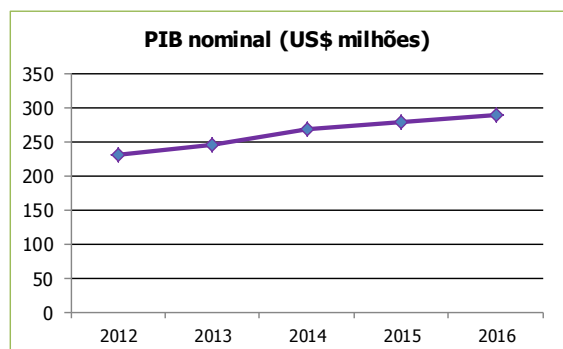
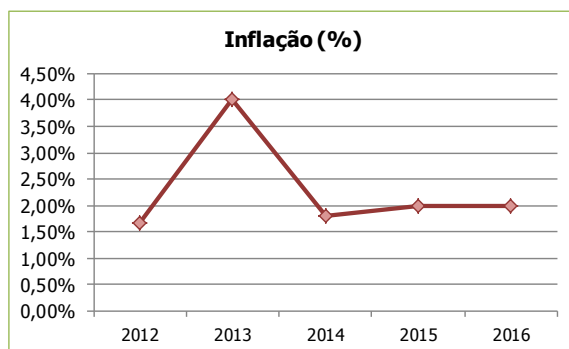
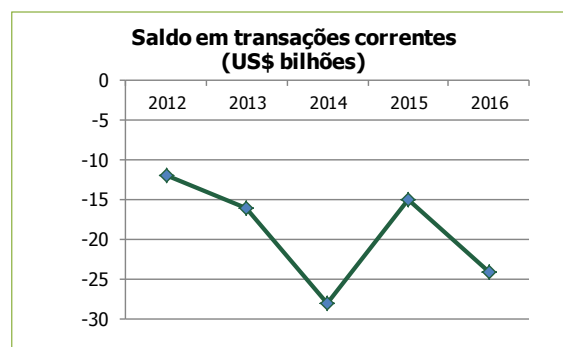
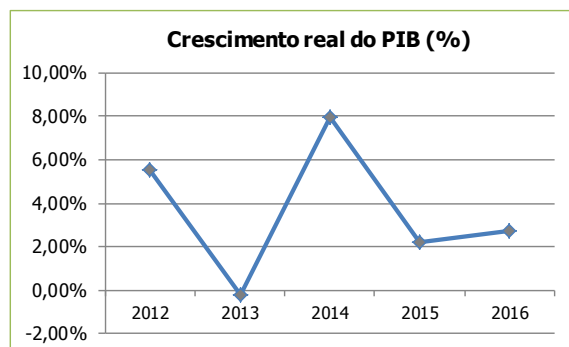
Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	5,52%	-0,23%	7,95%	2,20%	2,70%
PIB nominal (US\$ milhões)	232	246	269	278	290
PIB nominal "per capita" (US\$)	13.193	14.022	15.210	15.531	16.077
PIB PPP (US\$ bilhões)	260	263	288	297	310
PIB PPP "per capita" (US\$)	14.753	15.005	16.272	16.611	17.144
População (mil habitantes)	18	18	18	18	18
Inflação (%)	1,67%	4,00%	1,80%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (US\$ milhões)	-12	-16	-28	-15	-24

Origem do PIB (2014 estimativa)

Agricultura	3,2%
Indústria	20,0%
Serviços	76,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2015.

(1) Estimativas FMI.



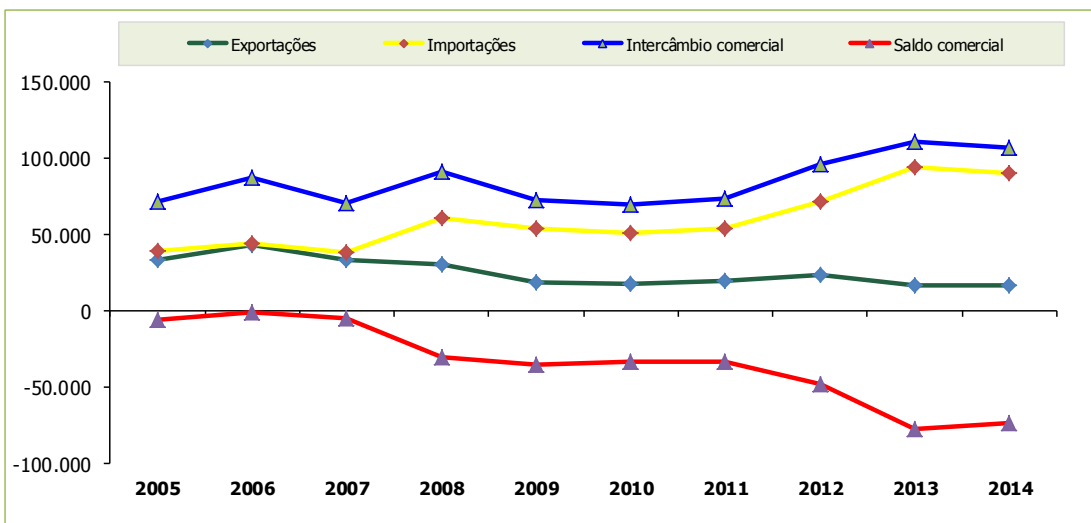
Evolução do Comércio Exterior de Palau⁽¹⁾
US\$ mil

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	32.950	44,1%	38.986	-16,8%	71.936	3,2%	-6.036
2006	42.936	30,3%	44.471	14,1%	87.407	21,5%	-1.535
2007	32.814	-23,6%	37.841	-14,9%	70.655	-19,2%	-5.027
2008	30.373	-7,4%	60.783	60,6%	91.156	29,0%	-30.410
2009	18.400	-39,4%	53.955	-11,2%	72.355	-20,6%	-35.555
2010	17.942	-2,5%	51.142	-5,2%	69.084	-4,5%	-33.200
2011	19.717	9,9%	53.571	4,7%	73.288	6,1%	-33.854
2012	23.830	20,9%	71.945	34,3%	95.775	30,7%	-48.115
2013	16.583	-30,4%	93.837	30,4%	110.420	15,3%	-77.254
2014	16.903	1,9%	90.381	-3,7%	107.284	-2,8%	-73.478
Var. % 2005-2014	-48,7%	---	131,8%	---	49,1%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



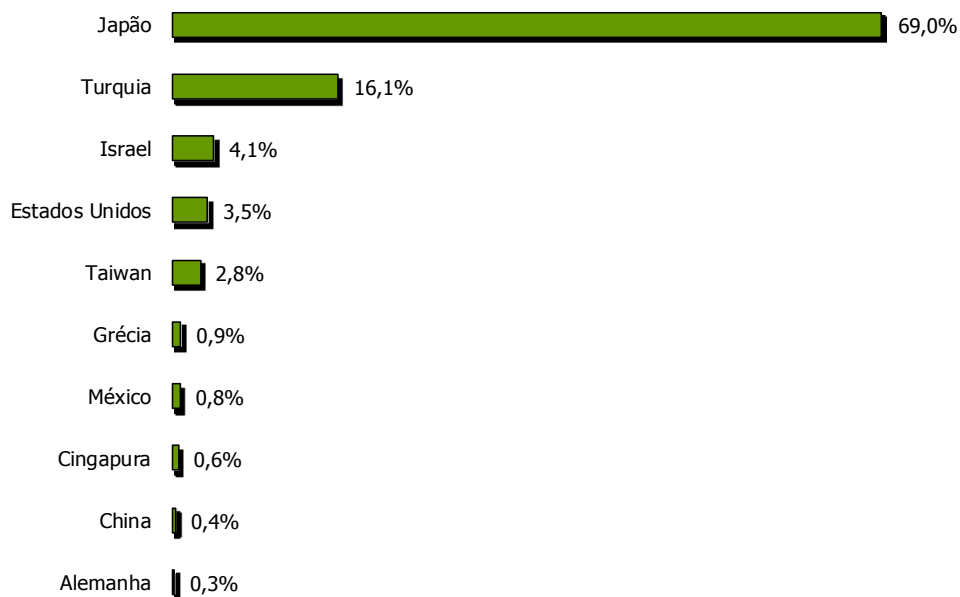
Direção das Exportações de Palau⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Japão	11.671	69,0%
Turquia	2.728	16,1%
Israel	692	4,1%
Estados Unidos	595	3,5%
Taiwan	470	2,8%
Grécia	153	0,9%
México	137	0,8%
Cingapura	105	0,6%
China	62	0,4%
Alemanha	48	0,3%
...		
<i>Brasil (37ª posição)</i>	<i>0</i>	<i>0,0%</i>
Subtotal	16.661	98,6%
Outros países	242	1,4%
Total	16.903	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



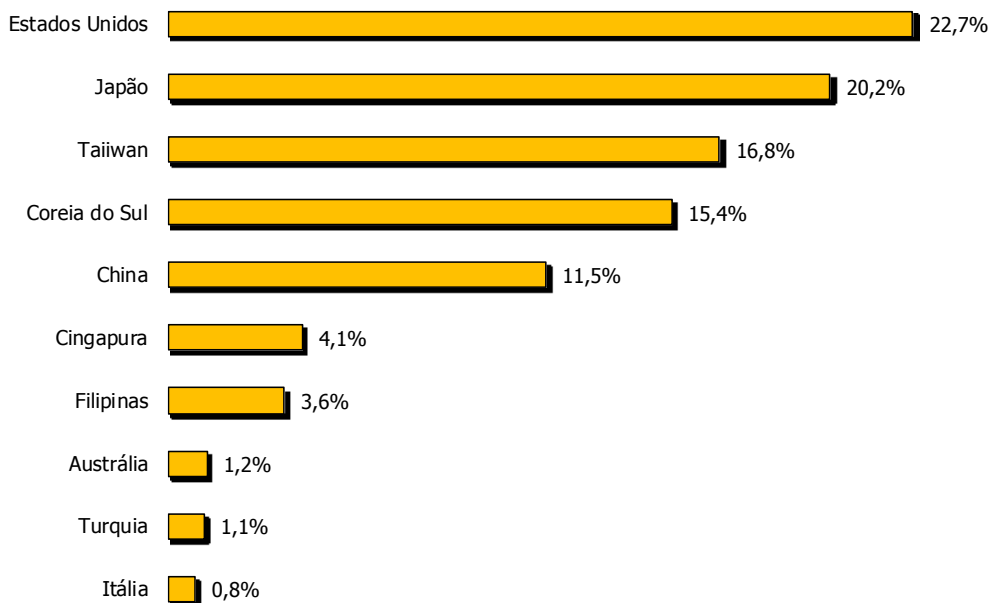
Origem das Importações de Palau⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Estados Unidos	20.521	22,7%
Japão	18.238	20,2%
Taiiwan	15.199	16,8%
Coreia do Sul	13.879	15,4%
China	10.417	11,5%
Cingapura	3.704	4,1%
Filipinas	3.214	3,6%
Austrália	1.082	1,2%
Turquia	1.005	1,1%
Itália	758	0,8%
...		
<i>Brasil (16ª posição)</i>	<i>89</i>	<i>0,1%</i>
Subtotal	88.106	97,5%
Outros países	2.275	2,5%
Total	90.381	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



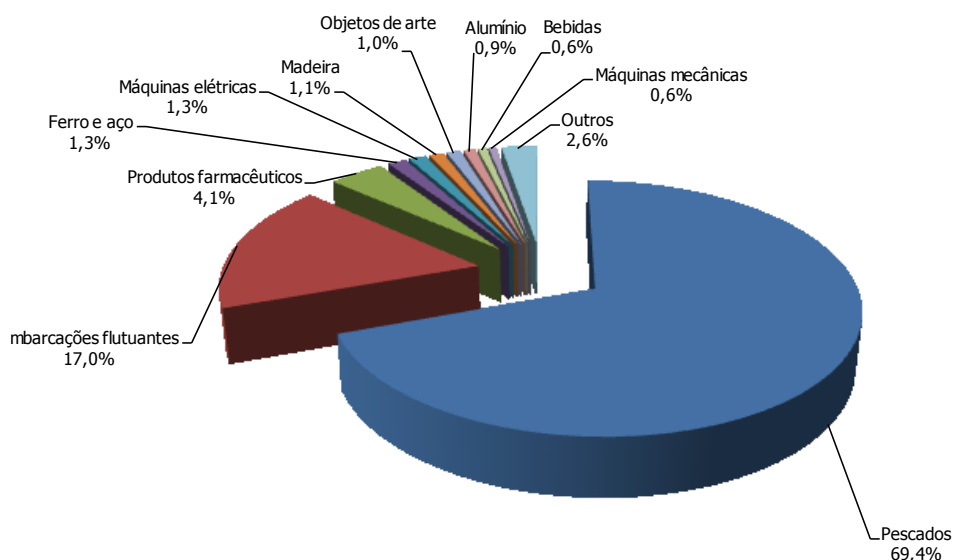
Composição das exportações de Palau⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Pescados	11.738	69,4%
Embarcações flutuantes	2.881	17,0%
Produtos farmacêuticos	692	4,1%
Ferro e aço	225	1,3%
Máquinas elétricas	214	1,3%
Madeira	179	1,1%
Objetos de arte	177	1,0%
Alumínio	149	0,9%
Bebidas	109	0,6%
Máquinas mecânicas	96	0,6%
Subtotal	16.460	97,4%
Outros	443	2,6%
Total	16.903	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



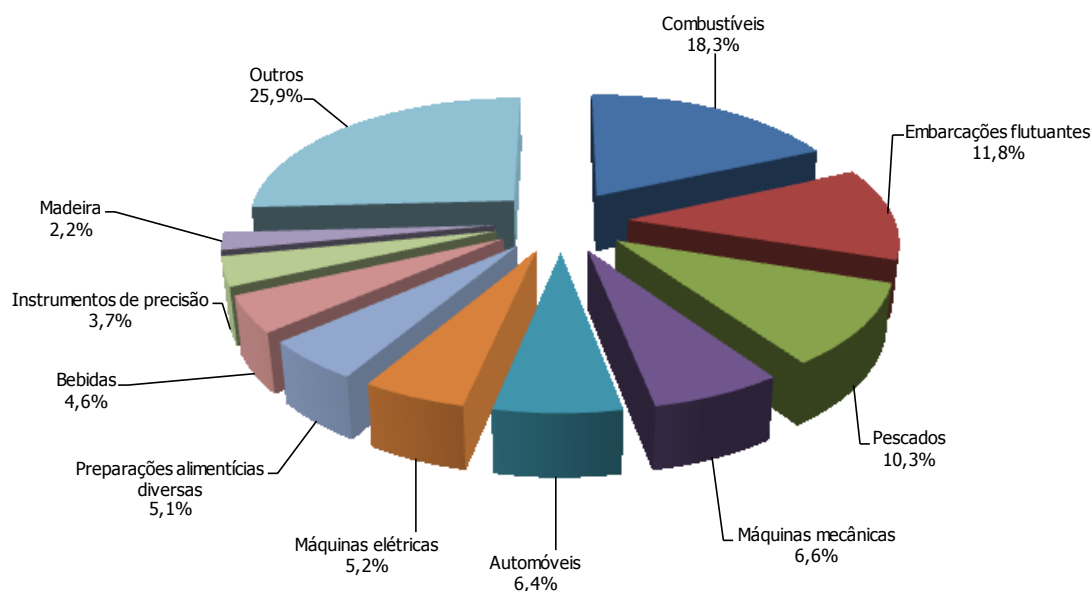
Composição das importações de Palau⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	16.522	18,3%
Embarcações flutuantes	10.627	11,8%
Pescados	9.315	10,3%
Máquinas mecânicas	5.984	6,6%
Automóveis	5.760	6,4%
Máquinas elétricas	4.730	5,2%
Preparações alimentícias diversas	4.584	5,1%
Bebidas	4.150	4,6%
Instrumentos de precisão	3.332	3,7%
Madeira	2.002	2,2%
Subtotal	67.006	74,1%
Outros	23.375	25,9%
Total	90.381	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Palau
US\$ (fob)**

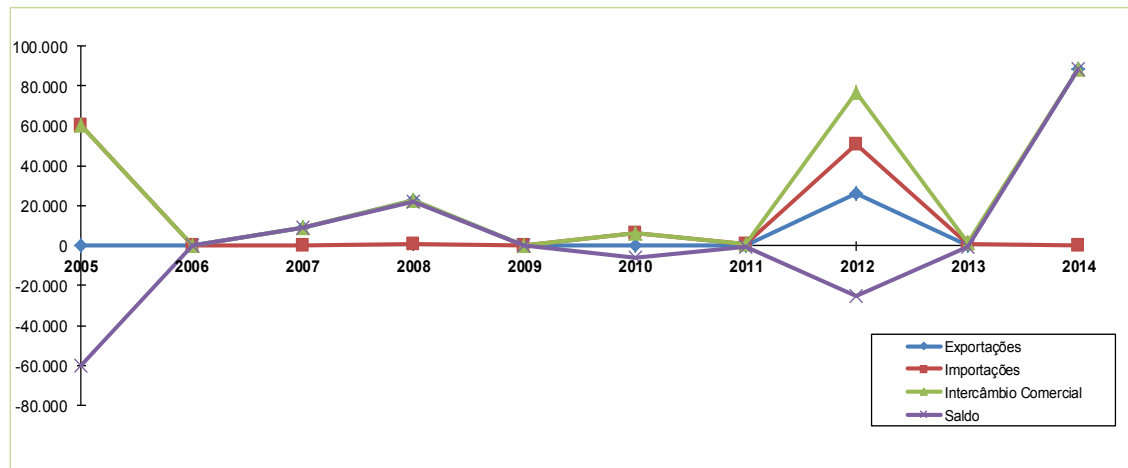
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	290	-79,6%	0,00%	60.180	-59,0%	0,00%	60.470	-59,2%	0,00%	-59.890
2006	355	22,4%	0,00%	0	#####	0,00%	355	-99,4%	0,00%	355
2007	8.824	(+)	0,00%	8	n.a.	0,00%	8.832	(+)	0,00%	8.816
2008	22.538	155,4%	0,00%	490	(+)	0,00%	23.028	160,7%	0,00%	22.048
2009	0	#####	0,00%	31	-93,7%	0,00%	31	-99,9%	0,00%	-31
2010	350	n.a.	0,00%	6.243	(+)	0,00%	6.593	(+)	0,00%	-5.893
2011	0	#####	0,00%	740	-88,1%	0,00%	740	-88,8%	0,00%	-740
2012	25.823	n.a.	0,00%	50.899	(+)	0,00%	76.722	(+)	0,00%	-25.076
2013	410	-98,4%	0,00%	755	-98,5%	0,00%	1.165	-98,5%	0,00%	-345
2014	88.648	(+)	0,00%	35	-95,4%	0,00%	88.683	(+)	0,00%	88.613
2015 (jan-abr)	0	#####	0,00%	32	-8,6%	0,00%	32	#####	0,00%	-32
Var. % 2005-2014	30468,3%	---	---	-99,9%	---	---	46,7%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

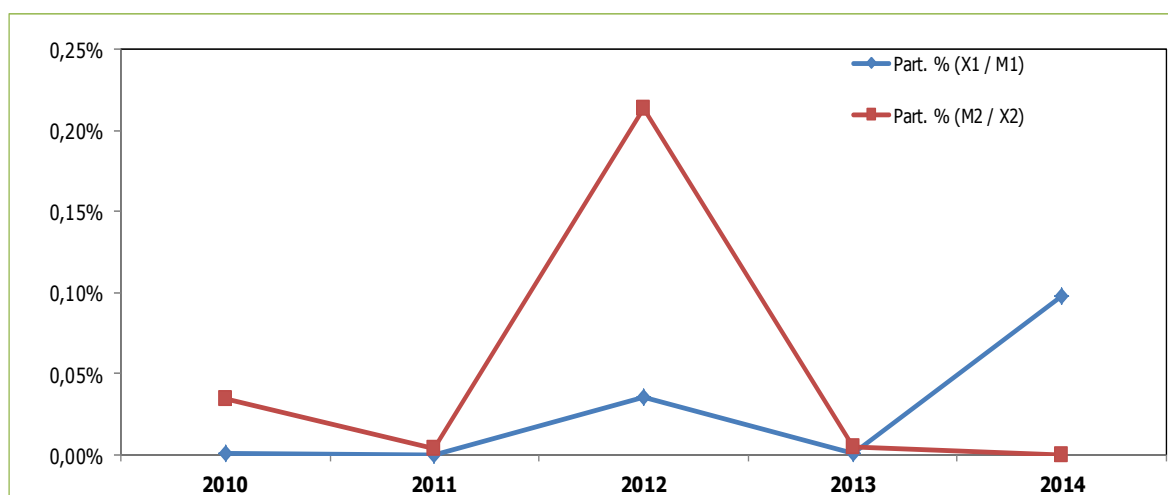


Part. % do Brasil no Comércio de Palau⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Palau (X1)	0,4	0,0	25,8	0,4	88,6	25228,0%
Importações totais de Palau (M1)	51.142	53.571	71.945	93.837	90.381	76,7%
Part. % (X1 / M1)	0,00%	0,00%	0,04%	0,00%	0,10%	14231,8%
Importações do Brasil originárias de Palau (M2)	6,2	0,7	50,9	0,8	0,04	-99,4%
Exportações totais de Palau (X2)	17.942	19.717	23.830	16.583	16.903	-5,8%
Part. % (M2 / X2)	0,03%	0,00%	0,21%	0,00%	0,00%	-99,4%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Maio de 2015.

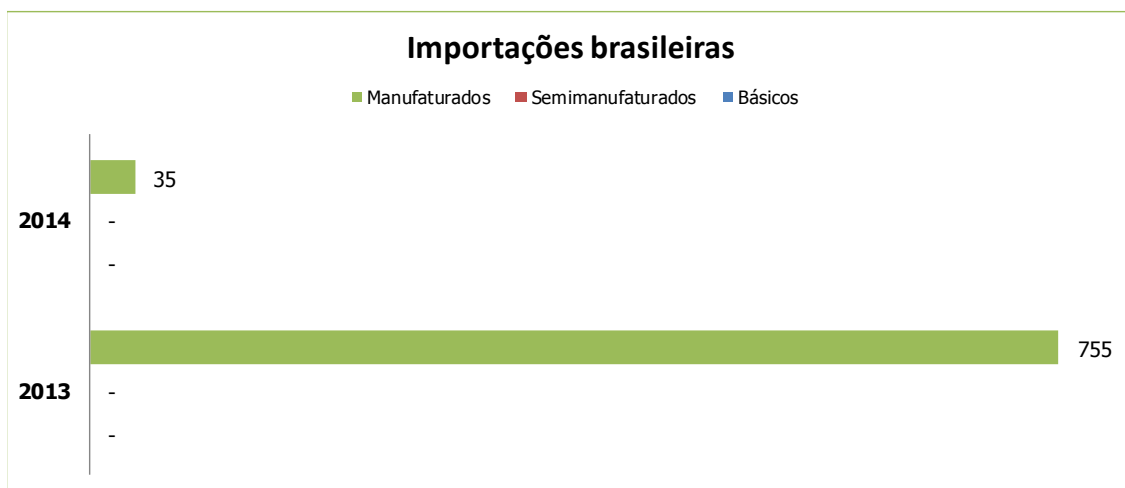
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$

Comparativo 2014 com 2013



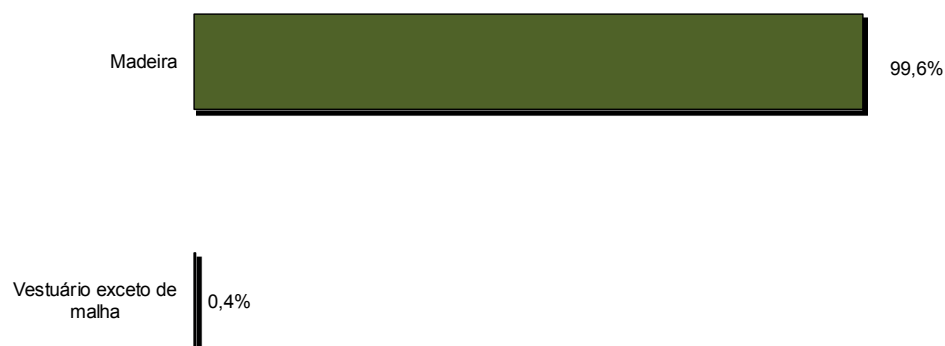
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

**Composição das exportações brasileiras para Palau
US\$ (fob)**

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Madeira	0	0,0%	0	0,0%	88.317	99,6%
Vestuário exceto de malha	0	0,0%	0	0,0%	331	0,4%
Perfumaria	0	0,0%	334	81,5%	0	0,0%
Obras diversas de metais comuns	0	0,0%	76	18,5%	0	0,0%
Frutas	25.823	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	25.823	100,0%	410	100,0%	88.648	100,0%
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	25.823	100,0%	410	100,0%	88.648	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



**Composição das importações brasileiras originárias de Palau
US\$ (fob)**

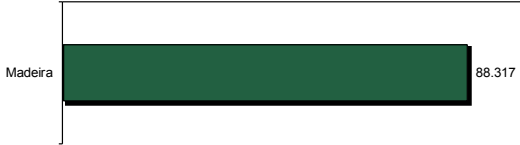
Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	784	1,5%	0	0,0%	35	100,0%
Máquinas mecânicas	1.155	2,3%	755	100,0%	0	0,0%
Plásticos	22.187	43,6%	0	0,0%	0	0,0%
Papel	4.529	8,9%	0	0,0%	0	0,0%
Obras diversas	4.209	8,3%	0	0,0%	0	0,0%
Penas	3.333	6,5%	0	0,0%	0	0,0%
Obras diversas de metais comuns	2.272	4,5%	0	0,0%	0	0,0%
Brinquedos	1.923	3,8%	0	0,0%	0	0,0%
Automóveis	1.844	3,6%	0	0,0%	0	0,0%
Alumínio	1.735	3,4%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	43.971	86,4%	755	100,0%	35	100,0%
Outros produtos	6.928	13,6%	0	0,0%	0	0,0%
Total	50.899	100,0%	755	100,0%	35	100,0%

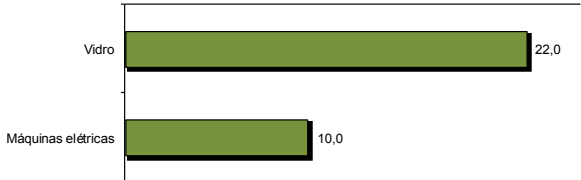
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ (fob)

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2014
Exportações					
Madeira	88.317	100,0%	0	100,0%	
Subtotal	88.317	100,0%	0	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	88.317	100,0%	0	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015					
Importações					
Vidro	0	0,0%	22	68,8%	
Máquinas elétricas	35	100,0%	10	31,3%	
Subtotal	35	100,0%	32	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	35	100,0%	32	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

Lista de países, capitais e gentílicos

forma curta	preposições	nome oficial	capital	nacionalidade
o Afeganistão	no, do	a República Islâmica do Afeganistão	Cabul	afegã
a África do Sul	na, da	a República da África do Sul	Pretória, Cidade do Cabo e Bloemfontein	sul-africana
a Albânia	na, da	a República da Albânia	Tirana	albanesa
a Alemanha	na, da	a República Federal da Alemanha	Berlim	alemã
Andorra	em, de	o Principado de Andorra	<i>Andorra la Vella</i>	andorrana
Angola	em, de	a República de Angola	Luanda	angolana
Antígua e Barbuda	em, de	Antígua e Barbuda	<i>Saint John's</i>	antiguana
a Arábia Saudita	na, da	o Reino da Arábia Saudita	Riade	saudita
a Argélia	na, da	a República Democrática e Popular da Argélia	Argel	argelina
a Argentina	na, da	a República Argentina	Buenos Aires	argentina
a Armênia	na, da	a República da Armênia	Ierevã	armênia
a Austrália	na, da	a Comunidade da Austrália	Camberra	australiana
a Áustria	na, da	a República da Áustria	Viena	austriaca
o Azerbaijão	no, do	a República do Azerbaijão	<i>Baku</i>	azerbaidjiana, azeri
as Bahamas	nas, das	a Comunidade das Bahamas	Nassau	bahamense
o Bangladesh	no, do	a República Popular do Bangladesh	Daca	bangladechiana, bengali
Barbados	em, de	Barbados	<i>Bridgetown</i>	barbadense, barbadiana
o Barém	no, do	o Reino do Barém	Manama	baremita, baremense
a Bélgica	na, da	o Reino da Bélgica	Bruxelas	belga
Belize	em, de	Belize	<i>Belmopan</i>	belizenha
o Benim	no, do	a República do Benim	Porto Novo e Cotonu	beninense
a Belarus	na, da	a República da Belarus	<i>Minsk</i>	belarussa
a Bolívia	na, da	o Estado Plurinacional da Bolívia	<i>Sucre e La Paz</i>	boliviana
a Bósnia	na, da	a Bósnia e Herzegovina	Saraievo	bósnia
o Botsuana	no, do	a República do Botsuana	Gaborone	botsuanesa
o Brasil	no, do	a República Federativa do Brasil	Brasília	brasileira
o Brunei	no, do	o Estado do Brunei Darussalam	<i>Bandar Seri Begawan</i>	bruneína, bruneana
a Bulgária	na, da	a República da Bulgária	Sófia	búlgara
o Burquina Faso	no, do	o Burquina Faso	Uagadugu	burquinense, burquinabê
o Burúndi	no, do	a República do Burúndi	Bujumbura	burundinesa
o Butão	no, do	o Reino do Butão	Timpu	butanesa
Cabo Verde	em, de	a República de Cabo Verde	Praia	cabo-verdiana
Camarões o Camerum	<i>ou:</i> em, de no, do	a República dos Camarões ou a República do Camerum	Iaundê	camaronesa camerunesa
o Camboja	no, do	o Reino do Camboja	<i>Phnom Penh</i> (pronúncia: Pnompém)	cambojana
o Canadá	no, do	o Canadá	<i>Ottawa</i>	canadense
o Catar	no, do	o Estado do Catar	<i>Doha</i>	catariana, catari
o Cazaquistão	no, do	a República do Cazaquistão	Astaná	cazaque
o Chade	no, do	a República do Chade	<i>N'Djamena</i>	chadiana

o Chile	no, do	a República do Chile	Santiago	chilena
a China	na, da	a República Popular da China	Pequim	chinesa
Chipre	em, de	a República de Chipre	Nicósia	cipriota
a Colômbia	na, da	a República da Colômbia	Bogotá	colombiana
as Comores	nas, das	a União das Comores	<i>Moroni</i>	comoriana, comorense
o Congo <i>ou:</i> a República do Congo <i>ou:</i> o Congo-Brazzaville	no, do na, da no, do	a República do Congo	<i>Brazzaville</i>	congolesa
o Congo <i>ou:</i> a RDC <i>ou:</i> o Congo-Kinshasa	no, do na, da no, do	a República Democrática do Congo	<i>Kinshasa</i>	congolesa
a Coreia do Sul <i>ou:</i> a Coreia	na, da	a República da Coreia	Seul	coreana, sul-coreana
a Coreia do Norte <i>ou:</i> a Coreia	na, da	a República Popular Democrática da Coreia	Pionguiangue	coreana, norte-coreana
a Costa do Marfim	na, da	a República da Costa do Marfim	Iamussucro / Abidjã	marfinense, ebúrnea
a Costa Rica	na, da	a República da Costa Rica	São José	costa-riquenha
a Croácia	na, da	a República da Croácia	Zagrebe	croata
Cuba	em, de	a República de Cuba	Havana	cubana
a Dinamarca	na, da	o Reino da Dinamarca	Copenhague	dinamarquesa
o Djibuti	no, do	a República do Djibuti	Djibuti	djibutiana, djibutiense
a Dominica	na, da	a Comunidade da Dominica	<i>Roseau</i>	dominicense
o Egito	no, do	a República Árabe do Egito	Cairo	egípcia
El Salvador	em, de	a República de El Salvador	São Salvador	salvadorenha
os Emirados Árabes	nos, dos	os Emirados Árabes Unidos	<i>Abu Dhabi</i>	emirática
o Equador	no, do	a República do Equador	Quito	equatoriana
a Eritreia	na, da	o Estado da Eritreia	Asmara	eritreia, eritreu
a Eslováquia	na, da	a República Eslovaca	Bratislava	eslovaca
a Eslovênia	na, da	a República da Eslovênia	Liubliana	eslovena
a Espanha	na, da	o Reino da Espanha	Madri	espanhola
os Estados Unidos	nos, dos	os Estados Unidos da América	<i>Washington</i>	dos EUA; americano; estadunidense; norte-americano
a Estônia	na, da	a República da Estônia	<i>Tallinn</i>	estoniana
a Etiópia	na, da	a República Democrática Federal da Etiópia	Adis Abeba	etíope
Fíji	em, de	a República de Fíji	Suva	fijiana
as Filipinas	nas, das	a República das Filipinas	Manila	filipina
a Finlândia	na, da	a República da Finlândia	Helsínque	finlandesa
a França	na, da	a República Francesa	Paris	francesa
o Gabão	no, do	a República Gabonesa	<i>Libreville</i>	gabonesa, gabonense
a Gâmbia	na, da	a República da Gâmbia	Banjul	gambiana
Gana	em, de	a República de Gana	Acra	ganense
a Geórgia	na, da	a Geórgia	Tbísssi	georgiana
Granada	em, de	Granada	<i>Saint George's</i>	granadina
a Grécia	na, da	a República Helênica	Atenas	grega
a Guatemala	na, da	a República da Guatemala	Cidade da Guatemala	guatematelca
a Guiana	na, da	a República Cooperativa da Guiana	<i>Georgetown</i>	guianense, guianesa
a Guiné <i>ou</i> a Guiné-Conacri	na, da	a República da Guiné	Conacri	guineano
a Guiné-Bissau <i>ou</i> a Guiné	na, da	a República da Guiné-Bissau	Bissau	guineense

a Guiné Equatorial <i>ou</i> a Guiné	na, da	a República da Guiné Equatorial	Malabo	guinéu-equatoriano
o Haiti	no, do	a República do Haiti	Porto Príncipe	haitiana
Honduras	em, de	a República de Honduras	Tegucigalpa	hondurenha
a Hungria	na, da	a Hungria	Budapeste	húngara
o Iêmen	no, do	a República do Iêmen	Sanaa	iemenita
as Ilhas Cook	nas, das	as Ilhas Cook	Avarua	das Ilhas Cook
as Ilhas Marshall	nas, das	a República das Ilhas Marshall	Majuro	marshallina (nacionalidade); marshallese (língua)
as Ilhas Salomão	nas, das	as Ilhas Salomão	Honiara	salomonense
a Índia	na, da	a República da Índia	Nova Délhi	indiana
a Indonésia	na, da	a República da Indonésia	Jacarta	indonésia
o Irã	no, do	a República Islâmica do Irã	Teerã	iraniana
o Iraque	no, do	a República do Iraque	Bagdá	iraquiana
a Irlanda	na, da	a Irlanda	<i>Dublin</i>	irlandesa
a Islândia	na, da	a República da Islândia	Reiquiavique	islandesa
Israel	em, de	o Estado de Israel	<i>Tel Aviv</i>	israelense
a Itália	na, da	a República Italiana	Roma	italiana
a Jamaica	na, da	a Jamaica	<i>Kingston</i>	jamaicana
o Japão	no, do	o Japão	Tóquio	japonesa
a Jordânia	na, da	o Reino Hachemita da Jordânia	Amã	jordaniana
o Kuwait	no, do	o Estado do Kuwait	Cidade do Kuwait	kuwaitiana
o Laos	no, do	a República Democrática Popular do Laos	Vientiane	laosiana, laociana
o Lesoto	no, do	o Reino do Lesoto	Maseru	lesota, lesotiana
a Letônia	na, da	a República da Letônia	Riga	letão
o Líbano	no, do	a República Libanesa	Beirute	libanesa
a Libéria	na, da	a República da Libéria	Monróvia	liberiana
a Líbia	na, da	a Líbia	Trípoli	líbia
o Liechtenstein	no, do	o Principado de Liechtenstein (mas: o Luxemburgo)	Vaduz	liechtensteiniense, liechtensteiniana
a Lituânia	na, da	a República da Lituânia	Vilnius	lituana
o Luxemburgo	no, do	o Grão-Ducado de Luxemburgo (mas: o Luxemburgo)	Luxemburgo	luxemburguesa
a Macedônia	na, da	a República da Macedônia	Escópia	macedônia
Madagascar	em, de	a República de Madagascar	Antananarivo	malgaxe, madagascarense
a Malásia	na, da	a Malásia	<i>Kuala Lumpur</i>	malaia, malásia
o Malauí	no, do	a República do Malauí	Lilongue	malauiana
as Maldivas	nas, das	a República das Maldivas	Malé	maldiva (nacionalidade), maldivense (língua)
o Mali	no, do	a República do Mali	Bamaco	malinesa
Malta	em, de	a República de Malta	Valeta	maltesa
o Marrocos	em, de	o Reino do Marrocos	<i>Rabat</i>	marroquina
Maurício	em, de	a República de Maurício	Porto Luís	mauriciano

a Mauritânia	na, da	a República da Mauritânia	Nuaquechote	mauritana
o México	no, do	os Estados Unidos Mexicanos	Cidade do México	mexicana
o Mianmar	no, do	a República da União de Mianmar	Nepiedó / Rangum	mianmarenses, birmanesa (etnia e língua)
a Micronésia	na, da	os Estados Federados da Micronésia	Palikir	micronésia
Moçambique	em, de	a República de Moçambique	Maputo	moçambicana
a Moldoia	na, da	a República da Moldoia	Quichinau	moldoia
Mônaco	em, de	o Principado de Mônaco	Mônaco	monegasca
Mongólia	na, da	a Mongólia	Ulan Bator	mongol
Montenegro	em, de	Montenegro	Podgoritza	montenegrina
a Namíbia	na, da	a República da Namíbia	<i>Windhoek</i> (pronunciada: Vinduke)	namibiana
Nauru	em, de	a República de Nauru	Iaré	naurua
o Nepal	no, do	a República Democrática Federal do Nepal	<i>Katmandu</i>	nepalesa
a Nicarágua	na, da	a República da Nicarágua	Manágua	nicaraguense
o Níger	no, do	a República do Níger	Niamei	nigerina
a Nigéria	na, da	a República Federal da Nigéria	Abuja	nigeriana
Niue	em, de	Niue	Alófi	niuiense
a Noruega	na, da	o Reino da Noruega	Oslo	norueguesa
a Nova Zelândia	na, da	a Nova Zelândia	<i>Wellington</i>	neozelandesa
Omã	em, de	o Sultanato de Omã	Mascate	omani
os Países Baixos	nos, dos	o Reino dos Países Baixos	Amsterdã / Haia	neerlandesa
Palau	em, de	a República de Palau	Melequeque	palauana
a Palestina	na, da	o Estado da Palestina	Jerusalém Leste e Ramalá	palestina
o Panamá	no, do	a República do Panamá	Cidade do Panamá	panamenha
a Papua Nova Guiné	na, da	o Estado Independente da Papua Nova Guiné	Porto Moresby	papua, papuásia
o Paquistão	no, do	a República Islâmica do Paquistão	Islamabade	paquistanesa
o Paraguai	no, do	a República do Paraguai	Assunção	paraguaia
o Peru	no, do	a República do Peru	Lima	peruana
a Polónia	na, da	a República da Polónia	Varsóvia	polonesa
Portugal	em, de	a República Portuguesa	Lisboa	portuguesa
o Quênia	no, do	a República do Quênia	Nairóbi	queniana
o Quirguistão	no, do	a República Quirguiz	<i>Bishkek</i>	quirguiz
o Quiribáti	no, do	a República do Quiribáti	Tarua	quiribatiana
o Reino Unido	no, do	o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Londres	britânica
a República Centro-Africana	na, da	a República Centro-Africana	Bangui	centro-africana
a República Tcheca	na, da	a República Tcheca	Praga	tcheca
a República Dominicana	na, da	a República Dominicana	São Domingos	dominicana
a Romênia	na, da	a Romênia	Bucareste	romena

Ruanda	em, de	a República de Ruanda	<i>Kigali</i>	ruandesa
a Rússia	na, da	Federação da Rússia	Moscou	rusa
Samoa	em, de	o Estado Independente de Samoa	Apia	samoana
Santa Lúcia	em, de	Santa Lúcia	<i>Castries</i>	santa-lucense
São Cristóvão e Névis	em, de	a Federação de São Cristóvão e Névis	<i>Basseterre</i>	são-cristovense
San Marino	em, de	a República de San Marino	<i>San Marino</i>	samarinesa
São Tomé e Príncipe	em, de	a República Democrática de São Tomé e Príncipe	São Tomé	santomense
São Vicente e Granadinas	em, de	São Vicente e Granadinas	<i>Kingstown</i>	são-vicentina
as Seicheles	nas, das	a República das Seicheles	Vitória	seichelense
o Senegal	no, do	a República do Senegal	Dacar	senegalesa
Serra Leoa	em, de	a República de Serra Leoa	<i>Freetown</i>	serra-leonesa, leonesa
a Sérvia	na, da	a República da Sérvia	Belgrado	sérvia
Singapura	em, de	a República de Singapura	Singapura	singapurense, singapuriana
a Síria	na, da	a República Árabe da Síria	Damasco	síria
a Somália	na, da	a República Federal da Somália	Mogadíscio	somali, somaliana
o Sri Lanka	no, do	a República Democrática Socialista do Sri Lanka	Cota Colombo	srilanquesa, ceilonense (cingalesa: etnia e língua)
a Suazilândia	na, da	o Reino da Suazilândia	<i>Mbabane</i>	suázi, suazilandesas
o Sudão	no, do	a República do Sudão	Cartum	sudanesa
o Sudão do Sul	no, do	a República do Sudão do Sul	Juba	sul-sudanesa
a Suécia	na, da	o Reino da Suécia	Estocolmo	sueca
a Suíça	na, da	a Confederação Suíça	Berna	suíça
o Suriname	no, do	a República do Suriname	Paramaribo	surinamesa
a Tailândia	na, da	o Reino da Tailândia	Bancoque	tailandesa
o Tajiquistão	no, do	a República do Tajiquistão	Duchambé	tajique
a Tanzânia	na, da	a República Unida da Tanzânia	<i>Dodoma</i> <i>Dar es Salaam</i>	tanzaniana
Timor-Leste	em, de	a República Democrática de Timor-Leste	Díli	timorense
o Togo	no, do	a República Togolesa	Lomé	togolesa
Tonga	em, de	o Reino de Tonga	<i>Nuku'alofa</i>	tonganesa
Trinidad e Tobago	em, de	a República de Trinidad e Tobago	<i>Port of Spain</i>	trinitária
a Tunísia	na, da	a República da Tunísia	Túnis	tunisiana
o Turcomenistão	no, do	o Turcomenistão	Achgabate	turcomena
a Turquia	na, da	a República da Turquia	Âncara	turca
Tuvalu	em, de	Tuvalu	Funafúti	tuvaluana
a Ucrânia	na, da	a Ucrânia	<i>Kiev</i>	ucraniana
Uganda	em, de	a República de Uganda	<i>Kampala</i>	ugandense
o Uruguai	no, do	a República Oriental do Uruguai	Montevidéu	uruguaia
o Usbequistão	no, do	a República do Usbequistão	<i>Tashkent</i>	usbeque

Vanuatu	em, de	a República de Vanuatu	Porto Vila	vanuatuense
o Vaticano	no, do	o Estado da Cidade do Vaticano	Vaticano	vaticana
a Venezuela	na, da	a República Bolivariana da Venezuela	Caracas	venezuelana
o Vietnã	no, do	a República Socialista do Vietnã	Hanói	vietnamita
a Zâmbia	na, da	a República da Zâmbia	Lusaca	zambiana
o Zimbábue	no, do	a República do Zimbábue	Harare	zimbabuana